

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Mestrado Profissional Em Economia
Comércio Exterior e Relações Internacionais

**A Dinâmica Contemporânea do Padrão
Locacional das Atividades Econômicas no Estado
de Pernambuco**

Geraldo Cristóvão de Oliveira Filho

**Recife
2009**

Geraldo Cristóvão de Oliveira Filho

**A Dinâmica Contemporânea do Padrão
Locacional das Atividades Econômicas no Estado
de Pernambuco**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE/PIMES,
como requisito parcial Para a obtenção
do grau de Mestre em Economia
Aplicada. Área: Comércio Exterior e
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. João Policarpo R. Lima

Oliveira Filho, Geraldo Cristóvão de

A dinâmica contemporânea do padrão locacional das atividades econômicas no Estado de Pernambuco / Geraldo Cristóvão de Oliveira Filho. - Recife : O Autor, 2009.

129 folhas : fig., tab., gráf., quadro, abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Economia regional. 2. Desenvolvimento econômico – Pernambuco. 3. Pernambuco. I. Título.

338.1
330

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA 2009 - 128

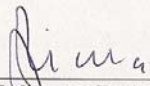
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

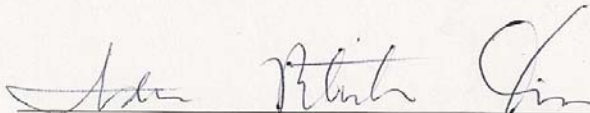
GERALDO CRISTOVÃO DE OLIVEIRA FILHO

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Geraldo Cristovão de Oliveira Filho **APROVADO**.

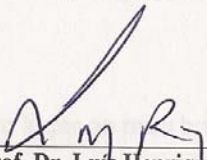
Recife, 04/09/2009.



Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
Orientador



Prof. Dr. Adriano Batista Dias
Examinador Interno



Prof. Dr. Luis Henrique Romani de Campos
Examinador Externo/FUNDAJ

Em primeiro lugar ao meu boníssimo Deus, por sua Onipresença
e proteção constante em minha vida.
Aos meus pais, Geraldo Cristóvão (in Memoriam) e Leda Maria, fontes
inesgotáveis de compreensão, incentivo, carinho e amor.
Aos meus irmãos Artur, Elisabeth, Kelly, Lene, Edna e Elba
por seus respectivos exemplos de vida.
Aos meus diamantes Vivian, Wendell, Wanderson, Waleska e Vanessa,
filhos repletos de saúde e felicidade vividos a cada dia,
Razões do meu viver e estímulos para as
mais árduas caminhadas da vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia se transferir da imaginação para o papel se não houvesse colaboração e orientação de um profissional detentor de um vasto currículo em pesquisas científicas e magistério.

Eu não poderia afirmar categoricamente se construiria esta obra solitariamente, sem os fundamentos de disciplina e organização apreendidos na convivência com o Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima.

Àquele que me apoiou e orientou ao longo dessa jornada,
meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação teve o propósito de fazer uma análise da economia do estado de Pernambuco, segundo o ponto de vista das relações de atividades voltadas para o setor exportador (denominadas de básicas) e aquelas endógenas (não-básicas) da região, baseadas na teoria da base de exportação de Douglas North. Para isso, procurou situar a sua evolução econômica entre os anos de 1999 e 2007, em razão das mudanças ocorridas nos cenários econômicos nacional e internacional que afetaram as relações inter e intra-regionais. A pesquisa analisou os anos de 1999, 2003 e 2007, usando, como variáveis base, os estoques de empregos das dezenove microrregiões pernambucanas nos segmentos de atividades que compõem os seguintes setores econômicos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): extrativo mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública (SIUP's), construção civil, comércio, serviço, administração pública e agropecuária. Empregou-se o critério do quociente locacional como forma de selecionar as atividades econômicas em exportadoras ou para produção interna. A seguir, foram avaliadas as performances de outros dois coeficientes de análises regionais: de localização e de especialização. O resultado da análise revelou a dinâmica de transformação da distribuição das atividades econômicas nas microrregiões de Pernambuco. Com a adoção desta metodologia, foram obtidas importantes informações sobre a interdependência dos setores produtivos, o que possibilitou tirar conclusões de tendências para concentrações ou dispersões das atividades econômicas no espaço regional estudado, no período da pesquisa.

Palavras-chave: Economia regional, atividades econômicas, Pernambuco,

ABSTRACT

This dissertation had the purpose of doing an analysis of the economy native of Pernambuco state, second, the point of view of the relationships of activities gone back to the section exporter (denominated of basic) and those endogen (no-basic) of internal micro-regions based on the export basis theory of Douglas North. For, it tries to place its economic evolution in between the years 1999 and 2007, in reason of the changes happened in the national and international economic scenery, that affected the relationships inter and intraregional. The research analyzed the years of 1999, 2003 and 2007, using as variable base, the existent employment in the Pernambuco State's micro-regions in the segments of activities that compose the following economic sections of the Annual Relationship of Social Information (RAIS): extractive mineral, transformation industry, public utility industrial services (SIUP's), civil construction industry, trade, services, public administration, agricultural and cattle raising. Being like this, the approach of the location quotient is used as form of selecting the economic activities in exporters or for production it interns. To proceed, its evaluated the performance of others two index of regional economic analysis: index of localization and specialization. Then, in the territory researched, the distribution standard dynamics of the economics activities was developed. With the adoption of this methodology, it was obtained important information on the interdependence of the sectorial productives, what facilitated to remove conclusions that address for the tendency to an dispersion or concentration of the economics activities in the regional space on the period researched.

Words-keys: Regional economics, economics activities, Pernambuco

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 2.1 – Classificação das Atividades Econômicas	17
Figura 2.1 – Microrregiões do Estado de Pernambuco	18
Quadro 2.2 – Matriz de Informações	19
Gráfico 3.1 – Representação Gráfica da TBEx	36
Quadro 4.1 – Empregos Formais Criados em Pernambuco entre 1999 e 2007 – Por Atividade Econômica	40
Quadro 4.2 – Participação Percentual da Atividade Econômica no Total de Empregos Formais Gerados em Pernambuco entre 1999 e 2007	41
Quadro 4.3 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 1999	47
Quadro 4.4 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 2003	47
Quadro 4.5 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 2007	47
Quadro 4.6 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 1999	48
Quadro 4.7 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 2003	48
Quadro 4.8 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 2007	48
Quadro 4.9 – Coeficiente de Localização das Atividades Econômicas do Estado de Pernambuco - Anos selecionados 1999, 2003 e 2007	89
Tabela 4.1 - Variações Absoluta e Relativa dos Estoques de Empregos Formais em Pernambuco Por Setor de Atividade Econômica – anos selecionados 1999, 2003 e 2007	90
Quadro 4.10 – Indústria de Transformação em Pernambuco Desagregação por subsetor em operação nas microrregiões – 2007	93
Quadro 4.11 – Atividades Agropecuárias Relevantes exploradas nas Microrregiões Pernambucanas – 2007	103
Quadro 6.1 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/1999	115
Quadro 6.2 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2003	116
Quadro 6.3 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	117
Quadro 6.4 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Alto Capibaribe Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	115

Quadro 6.5 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Fernando Noronha Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	119
Quadro 6.6 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Araripina Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	119
Quadro 6.7 - Empregos Formais Microrregião pernambucana do Brejo Pernambucano Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	120
Quadro 6.8 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Itamaracá Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	120
Quadro 6.9 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Garanhuns Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	121
Quadro 6.10 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Suape Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	121
Quadro 6.11 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Itaparica Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	122
Quadro 6.12 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana da Petrolina Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	122
Quadro 6.13 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana da Mata Setentrional Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	123
Quadro 6.14 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana da Mata Meridional Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	124
Quadro 6.15 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Médio Capibaribe Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	125
Quadro 6.16 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Salgueiro Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	125
Quadro 6.17 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Sertão do Pajeú Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	126
Quadro 6.18 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Recife Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	127
Quadro 6.19 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Sertão do Moxotó Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	127
Quadro 6.20 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Vale do Ipanema Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	128
Quadro 6.21 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Vitória Santo Antão Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	128
Quadro 6.22 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Vale do Ipojuca Por Atividade Econômica - Estoque em 31/12/2007	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT Associação Brasileira da Indústria Têxtil
AD Diper Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
BACEN Banco Central do Brasil
BNB Banco do Nordeste do Brasil
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (MTE)
CNAE Classificação Nacional da Atividade Econômica
CNM Confederação Nacional dos Municípios
CONAB Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEPE Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
CONDEPE/FIDEM Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CODEVASF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTTMAF Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos
CPATSA Centro de Pesquisas Agrícolas do Trópico Semi-Árido (EMBRAPA)
CPRH Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CPRM Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
DNPM Departamento Nacional da Produção Mineral
FIDEM Fundação de Desenvolvimento da Área Metropolitana
FIEPE Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FUNDAJ Fundação Joaquim Nabuco
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA Ministério da Agricultura Pecuária e Pesca
MDIC Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MEC Ministério da Educação e Cultura
PIB Produto Interno Bruto
PMC Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE)
PNAD Pesquisa Nacional de mostra por Domicílio (IBGE)

RAIS Relação Anual de Informações Sociais (MTE)

SECEX Secretaria de Comércio Exterior (MDIC)

SECTMA Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SIDRA Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINDUSCON/PE Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco

SINDUSGESSO Sindicato das Indústrias do Gesso em Pernambuco

SIUPs Serviços Industriais de Utilidade Pública

SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

VALEEXPORT Associação de Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco

VSF Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 – Introdução	13
1.1 – Formulação do Problema	13
1.2 – Objetivos	14
1.2.1 – Objetivo Geral	14
1.2.2 – Objetivos Específicos	14
1.3 – Hipóteses	14
1.4 – Motivação	15
1.5 – Estrutura do Trabalho	16
2 – Metodologia	17
2.1 – Método de Localização da Atividade Econômica	19
2.1.1 – Quociente Locacional	20
2.1.2 – Coeficiente de Localização	21
2.1.3 – Coeficiente de Especialização	22
2.2 – Fonte dos Dados	23
2.3 – Limitações da Pesquisa	24
3 – Revisão da Literatura	27
3.1 – Conceito de Região Homogênea	27
3.2 – Teoria da Base de Exportação	28
3.3 – A TBEx e os Índices Locacionais das Atividades Econômicas	37
4 – Apresentação, Análise e Discussão dos Dados	38
4.1 - Panorama da Geração de Empregos Formais em Pernambuco	39
4.1.1 – Microrregiões com Crescimentos Baseados nos Setores Comércio e Administração Pública	43
4.1.2 – Microrregiões com Crescimentos Baseados na Indústria de Transformação	44
4.1.3 – Microrregiões com Crescimentos Baseados no Setor de Serviços	45
4.1.4 – Microrregiões com Crescimentos Baseados no Setor Agropecuário	45
4.2 – A Dinâmica Contemporânea do Padrão de Localização das Atividades Econômicas nas Microrregiões de Pernambuco	46
4.2.1 – Alto Capibaribe	49
4.2.2 – Fernando de Noronha	50

4.2.3 – Araripina	51
4.2.4 – Garanhuns	53
4.2.5 – Itamaracá	55
4.2.6 - Brejo Pernambucano	57
4.2.7 - Vale do Ipanema	58
4.2.8 – Itaparica	60
4.2.9 – Mata Setentrional	62
4.2.10 – Mata Meridional	64
4.2.11 – Suape	67
4.2.12 – Médio Capibaribe	70
4.2.13 – Petrolina	71
4.2.14 – Salgueiro	75
4.2.15 – Sertão do Pajeú	76
4.2.16 – Recife	78
4.2.17 – Sertão do Moxotó	82
4.2.18 – Vale do Ipojuca	84
4.2.19 – Vitória de Santo Antão	86
4.3 – A Dinâmica do Padrão de Distribuição das Atividades Econômicas no Estado de Pernambuco	88
4.3.1 – Indústria Extrativa Mineral	91
4.3.2 – Indústria de Transformação	92
4.3.3 – Serviços Industriais de Utilidade Pública	94
4.3.4 – Construção Civil	95
4.3.5 – Comércio	96
4.3.6 – Serviços	97
4.3.7 – Administração Pública	98
4.3.8 – Agropecuária	101
5 – Conclusões	105
Referências	110
Anexo I	115
Anexo II	116
Anexo III	117
Anexo IV	118

1 - INTRODUÇÃO

A execução de projetos públicos para a promoção do desenvolvimento de regiões atrasadas, como o nordeste brasileiro, geridos nas três esferas governamentais nos últimos trinta anos, mesmo não atingindo os objetivos de significativa diminuição das disparidades sociais, têm proporcionado, em algumas sub-áreas geográficas privilegiadas, a atração de investimentos privados proporcionando diversificação das atividades produtivas e gerando empregos e rendas nessas regiões.

Por razões naturais, históricas ou políticas são limitadas as alternativas de exploração econômica de uma região. Com a introdução de novas tecnologias, se visualiza novas possibilidades na configuração produtiva territorial. No raciocínio de HILHORST(1973, p. 45) sobre o desenvolvimento regional, os recursos naturais de uma região formam a base econômica para o seu surgimento como tal e para o seu desenvolvimento posterior. O autor ressalta que o grau de utilização dos recursos naturais seja determinado pelos níveis de tecnologia e do desenvolvimento econômico dos que os exploram.

A presente pesquisa está pautada nas avaliações dos padrões de localização, especialização e distribuição das atividades econômicas no estado de Pernambuco no ano de 2007. Essa proposta analítica auxilia no entendimento de quais setores produtivos se desenvolveram; onde se desenvolveram e qual o nível de concentração ou dispersão dessas atividades visualizadas no plano das microrregiões do território pernambucano.

1.1 – FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Duas reflexões balizarão o desenvolvimento desta pesquisa para atingir o objetivo proposto: qual a dinâmica de modificação da estrutura produtiva em Pernambuco entre os anos de 1999 e 2007? Neste último ano como efetivamente se apresentava a economia do Estado, ou seja, como estava distribuídas as atividades econômicas no âmbito das microrregiões?

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa objetiva esboçar o desempenho das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito do estado de Pernambuco entre os anos de 1999 e 2007 sob a ótica das teorias da economia regional.

1.2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar a relevância de cada um dos setores da atividade econômica no estado de Pernambuco no intervalo de 1999 a 2007;
- b) Revelar ao plano das microrregiões do Estado as atividades econômicas mais destacadas no período;
- c) Através da análise dos índices locacionais, identificar os setores produtivos que geram excedentes de exportação (básicas) e as que só produzem para provimento de bens ou serviços a economia local (atividades não-básicas ou endógenas); e
- d) Identificar os níveis de dispersão ou concentração dos setores econômicos no território pernambucano.

1.3 - HIPÓTESES

O estado de Pernambuco com grande parte de sua porção territorial situado em uma das regiões mais castigadas pelo fenômeno natural da seca, tem poucas alternativas produtivas quando confrontado com regiões de climas mais amenos e recursos naturais mais abundantes. No entanto, algumas “ilhas de prosperidade econômica” são encontradas no território, concentradas em algumas sub-regiões.

A presente pesquisa trabalha com a hipótese de que são desenvolvidas atividades econômicas em qualquer das regiões do interior do estado de Pernambuco, a despeito dos empecilhos conjunturais (natureza, infra-estrutura,

etc...). Estas atividades produtivas são geradoras de empregos e, conseqüentemente, renda que proporcionam desenvolvimento ao Estado.

1.4 – MOTIVAÇÃO

Até a década de 1950, o estado de Pernambuco representava a principal economia da região nordeste, precursora da industrialização, mas, nos últimos vinte anos vem perdendo participação para os estados da Bahia e do Ceará.

Nos últimos dez anos, tem se intensificado a reestruturação do padrão das atividades econômicas como efeito do crescimento ou da ruína de alguns setores produtivos. Enquanto alguns segmentos da indústria de transformação, por exemplo, como o sucro-alcooleiro (FIEPE, 2007) e o metal-mecânico (KEHRLE, 2006, p. 21) apresentaram retração; o segmento têxtil, notadamente, a indústria de confecção, proporcionou prosperidade para as microrregiões em que se desenvolveu (LIMA & SICSÚ, 2006, p. 13).

Os setores que também impactaram positivamente no número de empregos formais nos últimos anos foram o da administração pública em microrregiões mais pobres, os serviços em microrregiões mais desenvolvidas e a agricultura de exportação (fruticultura) nas microrregiões em desenvolvimento (SEBRAE, 2008).

Este trabalho se legitima, entre outros fatores menos destacados;

- a) Pela importância do estado pernambucano na esfera da região nordeste; E também se motiva pelos seguintes interesses:
- b) Do meio acadêmico quanto às investigações do desenvolvimento do estado pernambucano quanto a suas atividades produtivas;
- c) Para subsidiar com informações científicas relevantes os empreendedores privados que investem no estado;
- d) Para complementar as informações que influenciam os agentes formuladores de políticas públicas do Estado; e
- e) Pelos enfoques teóricos exclusivos abordados.

1.5 – ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura textual desta dissertação está organizada em mais quatro capítulos além dessa introdução, da referência bibliográfica e dos anexos.

No capítulo 2, serão descritas a metodologia e as fontes de dados assim como serão evidenciadas as limitações a que está sujeita a presente pesquisa. Os dados de empregos do Ministério do Trabalho ao final dos anos de 1999, 2003 e 2007 serão utilizados para a análise de três indicadores de localização propostas pela economia regional: Quociente Locacional (QL), Coeficiente Locacional (CL) e Coeficiente de Especialização (CE).

O capítulo 3 apresenta uma revisão dos conceitos e teorias que fundamentarão as discussões e as conclusões deste trabalho. O arcabouço teórico tem a função de validar o exame das implicações existentes na literatura econômica regional com relação à localização das atividades produtivas e à ligação entre economia e território. Neste capítulo será exposta a teoria da base de exportação (TBEx) desenvolvida por Douglas North (1955) e sistematizada em modelo matemático proposto por RICHARDSON (1975).

As análises dos resultados e discussões serão expostos no capítulo 4, que será dividido em duas seções. A primeira seção será efetuada a abordagem de dois indicadores: Q.L e C.E. O Coeficiente de localização será tratado na seção dois.

As conclusões do trabalho serão apresentadas no quinto capítulo; encerrando o desenvolvimento textual da presente pesquisa científica.

2 - METODOLOGIA

Neste trabalho, serão utilizadas ferramentas de análise da economia regional referentes a três índices de localização das atividades econômicas, utilizando dados oficiais de empregos formais do Ministério Brasileiro do Trabalho e Emprego (MTE) no censo RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

Os três índices locacionais da atividade econômica são: o Quociente Locacional (Q.L.), o Coeficiente de Localização (C.L.) e o Coeficiente de Especialização (C.E.). A análise intertemporal destes índices revela a dinâmica de transformação da distribuição das atividades econômicas em determinado território (o estado de Pernambuco, neste estudo).

As atividades econômicas serão sistematizadas conforme a classificação nacional das atividades econômicas (CNAE 2.0) estabelecida pelo Conselho Nacional de Classificações (CONCLA). Conforme quadro 2.1, são oito as atividades econômicas, a saber: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública (SIUP's), construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária.

Quadro 2.1 – Classificação das Atividades Econômicas

Item	Atividade Econômica
1	Indústria Extrativa Mineral
2	Indústria de Transformação
3	Serviços Industriais de Utilidade Pública
4	Construção Civil
5	Comércio
6	Serviços
7	Administração Pública
8	Agropecuária

Fonte: CNAE 2.0

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002), catalogou em dezenove as microrregiões administrativas no estado de Pernambuco. Conforme distribuição do quadro 2.2, são as seguintes microrregiões: Alto

Capibaribe (AC), Fernando de Noronha (FN), Araripina (AR), Suape (SU), Brejo Pernambucano (BP), Garanhuns (GR), Itamaracá (IT), Itaparica (TC), Mata Setentrional (MS), Mata Meridional (MM), Petrolina (PT), Médio Capibaribe (MC), Pajeu (PJ), Recife (RC), Salgueiro (SG), Sertão Do Moxotó (MX), Vale Do Ipanema (VP), Vale Do Ipojuca (IP) e Vitória De Santo Antão (VS).

Figura 2.1 – Microrregiões do Estado de Pernambuco



Fonte: IBGE - SIDRA

Os níveis de desagregação dos dados referem-se, portanto, aos números de empregos formais (vínculo ativo) obtidos do censo RAIS/CAGED das 8 atividades econômicas, distribuídos nas 19 microrregiões de Pernambuco, ao final dos anos de 1999, 2003 e 2007. Apenas ao final deste último ano, os dados também serão desagregados por município. A exploração de dados a níveis mais atomizados decorre da necessidade de “fotografar” a real e efetiva distribuição da atividade econômica no estado de Pernambuco ao final do ano de 2007, captando os municípios que se destacavam na ocasião quanto ao estabelecimento local de determinados setores produtivos.

Nos resultados, será possível observar sob diferentes óticas o padrão de produção em Pernambuco entre 1999 e 2007. Do ponto de vista dinâmico, apresentará a variação do número de empregos setoriais no período, revelando o desempenho das atividades econômicas. A análise estática revelará, ao final de 2007, o panorama econômico quanto à contribuição de empregos setoriais a nível de municípios. A análise será enriquecida com pesquisa bibliográfica adicional sobre a efetiva realização de atividades produtivas nos municípios.

2.1 – MÉTODOS DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Na teoria econômica regional, os índices de localização espacial da atividade econômica são estruturados em **Medidas de Localização e Medidas de Especialização**. Para SIMÕES (2004, p. 5), essas são conjuntos de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratórias comumente utilizadas em diagnósticos introdutórios para políticas de descentralização industrial e, principalmente, caracterizações de padrões regionais da distribuição espacial de atividade econômica.

Para HADDAD (1989, pp. 231-232), as **medidas de localização** são medidas de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades entre as regiões; procuram identificar padrões de concentração ou dispersão espacial do emprego setorial, num dado período. Desse tipo de medida, nesta pesquisa, serão mensurados dois índices: o Quociente Locacional (**Q.L.**) e o Coeficiente de Localização (**C.L.**).

SIMÕES (2004, p. 5) interpreta que as **medidas de especialização** se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região objetivando avaliar o grau de especialização regional. Desta medida, será utilizado o índice Coeficiente de Especialização (**C.E.**) no presente trabalho.

RICHARDSON (1973), HADDAD (1989), SANCHES & WANDERLEY (1997) e SIMÕES (2004) conferem que a mensuração dos índices de localização da atividade econômica é adequadamente baseada na matriz de informações ilustrada no quadro 2.2, abaixo.

Quadro 2.2: Matriz de Informações

	Região: j	$\sum_j$
	...	...
Setor Econômico: i	E_{ij} ...	E_{it} ...
$\sum_i$	E_{tj}	E_{tt}

Fonte: HADDAD (1989, P. 226)

Especificando os elementos dessa matriz:

E_{ij} = Emprego no setor econômico i da região J ,

E_{it} = Emprego no setor econômico i de todas as regiões,

E_{tj} = Emprego em todos os setores econômicos da região j ;

E_{tt} = Emprego em todos os setores econômicos de todas as regiões;

$\sum_i$ = Número de setores econômicos; e

$\sum_j$ = Número de Regiões.

2.1.1 - QUOCIENTE LOCACIONAL (Q.L.)

O quociente locacional (QL_{ij}) mede a concentração de determinada atividade em uma área específica (microrregião) em relação a distribuição dessa atividade em um *locus* geográfico (Pernambuco) que contém a primeira, podendo assim evidenciar o tipo de especialização ou vocação industrial apresentada em cada região.

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / E_{it}}{E_{tj} / E_{tt}} \quad QL_{ij} < 1 \text{ ou } QL_{ij} > 1$$

Este índice reflete a concentração e/ou dispersão das atividades econômicas através da existência de excedente de empregos regionalmente localizados em relação ao número de empregos total, isto é, a diferença entre o emprego real da indústria regional e a parcela *pro rata* do emprego da indústria nacional (RICHARDSON, 1973, p. 27)

BRITO & ALBUQUERQUE (2002) atribuem ao **QL** um papel central na identificação dos Arranjos Produtivos Locais, sendo os mesmos indicadores de especialização produtiva regional – seja como arranjos potenciais, seja como arranjos consolidados, seja utilizando dados de pessoal ocupado, seja utilizando informação de número de estabelecimentos.

Segundo HADDAD (1989, p. 232), este indicador é utilizado em trabalho exploratório para revelar setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação, seguindo a teoria da base.

Se o valor calculado do quociente locacional for maior que a unidade ($QL > 1$), significa que a região é relativamente mais importante no contexto pernambucano, em termos do setor econômico particular, do que em termos gerais de todas as indústrias. A atribuição de importância a determinados setores produtivos revela que o nível de produção desta indústria seja mais que suficiente para abastecer a sua região de localização e que produtos adicionais poderiam escoar para fornecimento a mercados de outras regiões.

Se o $QL < 1$, isto significa que por não concentrar representativa força de trabalho na região vis-à-vis a contribuição do emprego na nação, o setor econômico é considerado como não-básico, ou seja, o nível de produção é ajustado apenas para a demanda da região, não realizando excedente para exportação.

“A técnica do Q.L. é a mais comumente adotada nos estudos empíricos de base. Elaboramos os Q.Ls. para cada indústria individual da região (utilizando a nação como um todo como norma de referência), e empregamos quocientes maiores que a unidade para indicar a presença de atividades de exportação. Isto presume que se uma região for mais especializada que a nação na produção de um bem específico, então ela exporta este bem de acordo com o seu grau de especialização. Em outras palavras, presumimos que a especialização local na produção implica a exportação local de produção excedente.” RICHARDSON (1973, p. 27)

2.1.2 – COEFICIENTE DE LOCALIZAÇÃO (CL)

O coeficiente de localização (C.L.) relaciona a distribuição percentual do emprego num dado setor econômico entre as regiões com distribuição percentual do emprego total nacional entre as regiões (distribuição-base) (HADDAD, 1989, p. 233).

$$CL_i = \frac{\sum_j [(E_{ij} / E_{it}) - (E_{tj} / E_{tt})]}{2} \quad (0 < CL_i < 1)$$

Se $CL_i \approx 1 \rightarrow$ indica que o setor em análise apresenta um padrão de concentração regional mais intenso de que o conjunto de todos os setores econômicos da amplitude regional analisada.

Se $CL_i \approx 0 \rightarrow$ significa que a indústria tem um certo padrão de dispersão regional, pois se distribui regionalmente de forma similar ao conjunto de todas as indústrias da amplitude regional analisada.

O coeficiente de localização (C.L) compara a distribuição das regiões na estrutura de específica atividade econômica e a composição regional total na estrutura da nação. Nas microrregiões, desenvolvem-se atividades econômicas específicas com maior ou menor relevância, portanto, cada região representa uma parcela do número de empregos de todos os setores produtivos. Quanto mais expressivas as participações de determinadas regiões na estrutura da atividade econômica, mais diferenciada esta estrutura apresenta-se em relação à composição nacional. O nível do CL revela justamente esta diferença. Quanto mais próximo da unidade apresentar este índice, maior a diferença das estruturas, por causa de algumas regiões concentrarem números significativos de empregos no setor em referência.

A análise dos índices de localização entre períodos diferentes revela tendências de evolução das atividades produtivas considerando o desempenho dos estoques de empregos formais. Quanto mais expressiva a geração de empregos setoriais em determinada região, maior será a participação desta na estrutura do setor produtivo, conseqüentemente, o índice revelará maior tendência de concentração da atividade em determinadas regiões.

2.1.3 – COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO

O coeficiente de especialização (CE) compara a estrutura produtiva da região j com a estrutura produtiva nacional.

Este indicador relativiza o emprego, em termos de estrutura de produção industrial, de uma dada região j , com a estrutura produtiva global. SANCHES & WANDERLEY(1997).

$$CE_j = \frac{\sum_j [(E_{ij}/E_{tj}) - (E_{it}/E_{tt})]}{2}$$

$$(0 < CE_j < 1)$$

O valor do coeficiente será igual a 0 quando a região tiver uma composição setorial idêntica à do estado.

Se o valor do coeficiente for igual à unidade, a região *j* está com elevado grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor econômico, ou está com uma estrutura de emprego totalmente diversa da estrutura de emprego global. O seu uso ocorre em diagnósticos sobre economias regionais específicas ou comparadas (HADDAD, 1989).

2.2 - FONTE DOS DADOS

A principal fonte de dados desta pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é derivada do censo Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A variável-base escolhida para as informações pertinentes à primeira parte da pesquisa foi o número de empregos formais com vínculo ativo nas microrregiões do estado de Pernambuco.

Conforme SANCHES E WANDERLEY (1997, p. 6), o emprego é uma variável adequada para o tipo de análise proposta em pesquisa de localização da atividade econômica regional, por que reflete relativamente variações do fluxo de renda na região.

Os dados padronizados da **RAIS/MTE** são extratificados por microrregião e por atividade econômica.

Para as informações pontuais no desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes de informações:

- i) Indústria extrativa mineral - relatório de concessões de lavras do DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia brasileiro;
- ii) Indústria de Transformação - cadastros industriais da FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco;
- iii) Agricultura – IBGE/PAM (Pesquisa Agrícola Municipal) para o ano de 2007;
- iv) Pecuária – IBGE/Efetivo de Rebanhos Pernambucano – censo pecuário municipal do ano de 2007; e

- v) As outras atividades econômicas serviços, comércio, administração pública, SIUP's e construção civil apresentam limitações de dados que as representem relevantemente na metodologia da pesquisa, por isso serão referenciadas pontualmente por informações de instituições do setor como Fecomércio/PE, IBGE, SINDUSGESSO, CONDEPE/FIDEM, EMBRAPA, VALEXPORT, CODEVASF, SUDENE, SINDUSCON, AD/DIPER, SEBRAE e outros.

Também serão referenciadas literaturas especializadas, artigos acadêmicos, sites especializados de internet, informações de órgãos oficiais de pesquisas e estatísticas brasileiros.

2.3 – LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A despeito do enriquecimento bibliográfico da pesquisa em que a realidade do espaço econômico pernambucano é revelada, são detectadas algumas restrições quanto à metodologia da pesquisa, enumeradas abaixo, sem, no entanto, comprometer os objetivos propostos.

1 - A divisão de atividades econômicas em exportadoras e não-exportadoras refere-se à possibilidade de escoamento do bem ou serviço para além das fronteiras da região de produção. Essencialmente, existem algumas atividades que são não-exportadoras, como comércio e administração pública. Os produtos de muitos segmentos das atividades econômicas como serviços, SIUPs e construção civil também não se destinam ao consumo além de suas respectivas circunscrições de produção. Os produtos que melhor se adequam a classificação econômica de “exportáveis” são os dos setores econômicos primário e secundário como a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação e a agropecuária; atividades com maior ênfase de informações na presente pesquisa;

2 - Os dados não levam em consideração os trabalhadores nas atividades “informais”¹ e cujo número, em se tratando das economias dos estados da

¹ Há muitas definições para trabalho informal, mas, nesta pesquisa serão considerados “informais” os trabalhadores sem carteira assinada – excluídos os funcionários públicos comissionados - e os que trabalham por conta própria.

região nordeste do Brasil, portanto, não é insignificante conforme SANCHES E WANDERLEY (1997);

3 - Quanto aos índices de localização espacial das indústrias, presume-se que o padrão da demanda em cada microrregião seja idêntico ao de Pernambuco, a produtividade por trabalhador em cada setor econômico seja a mesma das outras indústrias e que o estado pernambucano é uma unidade econômica operando sob autarcia, ou seja, uma economia fechada. As exportações ocorrem entre as regiões do mesmo território nacional, seguindo a teoria da base de exportação (TBEx). Consoante RICHARDSON (1973, p. 27), as suposições subjacente ao Quociente Locacional (**Q.L.**) enfraquecem sua confiabilidade, pois não se coadunam com a realidade econômica.

4 - Confiabilidade dos dados utilizados. A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais - é um censo anual requisitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil para todas as empresas em atividade no âmbito nacional. Trata-se de um questionário respondido pelos empregadores sobre os vínculos empregatícios no ano-base. Os dados só contemplam os trabalhadores formais com vínculo ativo e protegidos pelas leis trabalhistas como os funcionários de instituições públicas ou privadas com carteira assinada e os comissionados dos órgãos públicos.

“Há relativo consenso entre os pesquisadores de que a RAIS, por um lado, subestima os empregos no setor agropecuário bem como, em menor escala, na construção civil e, por outro, sobreestima os trabalhadores na administração pública...”

“.. A RAIS mostrou ser fonte confiável de análise do mercado formal de trabalho no Brasil, principalmente por sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica e dimensão temporal.” (DE NEGRÍ et al, 2001)

5 - Há discrepâncias relevantes entre dois dos índices oficiais de emprego no Brasil: a RAIS/MTE e o PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios. As duas pesquisas, diferentes em metodologia, revelam diferentes números de empregos. Por ser uma pesquisa estatística, a PNAD/IBGE abrange um número maior de trabalhadores porque também engloba os trabalhadores que atuam na informalidade da economia da região.

6 – Na atual pesquisa, os dados RAIS/MTE consideram oito setores econômicos classificados pelo CNAE 2.0 e as dezenove microrregiões do

IBGE. Muitos segmentos produtivos de determinados setores são mais relevantes que outros, assim como entre os municípios da microrregião há diferentes participações no número de empregos na atividade econômica relacionada. Para o nível de desagregação dos dados proposto, não se pode fazer uma comparação precisa da influência de segmentos específicos da atividade econômica, mas também não importará em comprometimento do resultado objetivado da presente pesquisa.

Não obstante o autor reconhecer limitações na metodologia, o resultado será de suma importância para análise da realidade econômica do estado de Pernambuco. Para fundamentar as discussões, estarão referenciadas pesquisas bibliográficas que enriquecerão o conteúdo do presente trabalho.

3 – REVISÃO DA LITERATURA

Os debates sobre temas que integram a economia regional, a geografia econômica e a organização industrial intensificaram-se com a institucionalização dos sistemas sócio-econômicos desenvolvidos a partir da revolução industrial no século XVIII. Ao longo dos anos, novos conceitos foram elaborados e teorias formuladas através das observações dos fenômenos das atividades econômicas territorialmente estabelecidas.

A ciência econômica regional modernizou-se através das reformulações de seus instrumentais de análise dos fenômenos ocorridos nas estruturas do espaço geográfico, as interações nas atividades produtivas e as implicações nas relações sociais e culturais. A explicação das causas e efeitos da concentração ou dispersão territorial da produção é o mote da questão de “onde produzir” contida nos compêndios da literatura econômica.

Neste capítulo será explorada a base doutrinária que balizará as discussões e resultados desta pesquisa: a teoria da base de exportação (TBEx) desenvolvida por Douglas North, sistematizado em um modelo matemático formulado por RICHARDSON (1973 e 1975).

“As teorias de crescimento/desenvolvimento regional fundamentam-se na tradição keynesiana, na década de 1950, e têm na Teoria de Base de Exportação um de seus grandes elementos. A região passa a existir para o resto do mundo a partir do momento em que comercializa seus produtos além de suas fronteiras. O seu crescimento/desenvolvimento será em decorrência do dinamismo dessa base de exportação e da difusão desse dinamismo para o resto da economia regional.” (CIMA E AMORIM, 2007, p. 79).

3.1 – CONCEITO DE REGIÃO HOMOGÊNEA

Operacionalmente, MARKUSEN (1987) apud ROLIM (1999, p. 3) conceitua uma região como "uma sociedade determinada historicamente, territorialmente contígua, que possui um ambiente físico, um ambiente sócio-econômico, político e cultural e uma estrutura espacial diferenciada de outras regiões e de outras unidades territoriais maiores, cidades e nações."

Conforme RICHARDSON (1975) e HADDAD (1989) o conceito de região homogênea, como delimitação de um espaço terrestre, pode ser baseado na partilha de características com relativo grau de igualdade – identidade - considerando alguns dos seguintes fatores locais:

- Físicos-Geográficos. Ex.: um vale, uma cordilheira, entorno de um lago, etc..
- Étnico-culturais. Ex.: população indígena, quilombos, área de imigrantes, etc..
- Sócio-econômicos. Ex.: renda per capita, cadeia produtiva, padrão de consumo, etc...
- Políticos. Ex.: blocos ideológicos, províncias, regiões administrativas, etc..

Ponderar esses fatores é definir os critérios de estratificação do espaço organizado e formação da região econômica ou administrativa que os geógrafos muito se empenham em classificar (HILHORST, 1973, p. 98).

Conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), o território brasileiro está estruturado com as seguintes unidades administrativas: Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões Geográficas, Microrregiões Geográficas, Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de desenvolvimento, Municípios, Cidades, Distritos, Vilas, Subdistritos, Bairros e Setores.

A presente pesquisa tem como referência espacial uma das unidades da federação brasileira localizada na região nordeste: o Estado de Pernambuco. Mais especificamente, a distribuição das atividades produtivas nas dezenove microrregiões componentes da estrutura territorial administrativa pernambucana como classificadas pelo IBGE.

3.2 - TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO (TBEx)

A teoria da base de exportação (TBEx) foi originalmente desenvolvida em 1955 por Douglas North em “Location Theory and Regional Economic Growth” sem nenhuma formulação matemática ou gráfica explicativa para materializar o modelo. A TBEx representa a forma mais simples de um modelo de renda regional. A hipótese central baseia-se no crescimento regional proporcionado pela renda excedente da região gerada pela comercialização de produtos ao exterior.

O conceito de base de exportação permitiu a North desenvolver um modelo no qual as exportações de uma região se constituem no determinante básico do crescimento da renda absoluta e *per capita*.

North (1955) Apud LIMA & SIMÕES (2009, p. 22) descreveu que a dinâmica de transformação da economia passava por cinco estágios em que determinava o desenvolvimento regional, são eles:

- i) economia de subsistência, auto-suficiente e agrícola, localizada de acordo com a distribuição dos recursos naturais;
- ii) desenvolvimento do comércio e da especialização local, viabilizados por melhorias nos transportes, e localização determinada pela “camada básica” da população;
- iii) comercialização inter-regional e diversificação das atividades agropecuárias;
- iv) industrialização (manufaturas e mineração) impulsionada pelo crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas; e
- v) estágio final de desenvolvimento, caracterizado pela especialização em atividades terciárias para exportação.

A integração de todos os estágios no espaço econômico não foi integralmente observável, principalmente nos Estados Unidos que a teoria se propunha a explicar os fatores de desenvolvimento, mas as etapas estabeleceram as conjecturas positivas para a formulação da teoria.

A potencialidade da renda extra auferida pela região é determinada através do efeito multiplicador que as exportações criam sobre as demais atividades locais. Logo, as exportações constituem-se uma condição necessária para o desenvolvimento regional, embora não suficiente.

“A base de exportação desempenhava assim papel fundamental na conformação da economia de uma região e em seus níveis de renda absoluta e *per capita* e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias que se desenvolveriam, bem como sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas e o crescimento dos centros nodais, de tal forma que seu crescimento estava intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações.” (LIMA & SIMÕES, 2009, pp. 22-23).

A teoria considera a divisão das atividades econômicas de uma região em básicas e não básicas. As básicas teriam como destino mercados externos

à região e as não-básicas destinar-se-iam aos mercados locais. Além disso, a expansão das atividades básicas induziria o crescimento das não básicas. No entanto, o ponto de partida para a existência dos fluxos comerciais está na especialização regional e o foco de interesse está voltado para os fluxos inter-regionais de produtos e serviços, capital e mão-de-obra.

PIACENTI et All (2005, p. 114), explicam que a TBEx aplica-se a regiões de estrutura capitalista, fatores de produção com relativa mobilidade e submetidas ao desenvolvimento, sem restrições impostas pela pressão populacional.

SCHWARTZMAN(1975, p. 58), corroborado por SOUZA (1997), afirma que um aumento na base de exportação estabelece um efeito multiplicador, e todas as demais atividades econômicas não voltadas à exportação, especialmente as de comércio e serviços, são induzidas pela expansão ou declínio das indústrias de exportação.

“ ... o crescimento das exportações gera efeitos de multiplicação e de aceleração nos setores de mercado interno não-exportadores produzidos pelo efeito renda e pelos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços como transportes, telecomunicações, financiamentos, etc.” SOUZA (1997, p. 355).

Conforme Hirschmann *apud* Schwartzman (1975), os *linkages effects* são repercussões do ciclo de crescimento econômico experimentado pela região. Os encadeamentos para trás são os efeitos da indústria de exportação sobre outras atividades que são fornecedoras de insumos (incluindo-se bens de capital); os encadeamentos para frente são os efeitos causados nas atividades criadas para consumir o produto da indústria de exportação. O encadeamento da demanda final são os investimentos realizados na indústria local de bens de consumo para atender a demanda dos fatores de produção da indústria de exportação e das outras atividades interligadas à indústria base.

SOUZA (1997) acrescenta que o aumento proporcionado nas demandas dos setores agropecuários, industriais e terciários além de resultar em efeitos sobre o emprego e a renda, gera dinamismo na economia incentivando também as importações de insumos, bens de capital e bens de consumo. As importações são dependentes do aumento da renda endógena.

RICHARDSON (1973 e 1975) elaborou um modelo matemático de renda interregional para explicar a teoria da base de exportação. Nesse modelo, algumas das suposições da teoria original foram modificadas. O modelo de Richardson adota um sistema interregional fechado de n-regiões onde as exportações não são necessariamente autônomas, fora do modelo, como prescreveu North. Num sistema fechado, as exportações de uma região serão determinadas pelas demandas de importação das outras regiões do sistema (nação). As variáveis consideradas exógenas são os investimentos, os gastos do governo e uma parcela do consumo.

Com a inclusão das despesas governamentais, o dispêndio de consumo privado é uma função da renda disponível que é igual à renda total deduzida dos impostos. A suposição do modelo não inclui as transferências (programas sociais e previdência social, por exemplo), os impostos diretos e indiretos incidentes sobre o consumo e os investimentos. Nesta hipótese simplificada, todos os impostos incidirão sobre a renda.

O modelo de renda regional é representado como segue:

$$Y_i = C_i + I_i + G_i + X_i - M_i$$

Onde as variáveis assumem seus significados usuais, sucessivamente,

Y_i = Renda Nacional;

C_i = Consumo das Famílias;

I_i = Investimento Privado;

G_i = Gastos do Governo;

X_i = Exportações; e

M_i = Importações

Consumo

$$C_i = a_i + c_i \cdot Y_i^d$$

Onde a_i é uma fração autônoma da renda destinada ao consumo privado; c_i representa a propensão marginal a consumir da região e Y^d é a renda disponível.

Despesas autônomas

$$A_i = a_i + I_i + G_i$$

No modelo da TBEx; as variáveis **I**, **G** e **a** são consideradas exógenas, ou seja, são determinadas independentemente do nível de renda nacional.

$$\text{Exportações} \quad X_i = \sum_{j=1}^n M_{ji} = \sum_{j=1}^n m_{ji} \cdot Y_j^d$$

As exportações de uma região dependem do somatório dos níveis de importações das outras regiões.

$$\text{Importações} \quad M_i = \sum_{j=1}^n m_{ij} \cdot Y_j^d$$

As importações de cada região dependem da propensão marginal a importar da própria região em relação a cada uma das outras regiões e da renda regional disponível.

$$\text{Renda disponível} \quad Y_i^d = Y_i - T_i$$

$$\text{Impostos} \quad T_i = t_i \cdot Y_i$$

Onde **T** é o nível de impostos sobre a renda total da região e **t** = taxa marginal de tributação desta renda.

Introduzindo as relações das variáveis no modelo geral e procedendo-se a uma nova disposição, tem-se a equação da renda regional.

$$\text{Renda Regional} \quad Y_i = \frac{A_i + \sum_{j=1}^n m_{ij} \cdot Y_j (1 - t_j)}{1 - (c_i - \sum_{j=1}^n m_{ji}) \cdot (1 - t_i)}$$

A renda da região **i** consiste na soma das despesas autônomas mais exportações potencializadas pelo multiplicador (**k**).

$$\text{Multiplicador Regional} \quad k = \frac{1}{1 - (c_i - \sum_{j=1}^n m_{ji}) \cdot (1 - t_i)}$$

Neste modelo, as mudanças das rendas regionais podem ser derivadas de várias fontes possíveis e não apenas das exportações determinadas exogenamente como na teoria original desenvolvida por Douglas North. Essas fontes abrangem:

- i) Variação das despesas autônomas regionais (investimentos privados, despesas governamentais ou mudanças de hábito de consumo das famílias);
- ii) Mudança do nível de renda de qualquer outra região (ou regiões) do mesmo sistema que impactará nas exportações da região i;
- iii) Deslocamento em qualquer dos parâmetros do modelo (propensão marginal a consumir, nos coeficientes de comércio interregional ou na taxa marginal de tributação).

A estabilidade do modelo fechado de n-regiões depende dos níveis das propensões marginais a consumir (c) das regiões. Se os níveis destes parâmetros apresentarem-se menores que a unidade, então o sistema será estável. Propensões marginais a consumir com níveis superiores à unidade, prevalentes na maioria das regiões, provocarão instabilidade no sistema.

CHIPMAN (1950, p. 122) apud RICHARDSON (1973, p. 21) demonstrou que se $c_i = c_j$ para todas as regiões, ou seja, todas as regiões com iguais propensões marginais a consumir, as alterações em quaisquer dos parâmetros das despesas autônomas só influenciarão os níveis de rendas regionais, enquanto o produto nacional permanece constante. Mudança do nível de renda nacional só ocorrerá com $c_i \neq c_j$, ou seja, com diferentes propensões marginais a consumir entre as regiões. Neste caso, os aumentos de qualquer item das despesas deverão ser concentrados nas regiões com c mais elevado para que o efeito seja positivo em relação ao crescimento da renda nacional.

Os formuladores de políticas podem adotar o modelo, como proposto por North, para implementar projetos econômicos baseados em gastos públicos, por exemplo. Os dispêndios públicos implicam aumento de renda local que impactam no nível das importações no curto prazo. O equilíbrio nacional se restabelece com a elevação dos níveis de exportações (induzindo as importações) das outras regiões. Este movimento de repartição nacional denomina-se vazamento de renda (RICHARDSON, 1973, p. 22). Crescem

todas as regiões inclusive a que deu origem à perturbação econômica (aumento das despesas autônomas). A dinâmica também se aplica com a variação de qualquer dos outros componentes das despesas autônomas, como os investimentos privados ou a parcela exógena do consumo privado: um aumento de renda local irradia seus efeitos às outras regiões através das importações/exportações.

Na estabilidade do modelo e no equilíbrio da balança comercial, o nível das importações da região i é resultado do somatório das importações das outras regiões oriundas daquela região.

Importações Regionais $M_i (= \sum_{j=1} M_{ji})$

O multiplicador é potencializado pelos coeficientes de importação (e amortecido pela taxa de tributação) sobre o acréscimo de produto regional, proporcionado pelo parâmetro que originou a perturbação econômica.

Variação das Exportações $\Delta X_i = \sum_{j=1} m_{ij} \cdot \frac{\Delta Y_j}{\Delta A_i} \cdot (1 - t_j)$

“Nas situações mais comuns, o aumento secundário das exportações não será bastante grande a ponto de impedir uma deterioração do balanço de pagamentos da região i . (...) A condição para a melhoria do balanço de pagamentos é que o multiplicador interregional para a região i deve ser maior que o multiplicador da economia fechada” RICHARDSON(1973, p. 22).

HADDAD (1989, p. 300) relata que a tendência regional é de equilíbrio recorrente do saldo comercial. Sua conclusão baseia-se na observação dos casos normais em que todas as propensões marginais ao dispêndio são menores que 1, prevalecendo a seguinte relação:

$$\frac{\text{Sistema interregional}}{1} > \frac{\text{Sistema em autarcia}}{1}$$

$$\frac{1}{1 - (c_i - \sum_{j=1} m_{ji}) \cdot (1 - t_i)} > \frac{1}{1 - (c_i) \cdot (1 - t_i)}$$

Ou seja, para equilíbrio da balança comercial, o multiplicador de um sistema com comércio interregional ativo deverá ser maior que o multiplicador de uma economia fechada.

Quanto aos parâmetros do modelo, um aumento da propensão marginal a importar, impacta na direção de deterioração do balanço de pagamentos da região i em um momento primário. O aumento de renda experimentado pelas outras regiões fará com que seja estimulada a demanda por produtos da região i, elevando posteriormente o nível de exportações dessa região.

O desequilíbrio temporário do balanço de pagamentos pode ser corrigido por movimentações de recursos entre as regiões no curto prazo. Em muitos casos, mecanismos adicionais de ajustamento podem se fazer necessários.

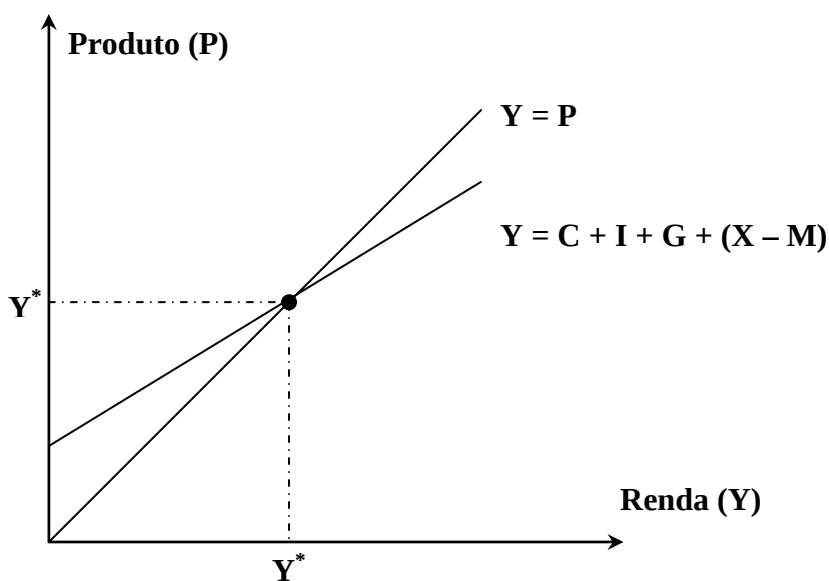
Entre esses mecanismos podem ser citados:

- i) Efeitos de preços e de renda interna a região – um aumento no nível de preços dos bens e serviços diminui a renda real e retrai o poder aquisitivo das famílias, contraindo o consumo e as importações. Este movimento inicial melhora o saldo do balanço de pagamentos. Com redução das exportações (e de renda regional), as outras regiões também perdem capacidade de importar reduzindo a demanda pelos produtos da região i. O movimento secundário desta região leva a uma diminuição das exportações que deteriora seu saldo do balanço de pagamentos. O equilíbrio regional é restabelecido com a restauração do saldo inicial das relações comerciais;
- ii) Despesas do governo em regiões deprimidas – folhas salariais de órgãos públicos, previdência social, atividades básicas do governo (fiscalização, polícia, educação, saúde e saneamento) e investimentos públicos em infra-estrutura. Como forma de aumentar o produto de determinadas regiões, os governos as contemplam com políticas de gastos. A criação de instituições do governo aumenta o efetivo funcional público, forma de gerar empregos e distribuir renda;
- iii) Fluxo de capital e mão-de-obra – a imigração de mão-de-obra e a convergência de capital para regiões prósperas proporcionam o aumento da capacidade produtiva além de diminuir a pressão sobre os custos de produção: os salários estabilizam-se e a maior facilidade de acesso a financiamentos, por exemplo, também resultam em menores custos na formação bruta de capital fixo. Os investimentos privados são parâmetros exógenos ao modelo TBEx;

- iv) Políticas fiscais – o governo também pode influir no multiplicador da economia através da alteração da taxa marginal da tributação. Os impostos incidentes diretamente nos preços dos bens ou sobre a renda impactam negativamente no consumo. Alterações na tributação não alteram a renda nacional, por que apenas redistribui a renda na região perturbadora.
- v) Transferências governamentais se fossem admitidas ao modelo – programas públicos de distribuição de renda e doações de recursos a instituições públicas e privadas de assistência social em última instância transformam-se em consumo privado na região, impactando sobre esta variável do modelo.

Há restauração de equilíbrio do sistema sob perturbação de quaisquer das variáveis ou parâmetros do modelo. Alterações nas propensões a consumir e a importar ou ainda a taxa de tributação impactam no multiplicador da economia regional, alterando o nível de equilíbrio.

Gráfico 3.1 - Representação Gráfica da TBEx



Fonte: Elaboração do Autor

Considerando que a economia não trabalha com estoques e as produções das regiões resultam em renda na nação, o equilíbrio se estabelece onde a renda e a produção se equivalem. A figura 3.1 ilustra o equilíbrio regional do modelo TBEx, baseada na teoria macroeconômica keynesiana.

3.3 – A TBEX E OS ÍNDICES LOCACIONAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A classificação das atividades econômicas em básicas e não-básicas ajusta-se perfeitamente ao conceito de quociente locacional (Q.L.). O Q.L. que na presente pesquisa utiliza a variável emprego, compara a concentração da mão-de-obra entre a indústria de uma determinada região e a mesma indústria nacional. O nível do Q.L. apresenta a relativa importância da atividade produtiva. Quanto mais alto o nível, mais destacado é o setor econômico e, provavelmente, a produção realiza-se em quantidades superiores à demanda local. O excedente poderá ser exportado. Estas atividades são consideradas básicas. As exportações, portanto, realizam-se em atividades com força de atração de renda para promover o desenvolvimento da região.

O multiplicador do modelo TBEx, parâmetro de referência da renda, potencializa o desenvolvimento econômico local, onde realizam-se os encadeamentos para frente e para trás dos segmentos produtivos. As atividades não-básicas também são beneficiadas pelo aumento da renda per capita na região, por que estas são complementares e dão suporte às atividades básicas (OLIVEIRA & LIMA, 2003, p. 30). Os encadeamentos, no entender de SOUZA (1997), se realizam com a transferência de insumos entre as cadeias produtivas.

Os dois outros índices referenciados nesta pesquisa, o Coeficiente de Especialização (C.E.) e o Coeficiente de Localização (C.L.), captam a concentração ou dispersão da atividade econômica entre as estruturas produtivas da microrregião e a do Estado. A importância destes últimos dois índices locais decorre da possibilidade de análise dinâmica das transformações das estruturas econômicas locais e nacionais.

4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a conjuntura dinâmica das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito das microrregiões do estado de Pernambuco entre os anos de 1999, 2003 e 2007. A análise dos dados resultará na revelação da transformação da configuração produtiva ou do padrão de localização das atividades econômicas no referido estado do nordeste brasileiro.

A metodologia proposta segue modelo da economia regional referenciada pela teoria da base de exportação. Este conjunto forma um instrumento de análise que compara a relevância da atividade econômica estabelecida em um espaço determinado. A variável utilizada é o número de empregos formais com vínculo ativo na atividade econômica. O fluxo de empregos revela com relativa consistência o desempenho da renda da região. Desta metodologia, serão utilizados três índices que revelam a formatação da distribuição de setores produtivos na região. Os índices são: o quociente locacional (Q.L), o coeficiente de especialização (C.E) e o coeficiente de localização (C.L).

Este capítulo divide-se em três seções:

Seção 4.1 – Análise dinâmica da conjuntura econômica de Pernambuco entre 1999 e 2007. Para este tópico serão utilizados dados dos quadros 4.1 e 4.2.

Seção 4.2 - Análise complementar do desempenho econômico das microrregiões baseados nas revelações dos indicadores quociente locacional (Q.L.) – quadros 4.3 a 4.5 - e coeficiente de especialização (C.E) – quadros 4.6 a 4.8; e

Seção 4.3 – Exame suplementar da evolução da estrutura de produção pernambucana baseada no indicador coeficiente de localização (C.L) da atividade econômica utilizando os dados do quadro 4.9.

As informações inferidas dos três índices locais representam aspectos qualitativos das atividades econômicas no que tange a sua importância – participação no conjunto de atividades econômicas efetivamente desenvolvidas. Os níveis obtidos representam as contribuições percentuais dos números de mãos-de-obra formais dos setores produtivos desenvolvidos nas áreas determinadas.

Ao final do capítulo será possível concluir acerca dos objetivos da presente pesquisa. Os resultados serão apresentados e discutidos a seguir.

4.1 - PANORAMA DA GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM PERNAMBUCO

Esta seção apresenta a evolução da economia de Pernambuco em termos de geração de empregos setoriais nas microrregiões entre 1999 e 2007. As informações são extraídas dos quadros 4.1 e 4.2 que indicam, respectivamente,

- i) O número de empregos gerados por setor e região entre 1999 e 2007; e
- ii) O percentual setorial em relação ao total de empregos gerados nas microrregiões no amplo período da pesquisa.

Ressalvas são feitas para a microrregião da Ilha de Fernando de Noronha, onde a limitação populacional estabelecida por força de lei ambiental restringe a capacidade de crescimento da economia.

Entre 1999 e 2007, o volume de empregos formais em Pernambuco cresceu 44,99% com a criação de 384.620 vagas; 42,21% delas gerados na microrregião de Recife e 11,41% no Vale do Ipojuca. Excetuando as peculiaridades da Ilha de Fernando de Noronha, as microrregiões com maiores acréscimos à base inicial (1999) de mão-de-obra formal foram, sucessivamente, Alto do Capibaribe (130,93%), Suape (123,92%), Vale do Ipojuca (99,65%), Brejo Pernambucano (98,67%); Vitória de Santo Antão (96,46%) e Vale do Ipanema (88,18%).

Os setores de serviços, administração pública, comércio e indústria de transformação, nesta ordem, proporcionaram maior dinamismo quanto à contratação de mão-de-obra formal, gerando o equivalente a 92,8% deste tipo de emprego nos oito anos de análise em Pernambuco.

No período da pesquisa, oito das dezenove microrregiões: Recife, Vale do Ipojuca, Suape, Mata Setentrional, Mata Meridional, Petrolina, Garanhuns e Alto Capibaribe, apresentaram as maiores contribuições na criação de empregos do Estado representando 85,30% do total, ou seja, 328.063 vagas geradas. Outras oito regiões registraram o acréscimo de apenas 8,31% de volume de empregos com carteira assinada no Estado; segue lista em ordem crescente de contribuição: Fernando de Noronha, Vale do Ipanema, Itaparica, Salgueiro, Sertão do Moxotó, Médio Capibaribe, Brejo Pernambucano, Sertão do Pajeú.

Nas microrregiões da Mata Meridional, Recife e Vale do Ipojuca se estabeleceram as maiores gerações absolutas de vagas do setor da indústria de transformação, mas as regiões de Itamaracá, Vitória de Santo Antão e Alto Capibaribe se destacaram em participação relativa do emprego desta atividade.

O comércio apresentou maior contingente de mão-de-obra nas áreas de Recife, Vale do Ipojuca, Petrolina, Mata Setentrional, Garanhuns e Alto Capibaribe. Neste setor, durante o período de observação, várias microrregiões consideradas de baixa renda per capita, como sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú, Salgueiro e Itaparica também se destacaram, mas em números relativos de empregos gerados.

Quadro 4.1 - Empregos Formais Criados nas Microrregiões Pernambucanas
– por Atividade Econômica - 1999 a 2007

Setor Região	Extr Minr	Indst Trans	SIUP	Const Civil	Com	Servs	Adm Públc	Agro	Total
Alto Capib	38	4499	-40	49	2609	1482	2283	48	10968
Fern Nor	0	21	-13	4	96	502	0	9	619
Arapipina	-28	220	40	603	1167	245	4756	15	7018
Brejo PE	15	434	0	72	600	229	4422	-65	5707
Garanhun	-14	929	-1	447	2980	1596	5682	121	11740
Itamaracá	0	3817	-139	565	824	592	2094	-4	7749
Itaparica	0	46	271	-294	1093	309	1307	595	3327
Mat Seten	-6	7067	5	16	4295	464	6101	7055	24997
Mat Merid	3	12921	17	978	2511	1356	8285	-1495	24576
Suape	3	6397	-14	3206	2640	7838	8070	-453	27687
Md Capib	-6	380	-11	33	1077	54	3036	-36	4527
Petrolina	38	808	-206	868	5742	4130	3722	6762	21864
Pajeú	11	709	5	852	2143	698	1730	471	6619
Salgueiro	14	128	-5	500	906	612	1518	3	3676
Recife	443	10673	969	4489	46647	81381	17840	-93	162349
Moxotó	3	136	-20	119	1313	620	1988	75	4234
Vale Ipane	0	-16	2	74	528	264	2182	195	3229
Vale Ipoju	-75	9014	-22	1342	9738	13602	9983	300	43882
Vit St Ant	44	4806	-153	192	1204	1076	3684	-1001	9852
Pernambc	483	62989	685	14115	88113	117050	88683	12502	384620

Fonte: MTE/RAIS – Elaboração do Autor

Para o setor de serviços; Recife, Vale do Ipojuca e Suape se destacaram tanto em quantidades absolutas (102.821 vagas, equivalentes a 87,84% do total de empregos formais setoriais gerados) como em números relativos na geração de mão-de-obra do amplo período. Destaque deste setor é a ínfima microrregião de

Fernando de Noronha, onde 81,0% da adição de mão-de-obra local no período estavam alocadas no setor de serviços.

Quadro 4.2 - Participação Percentual da Atividade Econômica no Total de Empregos Gerados nas microrregiões pernambucanas entre 1999 e 2007 (%)

Setor Região	Extr Min	Indust Transf	SIUP	Cons Civil	Com	Servs	Admin Públic	Agrop	Total (%)
Alt Cap	0,35	41,02	-0,36	0,45	23,79	13,51	20,82	0,44	100
Fer Nor	0,00	3,39	-2,10	0,65	15,51	81,10	0,00	1,45	100
Araripin	-0,40	3,13	0,57	8,59	16,63	3,49	67,77	0,21	100
Brej PE	0,26	7,60	0,00	1,26	10,51	4,01	77,48	-1,14	100
Garanh	-0,12	7,91	-0,01	3,81	25,38	13,59	48,40	1,03	100
Itamar	0,00	49,26	-1,79	7,29	10,63	7,64	27,02	-0,05	100
Itaparic	0,00	1,38	8,15	-8,84	32,85	9,29	39,28	17,88	100
Mat Set	-0,02	28,27	0,02	0,06	17,18	1,86	24,41	28,22	100
Mat Mr	0,01	52,58	0,07	3,98	10,22	5,52	33,71	-6,08	100
Suape	0,01	23,10	-0,05	11,58	9,54	28,31	29,15	-1,64	100
Md Cap	-0,13	8,39	-0,24	0,73	23,79	1,19	67,06	-0,80	100
Petrolin	0,17	3,70	-0,94	3,97	26,26	18,89	17,02	30,93	100
Pajeú	0,17	10,71	0,08	12,87	32,38	10,55	26,14	7,12	100
Salgueir	0,38	3,48	-0,14	13,60	24,65	16,65	41,29	0,08	100
Recife	0,27	6,57	0,60	2,77	28,73	50,13	10,99	-0,06	100
Moxotó	0,07	3,21	-0,47	2,81	31,01	14,64	46,95	1,77	100
Val Ipan	0,00	-0,50	0,06	2,29	16,35	8,18	67,58	6,04	100
Val Ipoj	-0,17	20,54	-0,05	3,06	22,19	31,00	22,75	0,68	100
Vit S Ant	0,45	48,78	-1,55	1,95	12,22	10,92	37,39	-10,16	100
Pernamb	0,13	16,38	0,18	3,67	22,91	30,43	23,06	3,25	100

Fonte: MTE/RAIS – Elaboração do Autor

Não obstante, o setor agropecuário ser explorado com peculiaridade local, em consideráveis áreas da extensão do solo pernambucano - zona da mata, brejo e semi-árido - as atividades associadas ao setor, na presente pesquisa, não mostraram ser geradoras de expressivos números de empregos formais. Em três microrregiões – Petrolina, Itaparica e Mata Setentrional – constataram-se aumentos

expressivos do emprego formal nas atividades agrícola e pecuária. Em Petrolina e Itaparica exploram-se a agricultura irrigada de frutas enquanto a mata setentrional tem no cultivo da cana-de-açúcar seu principal produto agroindustrial.

Das atividades econômicas, a indústria extrativa mineral e os SIUP's, foram consideradas estacionárias quanto a geração de mão-de-obra formal: 1.168 vagas, que representaram apenas 8,0% do volume absoluto de empregos do início do período e 0,31% do total de vagas geradas no Estado em oito anos de observação.

O número de empregos do setor de SIUP's concentra-se em duas microrregiões - Recife e Itaparica, assim como parte considerável de empregos da indústria extrativa mineral está estabelecida em Araripina. As duas atividades econômicas reúnem características em comum: a despeito do pequeno número absoluto de mão-de-obra, ostentam nas respectivas microrregiões, expressivos números relativos.

Quanto à distribuição de empregos formais no Estado, o setor de administração pública contemplou 14 microrregiões com crescimento acima do apresentado pelo Estado. As microrregiões que se destacaram quanto à geração de empregos públicos foram: Brejo Pernambucano (77,48% sobre a base inicial); Araripina (67,77%); Vale do Ipanema (67,58%); Médio Capibaribe (67,06%); Garanhuns (48,40%); Sertão do Moxotó (46,95%) e Sertão do Salgueiro (41,29%); Itaparica (39,28%). A maioria destas regiões é destituída de uma base econômica de referência como geradora de empregos formais no Estado.

Para explicar o dinamismo da geração de empregos formais no Estado de Pernambuco, entre 1999 e 2007, serão efetuadas desagregações para apresentar quais as atividades econômicas que apresentaram melhores desempenhos quanto à geração de mão-de-obra setorial nas unidades regionais.

Os dados dos quadros 4.1 e 4.2 remetem às observações de desempenhos das microrregiões em quatro conjuntos de setores econômicos:

- i) Comércio e administração pública;
- ii) Indústria de transformação;
- iii) Serviços; e
- iv) Agropecuária.

No período de 1999 a 2007, o crescimento do número de empregos formais nas microrregiões do Estado de Pernambuco baseou-se em algum do conjunto de

atividades econômicas acima listadas. Na análise dos dados não foram constatadas áreas que evoluíram na geração de empregos com ênfase predominantemente no setor da construção civil, SIUP's e indústria extrativa mineral.

4.1.1 – MICRORREGIÕES COM CRESCIMENTO BASEADO NOS SETORES COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Necessário se faz ressaltar que não há nenhuma comprovação, nesta pesquisa, de correlação entre os dois setores em epígrafe. Nos pressupostos da teoria da base de exportação, o comércio e a administração pública são duas atividades econômicas de suporte, portanto não-básicas, que são impactadas pelos adicionais de renda gerados pelo resultado do produto de setores básicos da região. Em períodos de prosperidade econômica de regiões, tanto atividades mercantis como serviços públicos são imprescindíveis para as regulações respectivas das novas interações de mercado (parte econômica) e das relações sociais mais complexas (parte política).

Nove microrregiões apresentaram crescimentos associados à criação de empregos formais dos setores conjuntos de comércio e administração pública, entre elas, Garanhuns, Sertão do Pajeú, Salgueiro e Moxotó.

Nos territórios de Araripina, Brejo Pernambucano, Médio Capibaribe e Vale do Ipanema; 2/3 das vagas de trabalho criadas entre 1999 e 2007, estavam baseadas no funcionalismo público. Nessas regiões, as principais atividades econômicas da iniciativa privada reveladas no quociente locacional, notadamente, a agropecuária e/ou indústria extrativa mineral, encontravam-se estagnadas ou com fraco desempenho no período.

A microrregião de Itaparica, além dos setores do governo e do comércio, também apresentou relevância na geração de empregos do setor agropecuário.

4.1.2 – MICRORREGIÕES COM CRESCIMENTO BASEADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Das microrregiões de Pernambuco, seis apresentaram crescimentos associados principalmente a indústria de transformação: Alto do Capibaribe, Vale do Ipojuca, Suape, Itamaracá, Mata Meridional e Vitória de Santo Antão.

No Alto Capibaribe e Vale do Ipojuca a indústria de transformação estavam relacionadas ao setor têxtil nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Este último mais Belo Jardim, municípios do Vale do Ipojuca, também exploravam outros segmentos industriais como alimentos, metalurgia e cerâmica. No Vale do Ipojuca, a base de mão-de-obra conjunta da indústria, comércio e serviços lideraram o crescimento da região participando com 75,94% das vagas geradas.

Na região de Suape, a reunião dos setores da indústria de transformação; dos serviços e da administração pública contribuiu com expressiva parcela dos empregos gerados: 80,56%.

Das vagas de empregos criadas na região de Itamaracá, a administração pública mais a indústria de transformação absorveram 76,28% do total. Se computada apenas a geração de mão-de-obra industrial no intervalo de tempo, conclui-se que esta representava 49,26% do total criado na região, o segundo maior percentual de crescimento do emprego fabril entre todas as regiões do Estado.

As microrregiões de Vitória de Santo Antão e Mata Meridional estão relacionadas às economias agro-industrializadas da cana-de-açúcar. O motivo de essas regiões figurarem no setor da indústria de transformação refere-se ao fato delas apresentarem decadência da geração de empregos no setor agropecuário, mais especificamente no segmento agrícola de cultivo da gramínea sucro-alcooleira, entre 1999 e 2007. Mesmo assim, não se pode deixar de considerar relevante esta atividade por que as bases iniciais de rurícolas empregados revelaram-se expressivas, nas estruturas econômicas das respectivas regiões.

Na microrregião de Vitória de Santo Antão, o total de empregos gerados em oito anos nos setores da indústria de transformação somados aos da administração pública, representaram 86,17% do total, enquanto, na Mata Meridional, coincidentemente, os dois setores conjuntos apresentaram participação de 86,29% no total de empregos locais gerados.

4.1.3 – MICRORREGIÕES COM CRESCIMENTO BASEADO NO SETOR DE SERVIÇOS

As duas mais contrastantes regiões apresentaram desempenhos positivos baseados no setor de serviços: Recife e Fernando de Noronha. Na microrregião metropolitana de Recife, absolutamente a maior contribuinte de empregos formais do Estado, foram criados 81.381, equivalentes a 50,13% dos novos postos de trabalhos do setor de serviços entre 1999 e 2007. Em Fernando de Noronha foram criadas apenas 502 vagas no mesmo setor, mas, na pequena Ilha, o setor de serviços também se revelou a mais importante atividade econômica e este pequeno número de empregos representaram mais de 81,0% dos novos empregos gerados na Ilha em oito anos. Enquanto Fernando de Noronha cresceu 257,92% na base local inicial de empregos formais, a região de Recife acresceu apenas 28,45%. Os desempenhos representaram, respectivamente, a maior e a menor evolução relativa de empregos no Estado, a despeito da inversão de valores quanto à base absoluta.

A microrregião de Recife que ostentou média de 61,73% da mão-de-obra formal pernambucana no amplo período da presente pesquisa, liderou a geração absoluta de empregos do Estado: 162.349 vagas. Com significativa contribuição absoluta do produto no Estado, o desempenho geral da microrregião metropolitana ficou associado também, mas em menor proporção, aos soerguimentos da indústria de transformação, do comércio e da administração pública.

4.1.4 – MICRORREGIÕES COM CRESCIMENTO BASEADO NO SETOR AGROPECUÁRIO

As evoluções das economias de duas microrregiões foram baseadas, principalmente, nas atividades agropecuárias, são elas, Petrolina e Mata Setentrional. Nesta última predominava a economia baseada na agroindústria da cana-de-açúcar, enquanto naquela a fruticultura irrigada de exportação gerava significativo valor adicionado ao produto da região (CONDEPE/FIDEM, 2008). Itaparica também foi outra das regiões que experimentaram avanço no número de empregos do setor agropecuário.

Em Petrolina, a exploração de atividades agrícolas absorveu média anual de quase 1/3 da força de trabalho da região. De todo emprego formal criado na região em oito anos; 30,93% estavam baseados na agropecuária. Os setores de comércio e os serviços também ocuparam papel de destaque contribuindo com gerações locais representativas de empregos de respectivos 26,26% e 18,89%.

Os setores conjuntos da agropecuária e indústria de transformação na região da mata setentrional contribuíram com criação de 14.122 postos de trabalhos, equivalentes a 56,49% do total de empregos gerados localmente no amplo intervalo de tempo da pesquisa.

4.2 – A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA DO PADRÃO DE LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS MICRORREGIÕES DE PERNAMBUCO

Os resultados revelados nos conjuntos dos quadros 4.3 a 4.5 e 4.6 a 4.8 representam, respectivamente, os seguintes índices de localização da atividade econômica: quociente locacional (Q.L.) e coeficiente de especialização (C.E) regional dos anos de 1999, 2003 e 2007.

Os resultados do primeiro índice (Q.L) com cotas superiores a unidade revelam que a atividade é geradora de excedente de produção em relação a demanda local. O *quantum* adicional de produtos poderá ser exportado para outros mercados com escassez de oferta. Os índices locacionais com valor apurado inferior a unidade representam atividades não-básicas, ou seja, setores econômicos endógenos ou que abastecem apenas o mercado da região.

Em cada tópico desta seção serão apresentados os resultados obtidos dos dois indicadores relacionados (Q.L e C.E) convenientemente analisados em três intervalos de referência: 1999-2003, 2003-2007 e/ou o amplo intervalo 1999-2007.

O aspecto temporal da análise reporta a dinâmica de transformação do padrão de localização das atividades econômicas no Estado de Pernambuco. As interpretações sobre essa transformação no âmbito de cada microrregião do estado de Pernambuco e a revelação do panorama econômico no ano de 2007 serão discutidas nos próximos tópicos.

Quadro 4.3 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 1999

Região Atividade	ALTO CAPB	FERN NORN	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAPB	PETRL	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VIT ST ANTÃO
Extrativa Mineral	1,71	0,00	31,29	1,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03	0,41	2,65	3,13	0,27	0,00	0,00	0,42	3,12	1,80	3,19
Ind. Transform.	1,16	0,09	1,69	0,70	3,88	0,33	0,43	0,09	2,27	2,95	3,15	0,63	0,55	0,36	0,21	0,65	0,71	1,27	1,22
Svs Inds Ut. Púb	0,36	3,82	0,39	0,54	0,92	0,00	0,00	0,54	0,17	0,34	0,42	0,15	0,71	0,56	0,24	1,30	0,32	0,26	1,10
Construção Civil	0,16	0,00	0,07	0,60	0,23	0,06	0,00	1,62	0,20	0,05	0,52	0,07	1,40	0,41	0,86	1,29	0,12	0,51	0,16
Comércio	0,96	1,14	0,73	1,55	0,55	0,40	0,33	0,80	0,77	0,48	0,84	0,82	1,22	1,15	1,18	1,00	1,34	1,62	1,43
Serviços	0,45	2,69	0,33	0,59	0,29	0,27	0,07	0,25	0,26	0,18	0,56	0,43	0,76	0,40	0,40	1,28	0,50	0,69	0,35
Adm. Pública	1,70	0,00	1,52	1,39	0,68	2,26	2,63	2,17	0,83	0,73	0,47	1,73	0,70	1,91	1,98	0,97	1,66	0,96	0,94
Agropecuária	0,12	0,28	0,06	0,59	0,56	1,91	0,44	0,40	4,50	4,57	1,67	2,23	5,11	0,62	0,18	0,23	0,31	1,16	4,21

FONTE: MTE/RAIS – 2007 -Montagem do Autor

Quadro 4.4 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 2003

Região Atividade	ALTO CAPB	FERN NORN	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAPB	PETRL	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VIT ST ANTÃO
Extrativa Mineral	1,74	0,00	28,82	1,55	0,00	0,00	1,20	0,00	0,84	0,37	1,50	5,31	0,70	0,00	1,36	0,46	1,44	0,81	3,06
Ind. Transform.	1,95	0,20	1,15	0,68	3,93	0,35	0,08	0,13	1,96	2,68	2,54	0,68	0,42	0,44	0,16	0,65	0,63	1,29	0,85
Svs Inds Ut. Púb	0,08	0,00	0,14	0,99	0,10	0,00	0,05	2,47	0,18	0,22	0,20	0,07	0,24	0,48	0,46	1,47	0,13	0,14	0,27
Construção Civil	0,22	0,44	0,79	0,92	0,70	0,14	0,02	1,21	0,12	0,07	0,73	0,05	0,86	0,42	1,26	1,33	0,75	0,73	0,16
Comércio	1,15	1,38	0,71	1,28	0,50	0,32	0,34	1,05	0,67	0,49	0,74	0,82	1,39	1,08	1,03	1,04	1,28	1,44	1,21
Serviços	0,44	2,41	0,27	0,49	0,26	0,22	0,07	0,39	0,28	0,19	0,60	0,36	0,69	0,37	0,35	1,36	0,45	0,77	0,37
Adm. Pública	1,39	0,00	1,96	1,65	0,84	2,66	3,03	2,02	0,85	0,78	0,68	1,95	0,75	2,01	2,20	0,89	1,80	1,03	1,26
Agropecuária	0,11	0,40	0,02	0,39	0,66	0,78	0,26	0,40	4,75	4,40	2,12	1,42	4,30	0,73	0,07	0,14	0,28	0,61	3,30

FONTE: MTE/RAIS – 2007 -Montagem do Autor

Quadro 4.5 – Quociente Locacional da Atividade Econômica em Pernambuco no ano de 2007

Região Atividade	ALTO CAPB	FERN NORN	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAPB	PETRL	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VIT ST ANTÃO
Extrativa Mineral	2,04	0,00	18,18	0,83	0,00	0,82	0,00	0,00	0,63	0,32	1,34	2,02	0,65	0,36	0,92	0,74	2,35	0,46	3,15
Ind. Transform.	2,01	0,18	1,01	0,61	3,55	0,41	0,21	0,09	2,07	3,06	2,20	0,59	0,40	0,47	0,21	0,59	0,51	1,29	2,17
Svs Inds Ut. Púb	0,03	0,11	0,53	0,42	0,12	0,00	0,03	3,30	0,15	0,33	0,23	0,07	0,17	0,53	0,16	1,51	0,13	0,16	0,08
Construção Civil	0,13	0,11	0,90	0,74	0,81	0,17	0,25	0,29	0,14	0,35	1,71	0,11	1,24	1,31	1,77	1,22	0,32	0,62	0,31
Comércio	1,15	0,94	0,78	1,39	0,53	0,48	0,61	1,17	0,79	0,48	0,63	0,93	1,26	1,30	1,17	1,03	1,38	1,34	0,97
Serviços	0,46	2,76	0,23	0,53	0,28	0,20	0,17	0,27	0,18	0,18	0,79	0,29	0,70	0,38	0,46	1,36	0,50	0,88	0,36
Adm. Pública	1,21	0,00	1,95	1,58	0,82	2,55	2,61	1,98	0,88	0,92	0,78	2,02	0,69	1,68	1,88	0,91	1,74	0,91	1,15
Agropecuária	0,12	0,34	0,06	0,47	0,37	0,92	0,94	1,94	5,66	2,73	0,60	1,57	6,43	1,04	0,13	0,19	0,37	0,72	1,14

FONTE: MTE/RAIS – 2007 -Montagem do Autor

Quadro 4.6 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 1999

REGIÃO	ALT CAP	FER NOR	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAP	PETR	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VITO SANT
COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO	0,25	0,54	0,32	0,20	0,42	0,45	0,53	0,41	0,35	0,45	0,35	0,30	0,24	0,31	0,34	0,10	0,27	0,13	0,24

FONTE: MTE/RAIS 1999 – Montagem do Autor

Quadro 4.7 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 2003

REGIÃO	ALT CAP	FER NOR	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAP	PETR	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VITO SANT
COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO	0,27	0,48	0,34	0,24	0,39	0,49	0,60	0,34	0,36	0,43	0,28	0,31	0,26	0,31	0,37	0,13	0,28	0,12	0,25

FONTE: MTE/RAIS 2003 – Montagem do Autor

Quadro 4.8 – Coeficiente de Especialização das Microrregiões do Estado de Pernambuco no ano de 2007

REGIÃO	ALT CAP	FER NOR	ARAR	GARN	ITAM	BREJ PERN	VALE IPAN	ITAP	MAT SETN	MAT MERI	SUAP	MÉD CAP	PETR	PAJE	SALG	REC	SERT MOX	VALE IPOJ	VITO SANT
COEFICIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO	0,24	0,51	0,31	0,24	0,39	0,46	0,47	0,38	0,35	0,38	0,21	0,33	0,28	0,26	0,32	0,12	0,28	0,10	0,23

FONTE: MTE/RAIS 2007 – Montagem do Autor

4.2.1 – ALTO CAPIBARIBE

Na microrregião do Alto Capibaribe, entre os anos de 1999 e 2007, a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação e o comércio representaram as atividades econômicas relevantes quanto ao nível do Q.L. Os três setores tinham participação relevante na economia da região.

No primeiro intervalo(1999-2003), observou-se elevação de 103,63% no volume de mão-de-obra formal do conjunto destas três principais atividades, enquanto no período posterior (2003-2007), essa mesma base econômica avançou 85,93% consolidando um aumento de 278,60% no estoque de empregos formais na amplitude dos períodos analisados (1999-2007).

O amplo período marcou o avanço da região na participação do conjunto de empregos setoriais total do Estado: de 0,98% em 1999 para 1,57% em 2007.

Composta de nove municípios, a microrregião do Alto Capibaribe concentrava em Taquaritinga do Norte, Surubim, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe 96,90% dos comerciários e 95,40% dos industriários da região em 2007.

O desempenho do Q.L referente ao setor industrial da extração mineral (1,71; em 1999; 1,74; em 2003 e 2,04; em 2007) desta microrregião refletiu os números do emprego formal da exploração das minas de calcários no município de Vertente do Lério (Mineradora MEGAÓ Ltda, Calcário Renova Terra Ltda, CALPESA e Mineração Paulista Ltda) conforme concessões de lavras da CPRM no período.

A revelada elevação dos níveis do quociente locacional da indústria de transformação (1,16 em 1999 e 1,95 em 2003) decorreu do crescimento de 179,65% do número de industriários nesses primeiros quatro anos pesquisados. Ao final do último quadriênio da pesquisa, somaram-se o equivalente a outros 90,73% do estoque mediano. Um desempenho espetacular que catapultou o quociente locacional do setor para 2,01 em 2007. As indústrias de confecções (ênfase de fabricação de peças em *jeans*) são as principais atividades de elaboração da região, ocupando 39,38% dos trabalhadores (formal e informal) em Santa Cruz do Capibaribe; 40,09% em Toritama e outras parcelas menos significativas em Surubim e Taquaritinga do Norte, segundo BUARQUE (2008).

O comércio também representou atividade com aumento de participação na economia regional: em 1999, Q.L = 0,96; em 2003, Q.L = 1,15 e em 2007, Q.L = 1,15. O desempenho crescente deste indicador locacional foi obtido com aumento

de 87,26% da mão-de-obra dos estabelecimentos comerciais no primeiro intervalo da pesquisa (1999-2003). Acréscimos de outros 78,25% foram observados entre 2003 e 2007, consolidando um aumento de 233,99% sobre a base inicial de comerciários em oito anos de análise.

Na análise dos índices de especialização, constatou-se pequena variação nos intervalos: 0,24 em 1999; 0,27 em 2003 e 0,24 em 2007. Nesta região não há uma estrutura de distribuição setorial (dos empregos formais) muito diferenciada da composição do Estado. Na microrregião do Alto Capibaribe, a dinâmica econômica impelida no período não logrou modificações significativas quanto a concentrações ou dispersões das atividades econômicas quanto aos indicadores locais. Apesar do crescimento expressivo do trabalho formal no comércio e na indústria de transformação, por outro lado a região também experimentou diminuição de empregos nos SIUPs e o baixo desempenho da geração de mão-de-obra dos setores agropecuário e construção civil.

Não obstante o desenvolvimento experimentado e a pesquisa MTE/RAIS captar aumento significativo de empregos na região Alto Capibaribe, BUARQUE (2008, p. 48) revela a existência de alto índice de emprego informal das atividades industriais de confecções nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

A agricultura representa pequena expressividade na economia dessa região. Em 2007, realizavam-se pequenos cultivos de banana, manga e culturas de sequeiro (feijão, mandioca e milho). Conforme IBGE (2007b), a atividade pecuária assentava na região apenas 2,02% do rebanho de animais pernambucanos. Nos municípios de Surubim, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte; o censo IBGE contabilizou, respectivamente; 10.600, 9.300 e 8.600 cabeças de gado bovino.

4.2.2 – FERNANDO DE NORONHA

O arquipélago de Fernando de Noronha é um território administrado pelo estado de Pernambuco². O isolamento físico e as exigências de preservação ambiental pelas leis brasileiras, impedem o crescimento populacional da Ilha. Desta forma, há restrições para desenvolvimento de atividades econômicas.

² Na Constituição brasileira de 1988, o arquipélago foi transformado em Distrito Estadual de Pernambuco.

A administração pública não contribui com números de empregos, provavelmente, porque o funcionalismo público está lotado no município de origem da instituição governamental, na capital do Estado. Estas restrições conferem à Ilha o menor volume absoluto de empregos em todas as microrregiões pernambucanas.

Na ilha, os setores econômicos relevantes estavam relacionados ao setor turístico: comércio e serviços. Estes representavam, na Ilha, segmentos como hospedagem, lazer, gastronomia, transportes e comunicações. O comércio varejista é predominante por questões logísticas e de escala.

O quociente locacional do comércio na microrregião oscilou em torno da média de 1,15 entre 1999 e 2007. Nos serviços, que concentrou média de 76,36% de todo o emprego de carteira assinada na região durante o período da pesquisa, o quociente locacional situou-se com expressiva média de 2,62.

Entre 1999 e 2007, a estrutura econômica quanto à distribuição da atividade econômica na microrregião de Fernando de Noronha, diante das peculiaridades territoriais, revelou uma grande distorção em relação ao padrão estadual. Os coeficientes de especialização da região apurados para os anos de 1999, 2003 e 2007 atingiram as cotas respectivas de 0,54; 0,48 e 0,51: níveis que indicam elevada concentração de empregos em alguma das atividades econômicas, notadamente, os serviços. Neste período, as duas principais atividades econômicas da microrregião absorveram 93,97% em média dos trabalhadores formais, percentual que denota diversidade regional da distribuição de empregos em relação ao Estado.

4.2.3 - ARARIPINA

Na microrregião de Araripina, a economia gravitou em torno de duas indústrias relacionadas: a de transformação e a extrativa mineral. Esta refere-se à exploração de minas de gipsita³ e aquela diz respeito à elaboração de gesso e derivados. O conhecido pólo gesseiro do Araripe emprega formal e informalmente muitos trabalhadores nos municípios de Araripina, Ipubi, Ouricuri, Trindade e em menor número Exu.

³ Gipsita é um mineral que após desidratado/calcinado transforma-se no gesso. O gesso é um material largamente utilizado em várias indústrias: construção civil, medicina e agricultura (fertilizantes e corretores de acidez solo).

“A região concentra 95,0% do gesso produzido no Brasil, um mineral com teor de pureza equivalente a 98,0%, um dos melhores do mundo. Em 2007, existiam no Sertão do Araripe pernambucano 350 empresas, entre mineradoras, calcinadoras e fabricantes de pré-moldados. A produção regional era de 2,5 milhões de toneladas/ano de gesso, e o setor gerava 12 mil empregos diretos e 60 mil indiretos.” (SINDUSGESSO, 2007)

Se efetuada uma comparação entre os números de emprego estimados pelo SINDUSGESSO e pelo Ministério do Trabalho (MTE) em 2007, revela-se considerável discrepância, fruto da informalidade grassante nos dois principais setores produtivos da microrregião de Araripina: o número de empregos apurados pelo MTE/RAIS (2.954) revelara-se quatro vezes menor que a estimativa do Sindicato Gesseiro (12.000).

A indústria extrativa mineral experimentou uma redução no quociente locacional, respectivamente, de 31,29; 28,82 e 18,18 em 1999, 2003 e 2007. A mesma observação foi atribuída à indústria de transformação: Q.L = 1,69 em 1999; 1,15 em 2003 até o nível de 1,01 em 2007. A explicação para esse fenômeno econômico deve-se à queda relativa do volume de empregos das principais atividades econômicas dos setores primário e secundário da região no período de análise: o número de empregos dos principais segmentos extrativo-industriais em oito anos cresceu apenas 7,03%, enquanto no conjunto das atividades a elevação do emprego situou-se em 77,93%. Destaques positivos para o setor comercial (+128,5% de vagas) e Administração pública (+107,3%).

A despeito da importância dos segmentos das indústrias gesseiras, as atividades econômicas na região do Araripe pernambucano não se evidenciaram concentradas em relação à estrutura de distribuição de empregos setoriais do Estado. O coeficiente de especialização mediano no período de estudo alcançou a cota 0,32. Este nível do C.E revelou a não-conformidade com a estrutura relativamente dispersa de empregos formais do Estado, mas também não representaram uma forte concentração no conjunto dos principais setores produtivos da região. Para confirmar o declínio dos principais segmentos produtivos da região os índices (C.E's) apresentaram-se em queda entre 1999 e 2007.

LYRA SOBRINHO (2002) apud VERGOLINO et All (2006, p. 05) atestou que, embora dezenas de empresas possuíssem, em 2000, concessões de lavras do DNPM; 79,0% da produção do pólo gesseiro do Araripe (69,0% da produção brasileira) estava concentrada em seis empresas: Mineradora São Jorge S.A. (19%);

Mineradora Ponta da Serra Ltda (16%); Mineração Serrolândia Ltda (12%); Mineradora Rancharia Ltda./Supergesso S.A. (12%); Holcim Brasil S.A. (10%) e CBE - Companhia Brasileira de Equipamentos (10%). Estas corporações operavam nos municípios de Ouricuri, Ipubi, Trindade e Araripina.

As atividades agrícolas na região de Araripina, no ano de 2007, revelaram-se relevantes, mas não geravam expressivos números de empregos formais. Naquele ano, a região foi a maior produtora de mandioca do Estado: 167.000 t., equivalentes a 26,85% da colheita total. Os municípios de Araripina, Ipubi e Exu lideraram os cultivos do referido tubérculo com, respectivas, 84.000, 35.000 e 17.000 toneladas. As culturas de milho e feijão também tiveram produções elevadas: 20.371 t. (16,45% do Estado) e 5.967 t. (5,35% do total estadual). Em Exu produziram-se 11.000 e 3.030 toneladas, respectivamente, dessas duas espécies de grãos, enquanto em Trindade e Araripina, cultivaram 3.900 e 1.512 toneladas, sucessivamente. Das lavouras permanentes apenas o município de Ipubi destacou-se com produções de banana (350 mil frutos) e manga (240 mil frutos).

Conforme IBGE(2007b), com exceção dos galináceos, a microrregião de Araripina assentava representativa parcela do rebanho pernambucano: 9,48% dos bovinos; 9,50% dos caprinos mais ovinos; 8,11% dos suínos; 15,92% dos asininos; 9,09% dos eqüinos e 9,07% dos muare. Em todos os municípios da região realizavam criações. Segundo a CONAB (2004, p. 39), a microrregião concentra a produção estimada de 80,0% do mel de abelhas no Estado.

4.2.4 – GARANHUNS

Nessa microrregião do agreste pernambucano, tendo por base a análise do estoque de empregos formais, o comércio e a administração pública apresentaram relevância entre os índices de localização da atividade econômica.

Entre 1999 e 2007, havia pequena atividade mineradora na microrregião de Garanhuns. O número de empregos desse setor relacionava-se às minas de rochas britadas, cascalhos e de rochas ornamentais (Migmatito) exploradas pelas empresas Ferreira Costa Minerações Ltda (2002), Meridional mineração Ltda (2004) e FCM importação e Exportação Ltda (2007) localizadas no município de Garanhuns conforme concessões de lavras do DNPM nos anos em referência.

O destaque da microrregião de Garanhuns, entre os 19 municípios constituintes, é a cidade homônima que, em 2007, concentrava aproximadamente 50,0% de todo o emprego formal e 75,0% do emprego no setor de comércio. Os índices locacionais referentes a este setor oscilaram durante a pesquisa: Q.L = 1,55 em 1999; redução para Q.L = 1,28 em 2003 mesmo com aumento de 17,65% do número de comerciários contratados e recuperação em 2007 com Q.L = 1,39 resultado do acréscimo de 62,80% na base produtiva desta atividade econômica.

Na região de Garanhuns, duas das atividades econômicas - agropecuária e Indústria de transformação - não foram captadas como relevantes pelos índices locacionais baseados em números de empregos formais, mas na realidade estes setores produtivos têm grande peso nos três municípios mais influentes da região: Garanhuns, Lajedo e Bom Conselho.

“A agropecuária tem um peso modesto na economia do município de Garanhuns, contribuindo com 3,6% do VAB-Valor Agregado Bruto e ocupando 20,2% da mão-de-obra (formal e informal), concentrada na pecuária bovina e leiteira; a indústria representa 23,1% do VAB, principalmente na indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico que ocupa 10,6% do emprego formal; e o setor serviços tem uma participação de 73,4% do VAB, com destaque para a atividade turística.” (BUARQUE, 2008, p. 146)

Pecuária – Efetivo de Rebanhos em 2007

O censo de rebanhos do IBGE, em 2007, contabilizou 336.230 cabeças de gado bovino na microrregião, que representava 15,15% do efetivo pernambucano. Em Lagoa do Ouro (45.700 cabeças) e Bom Conselho (39.870) assentavam os maiores contingentes de bois. Criações de aves, principalmente em Garanhuns, Jucati e Lajedo representavam 12,61% do rebanho no Estado, equivalentes a 4,02 milhões de galináceos. Os municípios de Bom Conselho e Correntes lideravam a criação de eqüinos da região totalizando 10.744 cabeças (8,53% do Estado); e em Lajedo havia a maior parte dos 19.216 suínos da região (3,87% no Estado).

Agricultura – produção das lavouras temporárias em 2007

i) 7.399 t. de batata-doce (41,06% da produção estadual) - Bom Conselho (4.500 t.) e Correntes (2.430 t.) concentraram as maiores produções;

i.i) 39.972 t. de feijão (35,0% da safra pernambucana) – São João (7.380 t.) e Caetés (4.455 t.) efetuaram colheitas mais significativas;

i.i.i) 150.970 t. da mandioca (equivalente a 24,27% da colheita deste tubérculo em Pernambuco) – em Caetés (24.000 t.), São João (22.800 t.) e Jupi (21.450 t.) realizaram-se os maiores cultivos;

i.v) 10.479 t. do milho (8,68% da colheita estadual) – Caetés (1.500 t.) e Bom Conselho (1.440 t.) efetivaram grandes produções; e

v) 6.274 t. de tomates (3,80% do total estadual), 1.500 t. foram colhidas em Jurema e 1.100 t. em Saloá.

Agricultura – produção das lavouras permanentes em 2007

i) 74,51% do café beneficiado de Pernambuco - Brejão (605 t.) e Garanhuns (390 t.) lideraram as maiores colheitas;

i.i) 1,10 milhões de frutos de laranja (30,24% do Estado) – cultivados, principalmente, em Correntes (483 mil frutos) e Calçado (137 mil frutos);

i.i.i) 11,32 milhões de frutos da banana (2,96% do Estado) – em Bom conselho realizou-se a colheita de 6,24 milhões de frutos.

Na presente pesquisa, o coeficiente de especialização da microrregião de Garanhuns variou com tendência de elevação: em 1999, C.E = 0,20; 0,24 em 2003 e em 2007 C.E = 0,24. Na análise da variação de número de empregos formais dos setores, a região experimentou movimento de concentração de atividades econômicas, resultado do aumento expressivo da base de empregados dos dois principais setores - comércio e administração pública, respectivamente +90,06% e +82,02%; enquanto o conjunto das outras atividades cresceu 59,85%.

4.2.5 – ITAMARACÁ

Essa microrregião predominantemente industrial é composta de quatro municípios. No período de 1999 a 2007, o Q.L do setor da indústria de transformação variou em torno do nível médio de 3,79. No período destacado, verifica-se um aumento do número absoluto de mão-de-obra setorial que confirma a vocação industrial da região: de 6.663 para 10.480 contratações; alta de 57,3%.

A participação do emprego formal setorial da região no conjunto da indústria de transformação do Estado foi de 5,31% em 1999; 6,01% em 2003 e 5,56% em 2007, portanto, uma participação consistente no tempo.

Conforme IBGE (2005), a indústria de transformação teve forte participação no VAB dos dois principais municípios da microrregião de Itamaracá:

- i) Igarassu (47,3% do VAB) com parque industrial diversificado onde operavam as seguintes empresas: Gerdau (metalurgia), Unilever (higiene e limpeza), Votorantim (CAI/Nordescor – química), Saint Gobain (metalurgia), White Martins S.A. (envasamento de hidrogênio), Schincariol (bebidas), Usina São José/Petribu (sucroalcooleira), Musashi do Brasil (metalurgia), Ondunorte e Moore Formulários (papéis); e
- ii) Itapissuma (59,1% do VAB), destaques para indústrias alimentícias, bebidas e álcool etílico e metalurgia (particularmente alumínio - filial da unidade industrial multinacional ALCOA S.A. – a maior empresa da região).

No município de Itamaracá, a indústria participa com 17,0% do VAB do município com pequenas unidades produtoras de alimentos, bebidas e álcool etílico. Em Araçoiaba, onde 19,1% da população ocupam-se na exploração da cana-de-açúcar, a participação da indústria é de apenas 12,4% no VAB (BUARQUE: 2008).

Nos municípios de Igarassu e Araçoiaba, a agroindústria relacionada à cultura da cana-de-açúcar é bastante influente. Nas regiões rurais desses municípios são deslocadas parcelas expressivas de mão-de-obra para o cultivo e colheita da cana. A pesquisa MTE/RAIS revela o estoque do emprego ao final do ano, período da entressafra da cana-de-açúcar em que parcela expressiva dos trabalhadores é dispensada. Este é o provável motivo da agropecuária não figurar como atividade econômica relevante na região. Conforme IBGE (2007a), as produções dos municípios de Igarassu e Araçoiaba, respectivamente, 507.180 e 61.522 toneladas de cana-de-açúcar somadas, representaram 2,93% da produção estadual.

Na região também foram expressivas as colheitas de culturas como coco-da-baía (14,72 milhões de frutos); abacate (216 mil frutos – 19,29% do total estadual); laranja (780 mil frutos – 21,5% de Pernambuco); limão (470 mil frutos – 7,60% do Estado) e banana (1,08 milhões de cachos) consoante IBGE (2007a).

O peso significativo do setor da indústria de transformação em relação à composição dos empregos formais no conjunto das atividades econômicas da região (54,33% de média no período) impactou positivamente nos índices dos coeficientes de especialização (0,42 em 1999; 0,39 em 2003 repetindo este último nível em 2007) estes resultados indicam tendência de diminuição da concentração de

empregos na principal atividade econômica da região: a indústria de transformação que cresceu 57,29% da base de mão-de-obra entre 1999 e 2007.

Entre 1999 e 2007, a base conjunta de empregos da construção civil, comércio, serviços e administração pública cresceu expressivos 89,19%, enquanto a mão-de-obra da agropecuária e dos SIUP's diminuíram em 1,34% e 84,24%; respectivamente.

4.2.6 - BREJO PERNAMBUCANO

Composta de onze municípios, o Brejo Pernambucano apresentou, no período da pesquisa, quocientes locacionais relevantes em dois setores produtivos: administração pública e agropecuária. Mas, enquanto, no período da pesquisa, a agropecuária experimentou redução na base de mão-de-obra; a Administração pública teve elevada a base funcional.

O Q.L do setor agrícola registrou nível ostensivo de 1,91 em 1999. Naquele ano, o setor representava 8,66% dos empregos na região. Oito anos depois, em 2007, com volume reduzido de trabalhadores rurais, o setor representou apenas 3,79% dos empregos formais na região, queda paulatina que conduziu o Q.L para um patamar de 0,92.

As atividades produtivas destacadas do setor agrícola referiam-se aos cultivos de tomates, frutas e cana-de-açúcar. Na pecuária, segmento mais representativo, explorava a criação de várias espécies, entre elas a do gado bovino – com finalidade de prover leite para a indústria alimentícia e suprir carne para o consumidor final.

Segundo o IBGE(2007b), em 2007; 5,39% do rebanho bovino pernambucano estavam assentados no Brejo Pernambucano, totalizando 119.711 cabeças. Nos municípios de Bonito e Altinho destacavam-se as maiores criações, respectivamente, 18.624 e 16.900 cabeças. Também em Bonito se estabelecia o maior rebanho suíno da região com 5.965 cabeças e a terceira maior população de aves no estado de Pernambuco com 1,31 milhões de galináceos.

Segundo o IBGE(2007a), o conjunto dos municípios dessa região produziu 25,53% dos tomates colhidos em Pernambuco e Camocim de São Félix foi o principal produtor do Estado totalizando 29.750 toneladas. Em Sairé, realizaram-se cultivos de frutas, principalmente, tangerina e maracujá, respectivamente, primeira e

segunda posições da produção estadual. Em Bonito, realizaram-se produções de cana-de-açúcar (187.000 t.) e batata-doce (405 toneladas).

O exame do padrão de distribuição das atividades econômicas na região revela duas fases com resultados distintos. A primeira etapa, entre 1999 e 2003, revelou elevação do coeficiente de especialização de nível 0,45 para 0,49 – forte elevação da concentração de atividades. Neste primeiro intervalo, os dois principais setores da região tiveram desempenhos totalmente contrários. A agropecuária apresentou queda de 6,39% na base setorial de empregos, enquanto na administração pública provou-se elevação expressiva de 82,69% do estoque funcional. Os números absolutos acrescidos à base setorial de empregos das outras atividades não influenciaram o resultado.

Ao final da segunda fase (2003-2007), o coeficiente de especialização foi reduzido para a cota 0,46 ensaiando um movimento de desconcentração de setores produtivos na região. Neste último intervalo, o setor público arrefeceu o número de novas contratações aumentando em 12,12% o efetivo. O estoque de empregos da agropecuária novamente foi reduzido (-7,04%). Destaques para a antes inexistente indústria extrativa mineral que ativou suas atividades na região com a contratação de mão-de-obra e os acréscimos relevantes de trabalhadores na indústria de transformação (55,65%), construção civil (55,35%) e comércio (92,28%).

Na amplitude dos intervalos, a dinâmica do padrão locacional das atividades econômicas operou no sentido de aumento da concentração, notadamente, do setor da administração pública que representou em média 75,94% da mão-de-obra formal do conjunto dos setores da região.

4.2.7 - VALE DO IPANEMA

O Vale do Ipanema é uma base territorial constituída de seis municípios que entre 1999 e 2007 contribuiu com apenas 0,52% de média do emprego formal no Estado de Pernambuco. Os índices locacionais captaram relevância apenas no setor da administração pública.

Na realidade, as atividades agropecuárias são também expressivas na microrregião, principalmente as plantações de culturas de sequeiro e a criação de

rebanho bovino, mas em áreas rurais como a localização dos municípios dessa região, as atividades agrícolas e pecuárias não são geradoras de empregos formais.

Em 2007, o IBGE(2007b) contabilizou 243.380 cabeças do rebanho bovino na região, equivalentes a 10,96% das reses pernambucanas. Nos municípios de Itaíba e Buíque concentravam as maiores maiores criações de gado do Estado, respectivamente, 83.000 e 50.000 cabeças. Nos municípios da região, realizaram-se criações de outras espécies animais (ovinos, caprinos, suínos, asininos, eqüinos e muares e galináceos) também em quantidades expressivas.

Segundo o IBGE(2007a), em 2007, na região foram produzidas 57.000 t. de mandioca – 9,16% da colheita estadual, e 18.582 t. de feijão; 16,34% do cultivo estadual. Esta segunda cultura teve produção centrada nos municípios de Itaíba (4.560 t.), Águas Belas (4.002 t.) e Buíque (5.280 t.). Neste último também se realizaram produções significativas de mandioca (48.000 t.), batata-doce (3.000 t.) e castanha de caju (2.000 t.).

Entre 1999 e 2003, a estrutura econômica dinamizou-se para a concentração do principal setor da região, resultado do aumento de 54,19% da base produtiva dos funcionários públicos conjugada com a redução expressiva de 73,59% da mão-de-obra da indústria de transformação. No segundo intervalo de análise (2003-2007) verificou-se reversão da tendência de concentração do principal setor da região. Enquanto o estoque de empregos da administração pública foi elevado em apenas 10,29% nos quatro anos finais, os estoques de empregos da indústria de transformação, comércio, agropecuária e serviços juntos tiveram aumento médio de extraordinários 184,27%, motivos da dispersão de atividades econômicas reveladas nos índices locacionais neste segundo período.

Avaliando o amplo período de referência da pesquisa, entre 1999 e 2007, quanto ao fluxo de empregos formais, apenas um setor econômico revelou-se relevante na região. A administração pública contribuiu em média, entre 1999 e 2007, com 83,07% da mão-de-obra com carteira assinada. Com número de empregos formais concentrados em um setor, a estrutura econômica da microrregião do Vale do Ipanema apresentou-se distorcida frente ao Estado, motivo dos altos níveis dos coeficientes de especialização da região: C.E = 0,53 em 1999; C.E. = 0,60 em 2003 e C.E = 0,47 em 2007. Uma leve tendência de desconcentração ao final do período pesquisa.

4.2.8 - ITAPARICA

A economia dessa microrregião gravita em torno do lago de Itaparica. A formação desse lago envolveu quatro municípios pernambucanos (Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco) e mais três da Bahia. Nesta região opera a unidade hidrelétrica geradora de energia da CHESF: UHE Itaparica (atual Luiz Gonzaga)⁴. Os municípios da região que margeiam o rio São Francisco são contemplados com pagamento de *royalties* da estatal. Os municípios de Belém de São Francisco e Petrolândia representaram as maiores alocações de empregos dos serviços industriais de utilidade pública (SIUP's).

“Petrolândia é um caso especial no Sertão de Itaparica: embora não tenha uma base econômica, apresenta o décimo segundo PIB do Estado, alavancado pela geração hidrelétrica de Itaparica (Chesf). Tanto que é o município com o mais alto percentual da indústria no Valor Agregado Bruto, cerca de 81,5%, em 2005” (CONDEPE/FIDEM, 2007).

Em relação ao desempenho dos quocientes locacionais no período, revelaram-se desempenhos distintos em vários setores de atividades econômicas:

- i) Os SIUP's experimentaram entre 1999 e 2007 um aumento dos índices: 0,54 em 1999; 2,47 em 2003 e 3,30 em 2007. A participação do estoque de empregos desse setor na região representava 0,83% do total em 1999, elevada para 3,55% em 2003 e 3,65% em 2007 em ritmo menos intenso;
- ii) A construção civil contribuiu com relevantes indicadores na primeira metade do tempo da pesquisa (1999 e 2003), reduzindo a participação em 2007. Neste último ano, a mão-de-obra da construção civil estava concentrada no pequeno município de Jatobá;
- iii) O comércio também experimentou uma elevação da participação do emprego sendo então mais representativo no final do período, em 2007;
- iv) Na administração pública, houve redução da participação do emprego setorial no período: QL = 2,17 em 1999 e Q.L = 1,98 em 2007; e
- v) A construção de canais e reservatórios nas margens do lago proporcionou o surgimento da agricultura irrigada relacionada ao moderno cultivo de

⁴ Pela lei dos Royalties, de 1991, as regiões mais próximas das usinas geradoras de energia são beneficiadas com uma Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) equivalentes a 6,75% do valor da energia produzida na unidade.

frutas e o surgimento de atividades de criação de peixes. As novas atividades agropecuárias conferiram, em 2007, relevante nível do Q.L na região: 1,94.

Em números absolutos, o efetivo de empregados dos SIUP's não mostrou-se significativo - apenas 315 funcionários em 2007 - e provavelmente, está subdimensionado porque a operação de uma grande usina geradora de energia elétrica envolve uma grande quantidade de técnicos tanto da estatal como também de mão-de-obra terceirizada. Parte da força de trabalho empregada na unidade geradora de hidroeletricidade poderia estar cadastrada no RAIS/CAGED como agentes do Setor da Administração Pública face à expressiva participação do emprego público na microrregião de Itaparica: 61,78% de média no amplo período.

Nas áreas rurais, as regiões mais áridas, desenvolveram-se a apicultura (CONAB, 2004) e a ovinocaprinocultura (IBGE/PAM, 2007a). Conforme IBGE(2007a) e IBGE(2007b), muitos municípios da região se destacaram na agropecuária:

- 1 - Floresta, maior produtor de melão do Estado (5.500 t.) e quarto maior de tomates (10.000 t.);
- 2 - Petrolândia, segundo maior produtor estadual de coco-da-baía (15,4 milhões de frutos) e goiaba (8,25 t.); e terceiro de melancia (7.000 t);
- 3 - Belém de São Francisco, 2º município produtor pernambucano de arroz (5.409 t.) e terceiro de cebola (10.500 t.) e manga (5.400 t.);
- 4 - Na microrregião, em 2007, foram recenseadas 405.050 cabeças do rebanho ovinocaprinocultor, equivalente a 14,21% do efetivo de Pernambuco. Em Floresta e Carnaubeira da Penha assentavam 58,26% das cabras e ovelhas da região.

Em 1999, o coeficiente de especialização da microrregião situou-se no nível 0,41; reduzindo para o nível 0,34 em 2003. Apesar da inexistência de empregos da indústria extrativa mineral e do número estagnado de empregos na agropecuária, os setores mais significativos inicialmente - construção civil e administração pública - cresceram menos que as atividades de pouca expressão na ocasião, como os SIUP's, comércio e serviços. No primeiro intervalo, o desempenho deste indicador revelava tendência à dispersão das atividades econômicas.

No período seguinte - 2003 a 2007 - a tendência se inverteu para a concentração de atividades e o coeficiente de especialização foi elevado para 0,38. Os SIUP's e os serviços, setores que tornaram-se significativos no final do primeiro intervalo, aumentaram ainda mais as respectivas participações, a administração

pública, setor de maior contribuição absoluta de empregos, se submeteu a crescimento de 32,94%. O número de trabalhadores formais da agropecuária deu um salto de 342,31% enquanto na indústria de transformação o número de operários foi acrescido de apenas 9,17% e o setor de serviços declinou 7,93% quanto ao número de empregos. No amplo intervalo 1999 a 2007, a região de Itaparica configurou-se com uma distribuição setorial de empregos diversa da estrutura do Estado com tendência de crescimento da participação setorial como SIUP's, comércio, agropecuária e administração pública.

4.2.9 – MATA SETENTRIONAL

A microrregião da Mata Setentrional é um território constituído por 17 municípios. As atividades econômicas predominantes prosperaram em torno da agroindústria sucro-alcooleira.

“A monocultura canavieira e a atividade industrial dos engenhos prevalecem na absorção sazonal do emprego regional. Os números da mão-de-obra variam durante a entressafra – entre março e setembro - quando são dispensados 94,2 por cento dos cortadores de cana e 56,2% destes não conseguem outra ocupação até a próxima safra”, segundo pesquisa municipal que incluem os municípios da microrregião mata setentrional pernambucana efetuada pela FUNDAJ (2007).

A economia da monocultura da cana-de-açúcar relaciona duas atividades econômicas: o segmento da Agricultura (cultivo e colheita) e o setor da Indústria de Transformação da gramínea – elaboração de açúcar, álcool, melaço, aguardente.

A presente pesquisa revelou alto nível de Q.L para os dois principais setores da região: na indústria de transformação foi obtido Q.L médio de 2,1 no período; enquanto na agropecuária foi verificado um aumento gradual do Q.L de 4,50 em 1999 e 4,75 em 2003 para 5,66 em 2007. As duas atividades conjuntas participavam com 53,71% em 1999; 55,42% em 2003 e 54,78% em 2007 do estoque de empregos formais na região.

Na microrregião da Mata Setentrional, em 2007, colheram-se mais de 8,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em vários municípios da microrregião, equivalentes a 44,8% de toda a produção pernambucana da gramínea, segundo IBGE/PAM (2007a). Os municípios de Itambé, Goiana, Timbaúba e Aliança realizaram, respectivamente, as maiores produções de cana do Estado. Em Goiana

também foram cultivados grande quantidade de coco-da-baía (14,1 milhões de frutos), de abacate (150 t.) e de mamão (750 t.). Em Vicência realizou-se a segunda maior produção de bananas do Estado: 46,0 milhões de cachos.

O setor da Indústria de Transformação no ano de 2007 apresentava o município de Goiana como maior destaque quanto à geração de empregos por apresentar desenvolvimento em vários segmentos. As principais indústrias do município foram as dos setores de papel (Klabin S/A), cimento (Nassau – Grupo João Santos), química (Chemone Indl. Ltda, Oxinor S.A.), cal hidratado (Megaó Ltda) e Santa Teresa (grupo CAIG) – usina de cana-de-açúcar.

No mesmo ano, havia em operação muitas usinas de cana-de-açúcar na região tais como a Central Olho D'água (UCOD), em Camutanga; Petribu, em Lagoa do Itaenga; Usinas Barra e Laranjeiras, em Vicência; Cruangi, em Timbaúba; Matary, em Nazaré da Mata, além da citada Santa Teresa, em Goiana.

Conforme relatórios do SECEX (2003 a 2007) entre as principais empresas exportadoras de Pernambuco encontram-se as usinas UCOD, Petribu e CAIG.

Em Goiana desenvolveram-se projetos de criação de camarão em cativeiro – como a Atlantis/Bramex e a Atapuz S/A. Em Paudalho e Nazaré da Mata, há muitas fabricações de tijolos. Em Nazaré da Mata, funciona a fábrica de abate de aves (Mauricea Ltda) e em Timbaúba destacam-se os curtumes e as fábricas deste material (calçados, chapéus, etc..). Em Aliança operava a fábrica Implementos Agrícolas do Nordeste.

Conforme IBGE (2007b), Efetivo de Rebanhos de Pernambuco, nesta região também se exploram a criação de animais. Na mata Setentrional estavam assentados 3,94% do rebanho bovino pernambucano. Os municípios de Timbaúba, Carpina, Macaparana e Itambé (IBGE, 2007b) são detentores, nesta ordem, das maiores criações.

Do rebanho estadual de suínos; 5,07% estão alojados na região. Carpina e Paudalho, respectivamente, primeiro e segundo municípios criadores, concentram 64,81% do total de porcos da região. A avicultura (galinhas, frangos e codornas) merece menção também destacada, pois a região detém 16,90% do rebanho estadual. Nos municípios de Goiana, Lagoa do Carro, Paudalho, Tracunhaém, Carpina e Nazaré da Mata, estabeleceram-se as maiores criações de galináceos.

Em Goiana também foram realizadas atividades de extração mineral como a exploração de areia para a construção civil e calcário (CBE/Itapessoca

Agroindustrial/Nassau) para a indústria de cimentos conforme relação de concessões de lavras do DNPM (2007).

Quanto à distribuição de empregos setoriais na microrregião, o índice de especialização modal do período (C.E. = 0,35), confirmou a estrutura concentrada de empregos em relação ao Estado. Ao contrário da maioria das regiões pernambucanas, a mata setentrional não apresentou concentração no setor de Administração Pública, que concentrou em média 25,82% da mão-de-obra da região no amplo intervalo da pesquisa, percentual inferior à média de contratações de mão-de-obra para o setor público no Estado (30,29%) durante o período. Os setores de comércio, serviços, Construção Civil e SIUP's não apresentaram desempenho que influenciasse significativamente os resultados de localização da atividade na região.

4.2.10 – MATA MERIDIONAL

Esta base territorial é composta de 21 municípios e, assim como na microrregião da Mata Setentrional, ostenta expressivos índices locacionais para os setores da indústria de transformação e agropecuária. A economia predominante também se relacionou a agroindústria do monocultivo da cana-de-açúcar.

Em 2007, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, foram colhidas mais de 7,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na microrregião, equivalentes a 37,12% de toda a colheita pernambucana naquele ano. Este percentual de produção comparável à da região da mata setentrional. O produto da região direcionado ao comércio exterior representou média de 27,21% da pauta de exportações do Estado entre 2005 e 2007 (FIEPE, 2007).

Os quocientes locacionais calculados para os dois principais setores da microrregião revelaram-se relevantes. Os Q.L's da indústria de transformação mantiveram-se em patamares altos e pouco oscilantes durante a fase da pesquisa: Q.L = 2,95 em 1999; 2,68 em 2003 e 3,06 em 2007 significa que a indústria de transformação dessa região acompanhou o crescimento da economia estadual .

A agropecuária experimentou uma redução consistente do Q.L: de nível 4,57 no início do período para 2,73 ao final. No ano de 1999, o estoque de empregos formais desta atividade equivalia a 20,68% do total regional; em 2003 esta participação foi elevada para 26,99%, reduzindo-se a participação setorial

fortemente ao final da pesquisa para 11,29% do total de empregos. Esta queda significativa de participação setorial no conjunto da economia regional foi resultado da perda de 7.249 postos de trabalhos formais em relação a 2003, ou seja, redução de 47,82% da mão-de-obra rurícola legalizada. Salienta-se que não é conclusiva a perda de importância tão radical da atividade agropecuária na região, pois por fatores diversos o setor é muito dinâmico quanto a absorção de mão-de-obra legalizada e a agroindústria canavieira tem um peso expressivo no produto da região. Não é objeto de estudo do presente trabalho a análise macroeconômica, nem conclusões a respeito devem ser definitivas, mas uma explicação aproximada do desempenho agrícola esteve associado à diminuição das exportações dos produtos da cana-de-açúcar (álcool e açúcar) ocasionada pela valorização da taxa de câmbio (R\$/US\$) e a postergação da comercialização das safras entre 2005 e 2007 como atestou o relatório da FIEPE(2007).

“Entre as principais razões e justificativas (para o alto déficit da balança comercial de Pernambuco no ano de 2006), foram identificadas as seguintes:”

- i) A valorização do real em face do dólar desestimulou alguns setores e produtos;
- ii) A participação do principal setor - Açúcares - apresentou expressiva redução do volume exportado, de 21,0%, apesar de praticamente registrar mesmo valor em US\$. Esta redução deveu-se a prolongamento da safra / moagem, já que até novembro/2006 somente havia sido comercializada 54% da produção, restando para 2007 o restante da exportação. FIEPE (2007)

No relatório da FIEPE de 2007, há registros das quedas das exportações de açúcar de cana em bruto de 13,53% e álcool etílico de 39,26%, o que deve ter contribuído para incertezas ao setor e intensificado a dinâmica do número de empregos setorial, principalmente no período da entressafra 2006-2007.

A microrregião da Mata Meridional experimentou uma queda paulatina dos Coeficientes de Especialização na presente pesquisa: 0,45 em 1999; 0,43 em 2003 e 0,38 em 2007. O nível médio obtido nos oito anos; C.E = 0,42; ainda explica uma estrutura regional diversa da composição de empregos formais do conjunto das atividades em Pernambuco, mas, com menor densidade de empregos em torno de um único setor econômico. Significou que ao longo do tempo um movimento de desconcentração de atividades econômicas expoentes da região.

A análise da metodologia empregada nesta pesquisa revela que a concentração ou dispersão das atividades econômicas é resultado dos fatores de empregabilidade setoriais. Por exemplo, um aumento da base de emprego em setores de menor contribuição relativa ou ainda uma diminuição do número de

empregos nos setores mais relevantes, *ceteris paribus*, resultaria em um movimento de desconcentração das atividades econômicas. A combinação de ambos intensificaria o resultado.

A forma de desconcentração desejável quanto aos benefícios sociais é aquela em que há geração de empregos nos setores com pouca representatividade na economia local. A maneira indesejável de alcançar a desconcentração produtiva é a do resultado de perdas de empregos nas principais atividades econômicas.

De fato, entre 1999 e 2007, ocorreu desconcentração da economia na região da Mata Meridional. Um movimento potencializado por dois fatores:

- 1) Resultante de cortes de empregos do principal setor produtivo: o agropecuário; e
- 2) Resultante do aumento de empregos mais que proporcionais ao do Estado em setores com Q.L's irrelevantes como construção civil, comércio e administração pública.

A forma de dispersão de atividade econômica que resultaria em melhores benefícios à sociedade seria através do crescimento orgânico de empregos nos setores menores, na geração de postos de trabalhos em setores menos representativos, gerando desenvolvimento à região. (essa frase está um pouco confusa, o que você quer mesmo dizer com isso?)

Em 2007, operavam as principais usinas de cana-de-açúcar na microrregião como a Pumaty, em Joaquim Nabuco; Palmares, no município homônimo; Trapiche, em Sirinhaém; Cucaú, em Rio Formoso; Pedroza e Cortez, no município de Cortês; Engenho União, em Catende; Usina União e Indústria Ltda, em Primavera; Barão de Suassuna, em Escada; e Estreliana, em Ribeirão. Estas grandes unidades agroindustriais absorveram, sazonalmente, grande número da mão-de-obra rurícola. As usinas Trapiche e União e Indústria também figuravam entre as grandes empresas exportadoras do Estado (SECEX, 2003-2007).

Além do predomínio da indústria açucareira, também se desenvolveram outros segmentos industriais na região, tais como, a fábrica de fios e cabos em Catende (BRASFIO S.A.) e a indústria têxtil (Cia. Indl. Pirapama) e metalúrgica (Alphatec Engenharia, Soprano, Cemar, etc...) no município de Escada.

Nos municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, litoral sul do estado pernambucano, também há exploração da pesca e da carcinicultura, mas não há evidências que as atividades pesqueiras sejam geradoras de empregos formais.

Na região da Mata, os rebanhos de aves, ovinos, caprinos, suínos, eqüinos e muares contabilizavam em números significativos do Estado. As principais reses contabilizavam as dos bovinos (5,11% do Estado) e bubalinos (55,53%). Os municípios de Água Preta, Quipapá e Barreiros, nessa ordem, lideraram as criações do rebanho bovino da região, enquanto nos municípios de Ribeirão, Água Preta, Barreiros e Gameleira localizam-se as maiores fazendas de criação de búfalos.

“ ... Predominam sistemas extensivos de produção para carne e leite, assim como para laticínios artesanais. ... A bubalinocultura tem participado do processo de reordenação econômica da Zona da Mata de Pernambuco, ocupando os espaços deixados pela crise da indústria sucroalcooleira, ampliando assim, a participação da pecuária nessa região.” FERNANDES et All (2008, p. 565)

Na agricultura, por município, seguiram em destaques: Água Preta e Rio Formoso realizaram pequenas produções de borracha (látex coagulado) de 500 t. e 261 t., respectivamente. Sirinhaém e Água Preta realizaram, sucessivamente, a terceira e quinta produções estaduais de cana-de-açúcar com 1.080 e 750 mil toneladas colhidas. Em Primavera, realizou-se a quarta produção de limão do Estado – 480 mil frutos, e em Belém de Maria, o quinto produtor de laranja do Estado, colheram-se 200.000 frutos desta espécie (IBGE/PAM, 2007a).

4.2.11 - SUAPE

No entorno do moderno Complexo Industrial Portuário de Suape⁵, região que comporta um entreposto estratégico de distribuição de combustíveis da Petrobras, dois municípios – Cabo de Santo Agostinho (5,7% do PIB pernambucano em 2005) e Ipojuca (7,02% do PIB estadual em 2005) - formam a microrregião homônima do porto. A indústria é a responsável por 60,6% do VAB - Valor Agregado Bruto - do município do Cabo e 19,0% de Ipojuca (CONDEPE/FIDEM, 2005). A agropecuária tem participação de 1,1% no VAB deste município e 1,7% no VAB daquele, constando, participação respectiva de 18,6% e 6,9% em ocupações (formal e informal) na produção de cana-de-açúcar (IBGE/PNAD, 2000).

⁵ Segundo o Diagnósticos dos Portos Brasileiros (COPPEAD/UFRJ), Suape é o melhor porto público do Brasil. Pode atender a navios de até 170.000 tpb e calado operacional de 14,50 m. Com 27 km² de retroporto, atende navios de grande porte. O canal de acesso tem 5 mil metros de extensão, 300 m de largura e 16,5 m de profundidade. Suape é munido de porto externo, porto interno, terminais de granéis líquidos, cais de múltiplos usos, além de um terminal de contêineres. (AD/DIPPER, 2008)

Na análise do desempenho do Quociente Locacional na fase da pesquisa, pelo menos quatro setores se evidenciaram na absorção de mão-de-obra da região: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil e Agropecuária:

- i) Na presente pesquisa, foram observados movimentos de involuções tanto absoluto como relativo do número de empregos formais da indústria extrativa mineral acompanhados de desempenho também regressivo do índice de localização desta atividade em Suape, ainda assim ao final do período revelava um setor regionalmente destacado com Q.L. igual a 1,34. Em 2006 e 2007, o DNPM concedeu licenças para exploração de minas de argila refratária, caulim, calcário e rochas britadas a empresas como CBE/Grupo João Santos, Mineradora Suape Ltda, Mineradora Itapoama Ltda e Pedreira Anhanguera S/A.
- ii) A Indústria de Transformação também apresentou movimento regressivo quanto ao indicador de localização de atividade: recuou de Q.L = 3,15 em 1999 e Q.L = 2,54 em 2003 para Q.L = 2,20 em 2007. Neste último ano, indústrias de vários segmentos produtivos atuavam na região como Aluminic Indl. S/A, Bahiana Dist. Gás Ltda, Braspack Embalagens S/A, Corn Products Brasil S/A, Bunge Alimentos S/A, Microlite S/A (Metalurgia), Rhodia Ster (fibras e resinas), M&G Polímeros Brasil S.A. (Química), Quebecor Ltda (Gráfica), Refrescos Guararapes S.A. e Ambev S.A. (Bebidas), Suape Têxtil S/A, Medabil S.A. (forros em PVC), Termopernambuco S/A (geração de energia elétrica) e outras. A atividade fabril compunha o maior percentual de participação (média de 36,31%) no conjunto das atividades econômicas da região, mas esta participação apresentou-se em declínio no tempo, ou seja, a geração de empregos do setor não acompanhou o aumento da força de trabalho empregada na região. Enquanto a indústria teve acréscimo de 61,84% de trabalhadores contratados, o conjunto das atividades foi reforçado com aumento de 123,62% da base inicial de empregos. Vale ressaltar que os trabalhadores das usinas e engenhos que elaboram produtos da cana-de-açúcar constituem mão-de-obra industrial e entre 2003 e 2007, como aconteceu com outras regiões produtoras de cana, o setor foi severamente afetado por fatores externos.
- iii) O setor de Construção Civil em Suape mostrou-se relevante (Q.L = 1,71) apenas no ano final da pesquisa, em 2007. Dois fatores prováveis seriam

responsáveis pela alavancagem deste índice naquele ano: a) À partir de 2005, depois da escolha pelo governo brasileiro da localização da refinaria de petróleo Abreu e Lima na região de Suape, inversões públicas federais (Min. Integração/PAC, 2006) e estaduais (AD/Diper, 2007) foram direcionadas para dotar a infraestrutura do complexo portuário com o intuito de receber os grandes empreendimentos anunciados tanto os públicos (refinaria Petrobras S/A), como os privados (estaleiro, pólo de poliéster e resinas, alimentos/Bunge, etc...); b) provedoras de insumos (a jusante) relacionadas as cadeias de petróleo, alimentos, metalurgia e siderúrgicas estabeleceram-se na região construindo fábricas, galpões, prédios e escritórios.

- iv) A microrregião de Suape reúne a modernidade industrial-portuária com o atraso do latifúndio improdutivo da monocultura canavieira. A produção local de cana-de-açúcar representou 3,56% do total estadual, aproximadamente 700.000 toneladas (IBGE/PAM, 2007a). Na zona rural dessa microrregião, unidades industriais de processamento da cana-de-açúcar como as Usinas Conceição Velha, Ipojuca, Jenipapo e Bom Jesus absorveram, ao final de 2007, parte do efetivo rurícola dos dois municípios: empregos formais, informais e subempregos resultando desempregos estrutural e sazonal. Com o mesmo problema que atingiu as principais microrregiões produtoras de cana-de-açúcar, a agropecuária de Suape entrou em decadência a partir da segunda metade da pesquisa. Conforme IBGE(2007a), no Cabo de Santo Agostinho houve produção de coco-da-baía (2,0 milhões de frutos) e banana (2,5 milhões de cachos). Quanto a atividades pecuárias esta mesma cidade tem um efetivo de 10.000 cabeças de bois e 930 (4,83% do rebanho pernambucano) de bubalinos consoante IBGE(2007b).

Entre os anos de 1999 e 2007, ocorreu uma diminuição do índice de especialização setorial que representou desconcentração de atividades econômicas: em 1999, o C.E atingiu a cota de 0,35; 0,28 em 2003 e 0,21 em 2007. Em números absolutos, durante o período, os setores minoritários Indústria Extrativa Mineral e Serviços Industriais de Utilidade Pública praticamente não acrescentaram postos de trabalhos a região, mas, a indústria da construção civil elevou seu estoque de mão-de-obra em representativos 586,10% (3.206 vagas); o comércio aumentou seu efetivo funcional em 101,62% (+2.640 funcionários); o setor de serviços teve acrescentado 220,17% (7.838 empregos) e a administração pública somou outros

236,93% ao funcionalismo (8.070 trabalhadores). Conclui-se, portanto, que, nesta região, a dispersão de atividades efetivou-se com aumento generalizado, e em maior proporção, da mão-de-obra formal em setores menos relevantes no início do período. Esse tipo de desconcentração produtiva é desejável em relação aos benefícios sociais e desenvolvimento econômico proporcionados.

4.2.12 – MÉDIO CAPIBARIBE

O Médio Capibaribe é composto por 10 municípios. Nessa microrregião, a indústria extrativa mineral, a agropecuária e a administração pública apresentaram relevantes índices locacionais. Em termos absolutos os dois primeiros setores tiveram desempenhos semelhantes – aumento do volume de empregos formais até a metade da pesquisa e diminuição no intervalo final. Entre 1999 e 2007, o Q.L médio da agropecuária atingiu o nível 1,74; enquanto o Q.L da indústria extrativa mineral ostentou nível médio de 3,49. A administração pública apresentou-se com Q.L crescente, ou seja, o aumento da base de funcionários públicos aconteceu em proporção superior à observada no conjunto de atividades econômicas da região.

Na indústria extrativa mineral destacou-se o município de Bom Jardim, onde havia exploração de minas de granito - pedras ornamentais - conforme concessão de lavras do DNPM em 2007 (empresa licenciada Granitos Brasileiros S.A.).

O nível do Q.L da agropecuária nessa microrregião justificava a base exportadora dessa atividade econômica. Na região foram cultivadas frutas e hortaliças e também assentados rebanhos de animais. Em cinco municípios – São Vicente Férrer, Machados, Limoeiro, Bom Jardim e Orobó, nesta ordem, os maiores produtores da região, foram colhidas 19,72% da produção de banana do Estado em 2007 (IBGE/PAM, 2007a). Naqueles municípios mais João Alfredo foram colhidas outras 156,75 mil toneladas de cana-de-açúcar. Em São Vicente Férrer também realizaram produções de uva (4,35 toneladas) e Abacate (90 t.). Nos municípios também se realizaram pequenos cultivos de feijão, milho e mandioca.

Conforme IBGE(2007b), na pecuária, destaque para as criações de aves em Orobó (aproximadamente 800 mil galinhas, galos e frangos recenseados) e Bom Jardim (370.000 galináceos). Em Limoeiro, assentavam as criações de 17.772

cabeças de bois. A ovinocaprinocultura era praticada em todos os municípios, mas em quantidades inexpressivas frente ao rebanho estadual.

O coeficiente de especialização da região, durante o intervalo de tempo da pesquisa apresentou-se em ascensão: C.E = 0,30 em 1999; 0,31 em 2003 e 0,33 em 2007. Esse movimento de aparente concentração de atividade econômica foi determinado pelo aumento absoluto da base de funcionários públicos (3.036) na região porque os outros dois principais setores – indústria extrativa mineral e agropecuária - experimentaram pequena diminuição de mão-de-obra setorial no período. O número de trabalhadores que foi acrescentado ao comércio (1.077) e indústria de transformação (380) diminuiu o impacto do movimento de concentração.

Em 1999, a administração pública concentrava 55,97% dos trabalhadores formais na região e em 2007, essa proporção subiu para 59,65%. Portanto, a composição funcional das atividades econômicas desenvolvidas no médio Capibaribe diversificou-se comparada a estrutura de empregos setoriais do Estado.

4.2.13 - PETROLINA

Entre 1999 e 2007, de acordo com os índices de localização da atividade econômica baseada no número de empregos formais, a economia de Petrolina apresentava-se próspera para os setores da construção civil, comércio e agropecuária. A economia da microrregião de Petrolina está baseada predominantemente na agricultura (EMBRAPA/CPATSA, 2007), na pecuária relacionada a ovinocaprinocultura (IBGE, 2007b) e na apicultura (CONAB, 2006).

“O município de Petrolina e a região em seu entorno desenvolveram-se nas décadas recentes com a prática da agricultura irrigada. Conglomerados agrícolas investem na produção de frutas de climas tropical e temperado com ênfase nas culturas da uva (maior exportador do Brasil), manga (2º maior produtor do Brasil), goiaba (maior produtor do Brasil), banana e coco-da-baía” (VALEXPORT, 2007).

Nesta pesquisa considera-se a indústria da construção civil uma atividade de suporte que segue a esteira do crescimento de outros setores. Em períodos de prosperidade econômica como os proporcionados pela agropecuária e pelo comércio de Petrolina, a indústria da construção civil é favorecida por investimentos públicos e privados em infra-estrutura e edificações.

No período da pesquisa, inversões estatais foram realizadas na dotação de infraestrutura da região como a construção dos canais de irrigação dos perímetros agrícolas (CODEVASF, 2007), em instalações industriais como galpões e packing houses (AgênciaCT/MCT, 2006); no aeroporto de Petrolina (Infraero, 2007), no Porto de Petrolina (GOMES, 2006), nas rodovias de acesso a região (Min. Integração/PAC, 2007 e DNIT, 2007) e na construção de redes elétricas e vias de comunicações.

Nos últimos anos, a região que comporta o complexo agroindustrial Petrolina-Juazeiro, estabelecida na região Vale do submédio rio São Francisco (VSF), apresentava uma das maiores atrações de mão-de-obra agrícola do nordeste (Diário de Pernambuco, 2008). A migração da massa trabalhadora, contribuiu para o forte crescimento da população do município de Petrolina – um dos pólos agroindustriais (CONDEPE/FIDEM, 2008) apud SEBRAE(2008, p. 205).

“Vale ressaltar os pólos de Petrolina/Juazeiro e Sul da Bahia (inclusive Camaçari) como destino de grande parte dos migrantes intermunicipais. Esses resultados certamente estão relacionados ao crescimento e dinamismo dessas economias, uma vez que esses blocos concentram atividades agro-exportadoras e petroquímicas que potencializam a oferta de emprego.” RAMALHO(2004, p. 13)

O quociente locacional do comércio, no intervalo de tempo pesquisado, teve pouca variação em torno do expressivo nível de 1,29. O dinamismo desta atividade econômica representou crescimento percentual superior ao nível de acréscimos dos empregos formais totais da região. Entre 1999 e 2007, o número de comerciários subiu de 4.662 empregados para 10.404 em 2007 (+123,17%). Em termos de participação, em 1999 o comércio contribuía com 16,91% dos empregos formais na região elevando para 21,05% oito anos depois. Destaque para o município de Petrolina, onde convergiu as atividades do atacado e varejo comercial. Em 2007, estavam empregados formalmente 9.173 trabalhadores nos mercados, *shopping center*, lojas, mercearias, armazéns, e outros estabelecimentos mercantis, concentrando 88,17% dos comerciários da microrregião (MTE/RAIS, 2007a).

Na pesquisa, os quocientes locais da agropecuária situaram-se nos níveis relevantes de 5,11 em 1999; 4,30 em 2003 e 6,43 em 2007. A participação do número de empregos desse setor no total de empregos da região comportou-se em níveis levemente crescentes: 23,15%; 26,38% e 26,59% nos três anos de referência.

A vocação econômica da microrregião deriva das propriedades privilegiadas da natureza que possibilita a exploração econômica da agricultura:

“A região semi-árida do VSF apresenta as seguintes características naturais: pluviosidade baixa e irregular, em torno de 750 mm/ano; temperaturas altas e insolação forte (2800h/ano), com taxas elevadas de evapotranspiração; aliadas à baixa umidade relativa; solos rasos oriundos de rochas cristalinas, pouco permeáveis e de razoável fertilidade natural.” FRANÇA (1994, p. 07).

As vantagens comparativas são resumidas em FRANÇA (1994, pp. 10-11):

- i) Disponibilidade de terra e de água de boa qualidade e em quantidade suficiente;
- ii) Mão-de-obra abundante;
- iii) A alta insolação e a baixa umidade relativa do ar contribuem para a redução da incidência de distúrbios fitossanitários;
- iv) Ciclo produtivo vegetal mais precoce proporcionando maiores níveis de produtividades anuais de até 2,5 safras na fruticultura irrigada; aproveitando as janelas de mercados internacionais;
- v) Existência de infra-estrutura de exploração resultante de elevado montante de investimentos em obras de irrigação; e
- vi) Proximidade dos mercados europeu e norte-americano com vantagem de até seis dias de transporte marítimo em comparação com cargas saídas de portos da região Sudeste.

No setor agropecuário do município de Petrolina, em 2007, foram efetivados formalmente 11.664 trabalhadores rurais, equivalentes a 88,74% dos rurícolas no conjunto dos oito municípios que compõem a microrregião (MTE/RAIS, 2007).

De acordo com o IBGE/PAM (2007a), de toda produção agrícola em Pernambuco, os municípios da microrregião de Petrolina colheram, em 2007:

a) Lavouras temporárias

- i) 70,67% dos arrozais (1^o Cabrobó, 3^o Sta Maria B. Vista e 4^o Orocó);
- ii) 66,08% das cebolas (1^o Cabrobó, 2^o Orocó e 4^o Terra Nova);
- iii) 62,27% dos melões (2^o Sta Maria B. Vista, 3^o Orocó, 4^o Cabrobó);
- iv) 56,02% das melancias (1^o Sta Maria B. Vista, 4^o Cabrobó);
- v) 11,79% dos tomates; 2,99% feijão; 1,60% mandioca e 1,37% milho.

b) Lavouras Permanentes

- i) 96,77% das uvas (1^o Petrolina, 2^o Lagoa Grande, 3^o Santa M^a Boa Vista);
- ii) 90,61% das mangas (1^o Petrolina, 2^o Sta M^a B. Vista, 5^o Lagoa Grande);
- iii) 77,00% das goiabas (1^o Petrolina, 4^o Santa Maria Boa Vista);
- iv) 69,32% dos mamões (1^o Orocó, 2^o Petrolina, 3^o Sta Maria B. Vista);
- v) 42,34% dos maracujás (1^o St. M^a B. Vista, 3^o Petrolina, 4^o Lagoa Grande);
- vi) 34,13% dos cocos-da-baía (1^o Petrolina);

- vii) 31,13% das bananas (1^o Sta Maria B. Vista, 3^o Petrolina) e
- viii) 11,58% dos limões (3^o Petrolina).

Quanto à pecuária, na microrregião de Petrolina assentavam, em 2007, relevante parcela do efetivo de vários rebanhos pernambucanos IBGE(2007b):

- i) 32,75% dos asnos (burros, mulas e jumentos);
- ii) 21,87% das cabras, bodes, cabritos, ovelhas, carneiros e cordeiros;
- iii) 10,62% das varas (porcos); e
- iv) 5,09% dos bois, vacas e bezerros.

O município de Petrolina comportava ao final da pesquisa 25,84% de todas as espécies e raças das reses da microrregião homônima.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2006, p. 39), em 2006, na microrregião de Petrolina, foram produzidos aproximadamente 5,0% do mel de abelha do estado de Pernambuco.

Em termos absolutos, entre 1999 e 2007, segue ordem da criação de vagas de trabalho por setor da atividade econômica na microrregião de Petrolina:

- 1) Agropecuária (6.762);
- 2) Comércio (5.742);
- 3) Serviços (4.130);
- 4) Administração pública (3.722);
- 5) Os setores da Indústria extrativa mineral, da indústria de transformação e da construção civil somados geraram 1.714 vagas; e
- 6) Nos SIUP's houve eliminação de 206 vagas.

A distribuição de empregos revelada no índice de especialização (C.E) dessa região, a despeito de ter caracterizada alta concentração de empregos da agropecuária, não se diferenciava substancialmente da estrutura do Estado, mas o desempenho deste indicador foi de crescimento durante a pesquisa. Em 1999, o C.E alcançava o nível 0,24; elevando-se para 0,26 em 2003 e finalizando o nível do CE em 0,28; em 2007. Este dinamismo revela uma tendência de concentração com elevação de empregos nos principais setores econômicos da região. Como observação, agropecuária e o comércio, os dois principais setores, experimentaram elevação de fluxos respectivos de mão-obra em 123,17% e 105,95%, enquanto os setores que apresentaram índices locacionais de menor importância, contribuíram relativamente com números mais modestos: serviços (69,68%); administração pública (59,48%) e indústria de transformação (36,50%).

4.2.14 - SALGUEIRO

O comércio e a construção civil, além da administração pública, revelaram-se importantes quanto aos índices de localização da atividade econômica da microrregião de Salgueiro. A atividade comercial, com uma leve queda do Q.L observada na pesquisa, apresentou quociente locacional médio de 1,13 ao passo que a construção civil experimentou desempenho positivo deste índice: Q.L = 0,86 em 1999; 1,26 em 2003 e 1,77 em 2007.

O município de Salgueiro é o carro-chefe da economia na região. Em 2007, neste município estavam significativamente concentrados 76,99% e 96,35% dos trabalhadores de carteira assinada, respectivamente, dos estabelecimentos mercantis e dos canteiros de obras da região.

“Salgueiro é um município estratégico para logística, um ponto de convergência entre as regiões sudeste e nordeste onde se interligam duas importantes rodovias (BR 232 e PE 116). A economia baseia-se na agricultura e no comércio varejista” (AD/DIPER, 2007).

Na realidade, a economia da microrregião de Salgueiro, composta de sete municípios, também está baseada no setor agropecuário (culturas de sequeiro, apicultura e caprinovinocultura). Este setor econômico, no entanto, apresentou irrelevância na geração de empregos formais, em 2007, sugerindo que as explorações dessas atividades concentram empregos informais, da pequena propriedade ou familiar.

Em 2007, a região colheu 15.210 toneladas de cebola - 15,45% da produção do Estado, e 7.425 toneladas de tomates, equivalentes a 4,49% da colheita estadual deste fruto (IBGE, 2007a). Por município e culturas, destacaram-se:

- i) São José do Belmonte com cultivos de feijão (1.992 t.), milho (945 t.), mandioca (3.000 t.), tomates (3.000 t.), coco-da-baía (812 mil frutos) e manga (600 mil frutos);
- ii) Mirandiba com cultivos de tomates (1800 t.), banana (1,05 milhão de frutos), goiaba (300 mil frutos) e mandioca (2.400 t.); e
- iii) Parnamirim quinto maior produtor de cebolas do Estado (9.000 t.), melancia (1,25 milhão de frutos) e milho (910 t.).

Na agropecuária, os números de animais criados na região resumiam-se a:

- i) 11,02% do rebanho suíno do Estado;
- ii) 8,57% das reses da ovinocaprinocultura; e
- iii) 4,77% das cabeças de bois criados em Pernambuco.

No município de Parnamirim registravam as criações de 22.000 bois, 82.000 cabras, 30.800 ovelhas, 14.500 porcos e 3.060 burros (IBGE, 2007b).

Na análise dos coeficientes de especialização revelou-se a estrutura da economia relativamente estável quanto a distribuição das atividades. O período de 1999 a 2007 entremostrou nível médio do índice de especialização em 0,34. No meio do intervalo, em 2003, houve uma elevação para $C.E = 0,37$ ensaiando um movimento de concentração de atividades que pode ser explicada pelo excepcional crescimento do número de empregos dos três principais setores: construção civil, administração pública e comércio, respectivamente; de 57,32%; 26,34% e 20,98%. Os outros setores ou tiveram diminuídas as representatividades da mão-de-obra na região – caso da indústria de transformação e da agropecuária – ou cresceram em baixos níveis. Entre 2003 e 2007, provaram-se as recuperações dos estoques de empregos dos setores da indústria de transformação (+100,65%), serviços (+65,71%), agropecuária (+73,33%) e Comércio (+60,43%). Estes desempenhos excepcionais resultaram na diminuição do indicador de especialização da região ($C.E = 0,32$) em 2007, significando que houve movimento tendente à dispersão das atividades econômicas na região ao final da pesquisa.

4.2.15 – SERTÃO DO PAJEÚ

Na microrregião do Pajeú constavam 17 municípios (9,19% do total em Pernambuco) que registravam média de 1,57% dos empregos formais no Estado. Entre 1999 e 2007, o comércio e a administração pública e, posteriormente, a agropecuária e construção civil, revelaram-se setores relevantes na microrregião.

No período entre 2003 e 2007, o setor da construção civil teve acréscimo de 288,26% ao número de operários na região. Não obstante, o setor agropecuário engendrar um desempenho de apenas +10,50% no aumento da mão-de-obra setorial nos últimos quatro anos da pesquisa, ressalta-se que a sua relevância no Pajeú foi favorecida pela queda de 13,16% do número de empregos do mesmo setor em todo o Estado no período analisado.

Em 2007, a economia dos municípios de Serra Talhada e Afogados da Ingazeira absorveu a maior parte da mão-de-obra da região: 92,0% dos operários dos canteiros de obras; 73,33% dos prestadores de serviços; 72,16% dos trabalhadores dos estabelecimentos mercantis e 69,12% dos operários fabris, ao tempo que São José do Egito concentrava 85,87% do contingente de empregados formais do setor agropecuário da região. O número consolidado de empregos formais dos três municípios representou 60,68% do contingente regional.

A economia desse território tem como base a pecuária extensiva e de corte (avicultura, bovinocultura, suinocultura e ovinocaprinocultura), a agricultura de subsistência das áreas de sequeiro e da tradicional cana-de-açúcar.

A análise do panorama econômico da região revelou que a pecuária era desenvolvida para a criação de várias espécies do rebanho pernambucano: 8,03% dos bovinos; 8,66% das reses da ovinocaprinocultura; 8,12% dos suínos e 8,31% do rebanho de aves. No município de Serra Talhada, haviam recenseadas 46.000 cabeças de bois, 47.000 de cabras, 43.000 de ovelhas, 8.500 de porcos e 1.550 de asnos. As criações de aves estavam concentradas em São José do Egito, sexto maior produtor do Estado (1,098 milhões de galináceos), Itapetim (355,8 mil); Tuparetama (310 mil); Brejinho (155 mil) e Afogados da Ingazeira (136,9 mil).

Em 2007, expressivos percentuais das colheitas de várias culturas da agropecuária pernambucana foram realizadas no Sertão do Pajeú, segundo o IBGE(2007a):

- i) 27,07% da produção estadual de milho. Em São José do Egito foram colhidas 6.300 t.;
- ii) 20,23% da produção de castanha de caju no Estado. No município de Carnaíba realizou-se a produção de 324 t. ;
- iii) 11,13% da safra pernambucana de feijão. Em Flores foram produzidas 2.001 toneladas;
- iv) 10,50% do total de goiabas produzidas em Pernambuco. Triunfo liderou a produção da região com 8,0 mi de frutos; e
- v) 8,05% da colheita de batatas doce no Estado. Em Afogados da Ingazeira produziram-se 720 t.

As produções regionais de mandioca e tomates estavam concentradas em Carnaíba e Serra Talhada, respectivamente, 2.925 t. e 750 toneladas. Também

realizaram pequenas produções de manga - Carnaíba (225 t.), laranja - Triunfo (30 t.), banana - Triunfo (1,2 milhão de frutos) e coco-da-baía - Tabira (60 mil frutos).

A cultura canavieira também se faz presente na paisagem e na economia da região. Em 2007, foram colhidas 39.681 toneladas da gramínea com Santa Cruz da Baixa Verde (20.000 t.) e Triunfo (17.000) liderando a produção regional.

Na presente pesquisa, os coeficientes de especialização da região do Pajeú apresentaram estabilidade no início e leve declínio no intervalo final: C.E = 0,31 em 1999 e 2003, e C.E = 0,26 em 2007. A variação de níveis do C.E. da região significou reestruturação setorial quanto à desconcentração de atividades econômicas. O aumento de estoque de mão-de-obra dos setores da construção civil e da agropecuária foi responsável por esse movimento da economia.

A transformação da distribuição das atividades econômicas da região foi motivada pelos incrementos mais que proporcionais do volume de empregos dos setores da construção civil (+356,49%) e agropecuária (+134,57%) em relação aos maiores setores contribuintes absolutos de empregos da região: comércio (+108,23%) e administração pública (+22,55%), entre 1999 e 2007.

4.2.16 – RECIFE

A microrregião do Recife apresentava uma economia diversificada, porém, por ser uma região densamente povoada, urbanizada e de maior renda per capita, portanto com maior escala de consumo, apresenta algumas peculiaridades que a diferencia das demais regiões:

- a) A agropecuária e a indústria extrativa mineral são setores com menor potencial de exploração econômica, com exceção das captações de fontes hidrominerais;
- b) Região com vocação para as atividades de comércio e serviços, para onde converge grande parte da mão-de-obra especializada;
- c) A indústria de transformação é atraída para as áreas próximas à região, enquanto, a indústria da construção civil desenvolve-se no interior da região;
- d) Por se tratar de uma região que comporta a capital do Estado, onde estão estabelecidas instituições públicas dos três poderes; o número de empregos da administração pública é absolutamente evidenciado em relação às outras regiões.

A média de 61,73% na participação de todo o emprego formal do Estado entre 1999 e 2007, proporcionou à microrregião metropolitana do Recife a maior concentração de renda do Estado, considerando que a renda per capita da região é superior à média estadual conforme CONDEPE/FIDEM (2008).

Apenas quatro microrregiões apresentaram maior contribuição absoluta de empregos que Recife, em algum setor da atividade econômica de Pernambuco:

- a) Araripina ostentava até 2003, maior número de empregos formais no setor da indústria extrativa mineral;
- b) As microrregiões das matas setentrional e meridional – onde exploram a cultura de cana-de-açúcar – e a de Petrolina – exploração de frutas para exportação - continham maior número de trabalhadores no setor agropecuário. Esta atividade econômica experimentou redução do volume de empregos na microrregião de Recife entre 1999 e 2007.

As quatro atividades econômicas reveladas nos quocientes locacionais da microrregião metropolitana apresentaram desempenhos idênticos na pesquisa: SIUP's, construção civil, comércio e serviços tiveram a base da mão-de-obra inicial elevada em percentuais superiores à média setorial do Estado, elevando o nível do Q.L nos anos de referência da pesquisa.

Os SIUP's em Recife têm como empresas representativas as estatais CHESF (geração de energia elétrica) e COMPESA (Saneamento e distribuição de água), a privada CELPE (Grupo Neoenergia, distribuição de energia elétrica), a estatal PETROBRAS de distribuição de GNV (gás natural veicular) e as concessionárias municipais de limpeza urbana.

O dinamismo na geração de mão-de-obra na indústria da construção civil está relacionado ao segmento de edificação imobiliária (unidades residenciais e/ou industriais) nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes de acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pernambuco.

“Em 2007, foram lançados 2.922 imóveis, de acordo com o Índice de Velocidade de Vendas de Imóveis (IVV) no Grande Recife. Considerando que foram vendidos um total de 264.507 metros quadrados, ainda de acordo com o IVV, a uma média de R\$ 2 mil/m², valor que pode variar dependendo da localidade do imóvel, pode-se considerar que o mercado imobiliário do Grande Recife movimentou em 2007, no mínimo, algo em torno de R\$ 529 milhões. Tal importância retrata o dinamismo do setor no ano em questão, com mais empregos, renda e demanda por insumos.” SINDUSCON/PE (2008).

Os principais serviços desenvolvidos na microrregião relacionam-se ao turismo de negócios (congressos, seminários) e de praia (hospedagem e lazer), consultorias, financeiras, médicos, transportes, comunicações, educacionais e de produção de *software*'s. Em números absolutos, o setor de serviços na microrregião de Recife gerou o maior contingente de mão-de-obra entre todas as atividades econômicas do Estado entre 1999 e 2007: 81.381 trabalhadores adicionais, equivalentes a 21,16% de todo o emprego formal criado no Estado em oito anos de pesquisa.

“Centro de influência não apenas em Pernambuco, mas em todo o nordeste brasileiro, a microrregião Metropolitana do Recife tem o terceiro maior pólo médico e o segundo mais influente pólo de informática do Brasil.” (LIMA, SICSÚ & PADILHA, 2006).

“A tecnologia de informação, que a produção de *software* está integrada, teve uma participação de 3,6% do PIB do estado pernambucano em 2005.” (ADDiper, 2006).

O comércio da microrregião (atacadista e varejista) empregou quantidade expressiva de mão-de-obra na economia local com média representativa de 15,82% do total de empregos formais no período. O número de vagas criadas favoreceu a contratação de 46.647 novos trabalhadores em oito anos.

“As atividades de comércio são desenvolvidas principalmente no mercado varejista. A microrregião reúne grandes grupos como Wal-Mart, Carrefour e Pão de Açúcar; *shopping centers* bem-estruturados e de porte, como o Recife e Boa Vista (em Recife), Tacaruna (em Olinda) e Guararapes (em Jaboatão).” (ADDiper, 2007).

A microrregião metropolitana de Recife, por comportar números excepcionais dos empregos formais em todas as atividades econômicas, representa um peso muito grande na estrutura de distribuição das atividades econômicas no Estado. Por isso, os coeficientes de especialização alcançaram os menores níveis para uma região do Estado com média de C.E = 0,12 em oito anos com leve tendência de alta, ou seja, economia local moldando-se com concentração de atividades por dois motivos:

1) Os setores mais representativos (SIUP's, construção civil, comércio e serviços) avançaram quanto ao número de empregos setoriais, em maior proporção que os setores de influência moderada como administração pública e indústria de transformação; e

2) A microrregião de Recife vem perdendo participação gradativamente ao longo dos anos recentes. Regiões como Suape, Petrolina, Vale do Ipanema, mata meridional, mata setentrional e Itamaracá avançaram mais fortemente em suas respectivas proporções de empregos no Estado.

Os dois setores com menor contribuição absoluta de empregos na microrregião de Recife apresentaram desempenhos distintos. Entre 1999 e 2007, a agropecuária experimentou diminuição da base de empregos setoriais em 1,57%, enquanto a indústria extrativa mineral aumentou o efetivo de mão-de-obra mineiro em 129,87% entre 2003 e 2007. Conforme concessões de lavras expedidas pelo DNPM, as fontes hidrominerais de Recife, Camaragibe, Paulista e Jaboatão dos Guararapes constituíram mão-de-obra mineira na região.

“Pernambuco, em 2002, se configurou como o segundo produtor de água mineral do país, tendo como sua maior fonte de suprimento a Região Metropolitana do Recife.” segundo a pesquisa Distritos Mineiros do Nordeste Oriental (DNPM, 2002, p. 41).

Em Jaboatão dos Guararapes também se exploravam areia para a construção civil (Muribeca), areia para a indústria de vidros (Cia. Indl. Vidros), argila para a indústria cerâmica (CESA) e Rochas britadas e cascalhos (Pedreiras Guarany e Paraíso, Lidermac e Bricon) conforme concessões de lavras (DNPM, 2007).

O número de emprego formal da indústria de transformação da microrregião de Recife representou 38,59% do emprego fabril no estado de Pernambuco mas, apesar dessa expressiva representatividade no Estado, o mesmo volume de empregos setorial representa apenas 9,0% do total de empregos formais da microrregião de Recife, motivo da irrelevância revelada no quociente locacional do setor. O fluxo de empregos formais deste setor produtivo cresceu em 19,47% no período 1999-2007, época em que operavam importantes unidades industriais dos segmentos: alimentos (Effem, Bunge, Nestlé, Masterfoods), bebidas (Schincariol, Frevo, Coca-Cola), siderurgia (Gerdau), metalurgia (Microlite, Motogear), higiene e limpeza (Inds. Raimundo da Fonte, ASA Indústrias), medicamentos (Lafepe), têxtil (Alpargatas Santista, Vivabrás/Braspérola, Fiabesa), química (BASF, Norcola, Iquine), elétrico e eletrônico (Phillips, Koblitiz), ração animal (Agribands - Socil), metal-mecânico (Noraço, Alston, Cosinor), bens de capital (Dedini S.A.), argamassas (Quartzolit), laminados (Formiline), citando alguns. Em Jaboatão dos Guararapes e Recife concentravam 79,00% dos empregos formais das indústrias em 2007.

Não obstante, a agropecuária apresentar inexpressiva quantidade de empregos formais na microrregião, as produções de frutos e criações de espécies animais não foram desprezíveis. Na agricultura, a microrregião produziu 10,11% dos cocos-da-baía (13,66 milhões de frutos) e 6,88% da cana-de-açúcar (1,351 mil t.) do Estado. O município de Moreno foi o terceiro produtor estadual de borracha (látex coagulado – 168 t.) e quinto de coco-da-baía (6,0 milhões de frutos), enquanto Abreu e Lima foi o principal produtor de laranjas (580 t.), quarto em coco-da-baía (6,3 milhões de frutos) e o sétimo em produção de mandioca (23.100 t.). A produção de cana na região estava concentrada em três municípios: Moreno (sexta produção do Estado – 750.000 t.), Jaboatão dos Guararapes (361 mil t.) e São Lourenço da Mata (240.000 t.). Em Moreno, Abreu e Lima e Jaboatão dos Guararapes também se realizaram cultivos de bananas com produções conjuntas de 1,64 milhões de frutos.

Na pecuária da região, foram recenseados 22,84% do rebanho bubalino, 11,37% do rebanho de aves e 9,18% do rebanho suíno de Pernambuco. As criações das aves encontravam-se concentradas em Moreno, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, ao passo que as criações de suínos assentavam principalmente em Abreu e Lima, Camaragibe e São Lourenço da Mata. Neste último município mais Moreno, habitavam 17,60% do rebanho pernambucano de Bubalinos, respectivamente, 1.990 e 1.397 cabeças.

4.2.17 – SERTÃO DO MOXOTÓ

Sete municípios formam a microrregião do Moxotó, entre eles, Arcoverde, um dos municípios de maior destaque do sertão pernambucano, e a pequena cidade de Manari, município com menor IDH (0,467) do Brasil (PNUD, 2000). Nessa região, os índices locais revelaram três atividades econômicas relevantes: indústria extrativa mineral, comércio e administração pública.

O Q.L da indústria extrativa mineral apresentou variação expressiva, iniciando 1999 com nível 3,12; reduzindo para 1,44 em 2003 e finalizando com 2,35. O movimento oscilante do setor foi produzido pela queda acentuada do nível de empregos (-56,10%) em 2003 e recuperando-se o nível anterior em 2007.

No município de Sertânia havia minas de rochas ornamentais - quartzito e mármore (DNPM/GEOBANK, 2007) - e empresas com concessão de lavras para

explotá-las como a Pedreira Cordeiro Ltda. O município de Arcoverde está localizado sob o sistema aquífero do distrito mineiro Custódia-Garanhuns (DNPM, 2002). Empresas como Arcoverde ME com concessões de lavras para exploração de fontes hidrominerais da região.

As atividades mercantis da região também se reportaram relevantes, apresentando Q.Ls respectivos de 1,34; 1,28 e 1,38 nos três anos de referência da pesquisa. Entre 1999 e 2003, a mão-de-obra comercial cresceu 25,29% e de 2003 a 2007 foi aumentada em mais 54,89%. Os estabelecimentos mercantis do município de Arcoverde concentraram 75,00% e 86,91% de participação respectiva dos comerciários e do setor de serviços da região em 2007.

“As economias da maioria dos municípios que formam a microrregião do Sertão do Moxotó são baseadas em atividades agropecuárias da caprinovinocultura, lavoura irrigada, cultivo de subsistência e a apicultura (segundo maior pólo do Estado). Arcoverde é o centro industrial, comercial e de serviços, além de comportar importantes instituições governamentais na região” (AD/DIPPER, 2007)

A agropecuária é uma das atividades econômicas que, a despeito da importância de produção, não mostrou ser geradora de empregos formais na região, por isso, não figurou no período com índices locacionais significantes. Em 2007, a região produziu 10,74% do feijão (12.211 t.) colhido no Estado; 13,99% do total de milho (17.328 t.) e 22,02% dos tomates. O município de Inajá apresentou a segunda maior produção estadual de melancia (19,5 milhões de frutos) e o terceiro de tomates (12.000 t.). Ibimirim que ostentava a segunda e quarta produções estaduais, respectivamente, de tomates (17.100 t.) e manga (3,0 milhões de frutos) também produziu quantia expressiva de bananas (3,0 milhões de frutos), enquanto em Custódia realizava a terceira produção de milho do Estado (6.120 t.).

Na região também assentavam as criações de 20,55% da caprinovinocultura do Estado; 8,86% da suinocultura e 4,61% da bovinocultura. Em Custódia estavam os maiores rebanhos bovinos (23.000 cabeças) e suínos (3.500) da região. Em Sertânia, habitavam o maior rebanho caprinovinocultor de Pernambuco (total de 205.000 cabeças recenseadas).

Segundo a CONAB (2006), os municípios de Ibimirim e Inajá concentravam a prática da apicultura da região que representava o segundo pólo de produção de mel do Estado (AD/DIPER, 2007).

O desempenho dos coeficientes de especialização da região indicava uma leve tendência para concentração das atividades econômicas: em 1999, o valor do C.E atingiu 0,27, elevando-se à cota de 0,28 em 2003, repetindo o mesmo nível em 2007. Entre 1999 e 2003, a queda significativa do percentual do emprego da indústria extrativa mineral (-56,10%) foi determinante no leve movimento de elevação do nível do C.E no período, já que o comércio e a administração pública, outras das atividades influentes da região, tiveram desempenhos que acompanharam os percentuais do Estado. No período seguinte (2003-2007) apenas a indústria da construção civil teve desempenho negativo, as outras atividades oscilaram em torno do desempenho percentual do Estado o que manteve o coeficiente de especialização constante.

4.2.18 – VALE DO IPOJUCA

Uma das regiões mais próspera de Pernambuco, o Vale do Ipojuca, composto de 16 municípios, apresenta a indústria de transformação e o comércio como os principais setores revelados nos índices de localização da atividade econômica.

De 1999 a 2007, o quociente locacional da indústria de transformação situou-se no nível médio de 1,29. Nos diversos segmentos industriais; 80,22% da mão-de-obra fabril se concentravam nos municípios de Caruaru e Belo Jardim. Em Caruaru estavam estabelecidas indústrias têxteis (Têxtil Bezerra de Meneses Ltda, Agreste Indl. De Ráfia Ltda) e fábricas de confecções. Em Belo Jardim atuavam indústrias de porte tais como Baterias Moura (metalurgia), ASA Indústria (alimentos, higiene e limpeza), MAFISA e FRIBESA (abate de aves); RMB e Notaro Alimentos, Cerâmica Kitambar e White Martins (envasamento de oxigênio gasoso).

Em 2007, as atividades mercantis de varejo e atacado relacionadas principalmente ao comércio de confecções, empregavam quantia significativa de mão-de-obra da região. O quociente locacional (Q.L. = 1,34) do comércio revelou a importância deste setor na microrregião. Ao município de Caruaru convergia 71,9% do emprego formal do comércio.

Apesar de o Vale do Ipojuca ter uma economia também baseada na agropecuária, o quociente locacional deste setor atingiu níveis insignificantes que significa que a atividade não é geradora de empregos formais, a despeito do alto

nível de produção do setor. Em 2007, a agropecuária da região estava vinculada às seguintes atividades:

Na Pecuária:

- a) Pecuária de leite e de corte: a microrregião possuía 15,78% do rebanho bovino pernambucano (350.297 cabeças) e 14,72% do rebanho suíno (72.983 cabeças). Nos municípios de São Bento do Una e Pesqueira, estavam estabelecidas a segunda e terceira maiores parcelas do rebanho bovino pernambucano, respectivamente, 69.842 e 50.000 cabeças. Naquele município também estava fixado a maior fração do rebanho suíno estadual, 27.500 cabeças.
- b) Avicultura – na microrregião, se criavam 7,81 milhões de galináceos, equivalentes a 24,47% do rebanho de aves do Estado. Segundo IBGE(2007b), no município de São Bento do Una se estabeleceu a maior criação de aves do Estado com 3,91 milhões de cabeças. O município de Belo Jardim também se destacava na quantidade de frangos criados: 1,32 milhões.
- c) Na região também estavam estabelecidos 11,16% do rebanho eqüino de Pernambuco (14.065 cabeças), tendo o município de Gravatá como principal centro de criação de cavalos de raça do Nordeste (AD/Diper, 2008), onde constavam 3.063 das cabeças recenseadas pelo IBGE(2007b).

Agricultura:

Produções agrícolas relevantes do Vale do Ipojuca em relação ao total produzido em Pernambuco:

- i) 39,89% da produção de abacaxi. Principais colheitas: Riacho das Almas (6,0 mi frutos) e Gravatá (3,75 mi frutos);
- ii) 10,49% da colheita de mandioca. Os municípios de Pesqueira, São Bento do Una e Capoeiras realizaram as maiores produções da região com, respectivas, 30.000 t., 12.000 t. e 8.000 toneladas;
- iii) 9,95% do total dos tomates. Maiores plantações: Bezerros (9.600 t. colhidas) e Brejo da Madre de Deus (2.380 t. colhidas);
- iv) 9,26% do volume de feijão produzido. Plantações concentradas em Capoeiras (2.856 t.), São Bento do Una (2.084 t.) e Pesqueira (1560 t.);
- v) 7,41% da produção de milho. Municípios com realizações expressivas: São Bento do Una (1.800 t.), Pesqueira (1.440 t.) e Capoeiras (1.440 t.).
- vi) Em Belo Jardim e Bezerros houve significativas produções de bananas, respectivamente; 3.200 e 1.000 milhares de frutos;

- vii) No município de Gravatá cultivaram-se flores tropicais, morangos e vegetais orgânicos e o segundo produtor estadual de tangerina (60 t.).

Embora os índices locacionais da indústria extrativa mineral não alcançassem níveis relevantes, em muitas áreas da microrregião do Vale do Ipojuca, segundo DNPM/GEOBANK(2008), localizavam-se minas ativas. As licenças de exploração de lavras do DNPM, em 2007, relacionavam as mineradoras de: a) argilas comuns em Bezerros (JSF – ME) e Caruaru; b) rochas ornamentais em Belo Jardim (Belanor Pedras Ornamentais Ltda) e Pesqueira (Mineração Coto Ltda); c) rochas britadas e cascalhos em Caruaru (Brical Ltda); e d) Água mineral em Gravatá (Água Mineral Gravatá Ind. Comércio Ltda).

O Vale do Ipojuca apresentou dinamismo acentuado quanto ao crescimento da mão-de-obra ativa na economia. O número de empregos formais da região cresceu 99,65% em oito anos.

Os níveis dos coeficientes de especialização de 0,13 em 1999; 0,12 em 2003 e 0,10 em 2007 representavam a conformidade entre o padrão locacional da atividade econômica da região e do estado. O decréscimo dos níveis através dos anos significou uma ligeira tendência de desconcentração de setores econômicos. O fenômeno foi provocado, principalmente, pelo aumento excepcional da base de empregos formais do setor de serviços (+157,67%).

4.2.19 – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Microrregião composta de cinco municípios, entre eles, o homônimo Vitória de Santo Antão, onde reunia 74,78% dos trabalhadores da região em 2007.

Entre 1999 e 2007, o desempenho da economia dessa microrregião quanto à geração de empregos formais (+95,87%) mostrou-se superior ao crescimento de empregos experimentado pelo Estado (+44,99%). Quatro das atividades econômicas revelaram-se importantes nas apurações dos quocientes locacionais: a indústria extrativa mineral, a agropecuária, a indústria de transformação e também a administração pública.

A indústria extrativa mineral, com quociente locacional situando-se no nível médio de 3,13 no período, revelou-se importante na base territorial de Vitória de Santo Antão, onde havia exploração de minas de argila, areia, rochas britadas

efetuadas pelas seguintes empresas Mineração Vitória Ltda, Queiroz Galvão/Odebrecht e BRINEL Ltda; assim como a exploração de fontes hidrominerais conforme concessões de lavras do DNPM em 2006 e 2007.

A indústria de transformação apresentou Q.L médio de 1,41, oscilando o volume de empregos do setor no período de oito anos de referência da pesquisa. Entre 1999 e 2007, o número de empregos formais dos estabelecimentos fabris aumentou 263,20%. Faz-se necessário salientar que o segmento da agroindústria canavieira tem como característica fundamental a sazonalidade do emprego e que este fator é altamente impactante dos níveis do Q.L deste setor. Em 2007, a pesquisa constatou operações de indústrias em vários segmentos tais como Cativa Produtos Alimentícios Ltda; Vitória Agroindustrial Ltda; ICEPE (Indústria Cerâmica de Pernambuco); CIV – Companhia Industrial de Vidros; Destilaria JB; Tupahue Tintas Ltda; Engarrafamento PITU S.A. e Taquari Agroindustrial Ltda (Beneficiamento de Palmito).

O setor agropecuário de Vitória de Santo Antão apresentou-se declinante como revelara as quedas consecutivas do Q.L: 4,21 em 1999; 3,30 em 2003 e 1,21 em 2007. No intervalo de oito anos, a oscilação do fluxo de empregos formais da agropecuária resultou em perda de 1.001 postos de trabalhos, queda de 51,36% sobre a base inicial de trabalhadores do setor. No período, a participação do número de trabalhadores do setor sobre o total da região diminuiu de 19,08% para 4,72%. Este fenômeno setorial também foi constatado nas outras regiões onde predominava a economia da agroindústria canavieira.

Nessa microrregião predominantemente rural, também se praticava a pecuária extensiva. Nos municípios de Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá e Pombos, nesta ordem, assentavam expressivas parcelas dos rebanhos de várias espécies. Os rebanhos mais expressivos localizaram-se em Vitória de Santo Antão e Pombos: 1.034 cabeças de búfalos (5,42% do Estado); 1,46 milhões de galináceos (4,57% do efetivo estadual) e 4.750 reses de eqüinos (3,75% do rebanho estadual).

Na microrregião de Vitória de Santo Antão, segundo IBGE/PAM(2007a), foram produzidos aproximadamente 4,08 milhões de frutos de limões e 8,0 milhões de frutos de abacaxi, equivalentes a respectivamente 66,06% e 32,43% da produção pernambucana dos respectivos frutos. Também se cultivavam banana, mandioca, coco-da-baía e frutos da horticultura (CONDEPE/FIDEM, 2007) nos municípios que

compõem a região. A produção da Cana-de-açúcar (612.880 t.) representou 3,12% da colheita do Estado.

A transformação da economia da microrregião de Vitória de Santo Antão, entre 1999 e 2007, foi resultado do declínio do número de empregos da agropecuária em um percentual negativo de 51,36% e dos SIUP's diminuindo em 89,47%. O comércio, outra atividade revelada como importante na região apresentou crescimento de 59,31%. A indústria de transformação, a administração pública e os serviços, atividades econômicas que apresentaram crescimentos em suas respectivas bases de mão-de-obra em 263,20%, 119,07% e 103,78%; experimentaram aumentos na participação na economia da região.

A mudança da estrutura econômica quanto à distribuição dos setores foi conduzida pelo aumento de empregos formais nas atividades que denotavam menor participação em 1999, o que propiciou uma tendência de desconcentração ou dispersão das atividades econômicas da região. O nível médio do coeficiente de especialização da microrregião de Vitória de Santo Antão (0,24) indicou uma estrutura produtiva pouco diferenciada em relação ao arranjo das atividades produtivas do Estado, mas o desempenho relatou-se favorável à dispersão de atividades econômicas, pois o índice de especialização mostrou-se declinante no quadriênio final: C.E = 0,24 em 1999; 0,25 em 2003 e 0,23 em 2007.

4.3 – A DINÂMICA DO PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM PERNAMBUCO

Nesta seção, será analisado o panorama da economia de Pernambuco. Este exame prevê a participação das microrregiões em cada uma das atividades econômicas desenvolvidas no Estado entre os anos de 1999 e 2007. A variável de empregos formais balizará a distribuição de setores produtivos na economia geral. O indicador regional utilizado será o coeficiente de localização (C.L), conforme dados do quadro 4.9.

O Coeficiente de Localização (C.L) representa o nível de concentração (ou dispersão) espacial das atividades econômicas em relação a estrutura de distribuição dos setores produtivos no Estado. A avaliação temporal deste indicador revela a dinâmica de “modelagem” da estrutura produtiva do Estado no intervalo

referenciado. Dados de empregos formais da RAIS/MTE desagregados por microrregiões (constam nos anexos I, II e III) complementarão as informações para identificar os espaços geográficos que impactaram mais fortemente, ou que apresentaram desempenhos mais significativos quanto a geração de empregos formais no período de referência – 1999 a 2007.

Quadro 4.9 – Coeficiente de Localização das Atividades Econômicas do Estado de Pernambuco - Anos selecionados 1999, 2003 e 2007

ATIVIDADE	Anos		
	1999	2003	2007
Extrativa Mineral	0,49	0,45	0,31
Indust Transform.	0,28	0,29	0,32
Svs Inds Ut. Púb	0,20	0,30	0,32
Construção Civil	0,21	0,20	0,18
Comércio	0,06	0,08	0,07
Serviços	0,19	0,22	0,21
Adm. Pública	0,08	0,11	0,10
Agropecuária	0,57	0,62	0,58

FONTE: MTE/RAIS 2007 – Montagem do Autor

Para a análise do panorama de desenvolvimento do Estado de Pernambuco utilizando a metodologia proposta na presente pesquisa, serão necessários cruzar os dados do quadro 4.9 (coeficientes de localização) e os da tabela 4.1 (variações dos estoques de empregos setoriais) nos três anos de referência. Estas informações balizarão a análise de desempenho das atividades produtivas do Estado no período.

Tabela 4.1
 Variações Absoluta e Relativa dos Estoques de Empregos Formais em Pernambuco
 Por Setor de Atividade Econômica – anos selecionados 1999, 2003 e 2007

Atividades	Ext. Min	Ind. Transf	SIUP's	Const. Civ	Comércio	Serviços	Adm Púb	Agropec	Pernambuco
Ano									
1999	1.496	125.416	13.047	40.075	118.674	241.015	276.434	38.722	854.879
2003	1.353	129.255	13.822	39.015	147.720	287.576	284.447	58.988	962.176
2003 - 1999	-143	3.819	775	-1.060	29.046	46.561	8.013	20.266	107.297
2003 / 1999	- 9,56 %	+ 3,06 %	+ 5,94 %	- 2,65 %	+ 24,48 %	+ 19,32 %	+ 2,90%	+ 52,34 %	+ 11,38 %
2007	1.979	188.405	13.732	54.190	206.787	358.065	365.117	51.224	1.239.499
2007 - 2003	626	59.150	- 90	15.175	59.067	70.489	80.670	-7.764	277.323
2007 / 2003	+ 46,27 %	45,76%	- 0,65 %	+ 38,90 %	+ 39,99 %	+ 24,51 %	+ 28,36 %	- 13,16 %	+ 28,82 %
2007 - 1999	483	62.986	685	14.115	88.113	117.050	88.683	12.502	384.620
2007 / 1999	+ 32,29%	+ 50,22 %	+ 5,25 %	+ 35,22 %	74,25%	+ 48,57 %	+ 32,08 %	+ 32,29 %	+ 44,99 %

Fonte: RAIS/MTE – Elaboração do Autor

Atividades Econômicas:

Ext. Min	– Indústria Extrativa Mineral
Ind. Transf.	– Indústria de Transformação
SIUP's	– Serviços Industriais de Utilidade Pública
Const. Civ.	– Construção Civil
Comércio	
Serviços	
Adm. Pub.	- Administração Pública
Agropec	- Agropecuária

4.3.1 – INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A indústria extrativa mineral foi o setor que apresentou a menor contribuição absoluta de empregos formais em Pernambuco com média anual de 0,16% de participação do total de empregos do Estado. No intervalo entre 1999 e 2003, a mão-de-obra mineira do Estado foi reduzida em 9,56%. Entre 2003 e 2007, a base de mão-de-obra mineira elevou-se em 46,27%. Esse desempenho impactou negativamente nos C.L's que apresentaram níveis decrescentes de 0,49 em 1999; 0,45 em 2003 e 0,31 em 2007.

A análise apontou para uma desconcentração das atividades nas regiões com maior representatividade do setor em função da diminuição de mão-de-obra ou do baixo desempenho na geração de empregos em microrregiões tradicionais de exploração de minerais não-metálicos como Vale do Ipojuca (-53,96%); Mata Setentrional (-8,33%); Araripina (-5,68%) e Suape (+2,88%) nos oito anos da pesquisa. A atividade além de gerar poucos empregos, ainda vem perdendo importância (representatividade) no Estado.

Do relatório GEOBANK/CPRM de minas exploráveis em Pernambuco e das concessões de lavras do DNPM(2007) foram extraídas as seguintes conclusões. Abaixo estão relacionados os produtos e os municípios em destaque das microrregiões que impactaram no desempenho da indústria extrativa mineral em Pernambuco.

- i) Gipsita, na microrregião de Araripina;
- ii) Areia, Calcário e Argila; em Goiana (Mata Setentrional) e Vitória de Santo Antão;
- iii) Caulim, rochas ornamentais, calcário e rochas britadas, em Caruaru e Belo Jardim (Vale Ipojuca);
- iv) Rochas ornamentais em Garanhuns, Bom Jardim (Médio Capibaribe) e Sertânia (Sertão do Moxotó);
- v) Calcário e Mármore, em Vertente do Lério (Alto Capibaribe);
- vi) Fontes hidrominerais, em Paulista e Camaragibe e Rochas britadas e Areia em Jaboatão dos Guararapes (microrregião de Recife); e
- vii) Minério de ferro em São José do Belmonte (Salgueiro) - inexplorado.

4.3.2 – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

O desempenho da indústria de transformação no estado de Pernambuco revelou-se positivo entre 1999 e 2007 quanto à geração de postos de trabalho fabris. Em números consolidados, foram criadas 62.989 vagas de industriários, acréscimo de 50,22% à base inicial de empregos, sendo que 59.150 (93,90%) do fluxo de empregos foram gerados entre 2003 e 2007.

Os coeficientes de localização apurados atingiram as cotas de 0,28 em 1999; 0,29 em 2003 e 0,32 em 2007. Os resultados em níveis crescentes ao longo dos anos revelam leve tendência de concentração, ou seja, crescimento do número de empregos do setor em microrregiões que a participação da indústria já era predominante em proporções mais expressivas frente às outras atividades.

Entre 1999 e 2007, o desempenho do setor industrial foi influenciado principalmente pelos seguintes fatores:

- 1) Nas microrregiões contempladas com quocientes locacionais expressivos da indústria de transformação: alto do Capibaribe, Itamaracá, Vale do Ipojuca, Suape, Mata Meridional, Mata Setentrional, Araripina e Vitória de Santo Antão; foram gerados 48.741 novos postos de trabalho, equivalentes ao aumento de 76,46% sobre a base de mão-de-obra setorial do mesmo conjunto de microrregiões em 1999.
- 2) Não obstante, na microrregião de Recife terem sido criadas 10.673 vagas do setor industrial – que equivale ao acréscimo de 19,47% sobre o contingente de mão-de-obra setorial da região em 1999 – esta região não foi contemplada na atual pesquisa com nível de quociente locacional expressivo para a indústria de transformação.
- 3) Nas outras dez microrregiões, com baixa participação relativa de atividades industriais, foram gerados apenas 3.811 novos empregos no setor, equivalentes ao acréscimo de 41,94% sobre a base conjunta de operários fabris deste conjunto de regiões em 1999.

Ao final de 2007, os municípios que empregavam as maiores parcelas do contingente de mão-de-obra formal nas indústrias do estado do Pernambuco foram: Recife (35.118 operários), Jaboatão dos Guararapes (16.613), Caruaru (10.646), Cabo de Santo Agostinho (9.674), Igarassu (8.889), Ipojuca (7.068), Vitória de Santo Antão (6.442) e Lagoa do Itaenga (5.203).

As microrregiões abaixo relacionadas – quadro 4.11 - foram contempladas com relevantes quocientes de localização da indústria de transformação. As informações do quadro estão desagregadas por segmento industrial.

Quadro 4.10 – Indústria de Transformação em Pernambuco
Segmento Industrial em Operação nas Microrregiões - 2007

Microrregião	Principais Municípios	Segmento Industrial
Alto Capibaribe	Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Surubim	Têxtil
Araripina	Araripina, Ipubi, Ouricuri e Trindade	Elaboração do Gesso
Itamaracá	Igarassu e Itapissuma	Alimentos, Bebidas, Metalurgia, Derivados da cana-de-açúcar, etc...
Mata Setentrional	Camutanga, Carpina, Goiana, Lagoa do Itaenga, Paudalho, Nazaré da Mata e Vicência	Derivados da Cana-de-açúcar, abate de aves
Mata Meridional	Catende, Cortês, Escada, Joaquim Nabuco, Primavera, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré	Derivados da Cana-de-açúcar, Têxtil e Metalurgia
Suape	Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca	Química, Têxtil, Bebidas, Derivados da Cana-de-açúcar, Siderurgia, etc...
Recife	Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Abreu e Lima	Alimentos, têxtil, higiene, limpeza, eletro-eletrônico, metal-mecânico, têxtil, etc.
Vale do Ipojuca	Belo Jardim, Bezerros, Caruaru, Gravatá e Pesqueira.	Metalurgia, Têxtil, Alimentos, Cerâmica, Abate de Aves.
Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	Derivados da Cana-de-açúcar, Cerâmica e Vidro.

Fonte: Pesquisa e Elaboração do Autor.

4.3.3 – SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

O setor de serviços industriais de utilidade pública (SIUP's), conforme a classificação nacional de atividades econômicas – CNAE 2.0, é composto por importantes segmentos de prestação de serviços à sociedade como geração, transmissão, comércio e distribuição de energia elétrica; captação, tratamento, abastecimento e gestão de redes água e esgoto; distribuição de gás, coleta e tratamento de resíduos não-perigosos (limpeza urbana).

Entre 1999 e 2007, os SIUP's apresentaram baixo desempenho na geração de empregos no Estado. O setor não foi revelado como gerador expressivo de empregos formais, constando fluxo médio anual de 13.534 trabalhadores, que equivaliam a 1,33% em média dos trabalhadores do Estado. No período, houve aumento de 685 trabalhadores na base de mão-de-obra que representava 5,25% em oito anos ou um crescimento geométrico de 0,64% a.a.

Convergiam para a microrregião de Recife os números mais expressivos da mão-de-obra dos SIUP's. Em 2007, registraram-se 12.250 trabalhadores na microrregião, equivalentes a 89,21% dos empregos formais do setor no Estado.

Na presente pesquisa, duas microrregiões apresentaram relevantes Q.L's para os SIUP's: Recife e Itaparica. Nesta está localizada a Usina Hidrelétrica da CHESF. Naquela localizam-se os centros administrativos da própria CHESF, da CELPE/Neoenergia, da COMPESA - Companhia estadual de tratamento de esgoto, saneamento e distribuição de água, das concessões municipais de limpeza urbana e das redes de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo.

Entre 1999 e 2007, o coeficiente de localização dos SIUP's foi elevado do nível 0,20 para 0,32. A dinâmica dessa atividade econômica provava inclinação à convergência de localização de empregos deste setor em determinadas regiões do Estado, notadamente Recife e Itaparica. Como até mesmo nestas duas regiões a geração de empregos formais desta atividade econômica foi insignificante, o movimento de concentração foi derivada da diminuição do número de empregos do setor em onze das dezenove microrregiões do Estado.

4.3.4 – CONSTRUÇÃO CIVIL

A presente pesquisa considera a hipótese de que a construção civil é uma atividade de suporte a outros setores produtivos. Nas regiões em evidente desenvolvimento, a execução de atividades relacionadas à construção civil interage naturalmente com a necessidade de expansão da economia. Estão relacionadas à indústria da construção civil atividades como:

- a) Edificação de unidades residenciais (casas, apartamentos, etc.);
- b) Edificação de unidades para utilização econômica: comércio e indústrias (galpões, silos, *packing houses*, ...);
- c) Dotação ou manutenção de infra-estrutura pública de energia (unidades hidroelétricas, transporte e distribuição de energia, etc.), transportes (portos, aeroportos, estradas, ferrovias, etc...), comunicações e outros bens públicos (canais de irrigação, instalação de dutos de transporte de gases, etc...).

No presente estudo, a indústria da construção civil revelou-se tendente a desconcentração setorial entre as microrregiões conforme os níveis dos coeficientes de localização: 0,21; 0,20 e 0,18 nos anos de referência da pesquisa.

À microrregião de Recife convergiu média de 78,77% da mão-de-obra da construção civil do Estado, o que ao primeiro exame sugeriria concentração desta atividade econômica se este efetivo não representasse média anual de 5,56% do emprego formal em todos os setores na microrregião metropolitana.

Ocorreu fenômeno de dispersão da construção civil porque em várias microrregiões se estabeleceram canteiros de obras, que revelou ser relativamente importante. Entre 1999 e 2007, foram registrados crescimentos consistentes da base operária da construção civil nas microrregiões de Araripina (+2.153,57%), Mata Meridional (+1.008,25%), Suape (+586,11%), Sertão do Pajeú (+356,49%), Salgueiro (+209,21%) e Vale do Ipojuca (+128,54%). Em números absolutos, o conjunto dessas microrregiões gerou 7.481 postos. À base de empregos formais da região de Recife, foram acrescentadas outras 7.522 vagas de operários da construção, enquanto em Itaparica houve redução de 73,13% da mão-de-obra setorial em oito anos.

4.3.5 – COMÉRCIO

O mercado é o instituto de realização do capitalismo. Na interação entre produtor e consumidor estabelecem-se suprimentos de bens e serviços transacionados aos níveis de preços acordados. Em toda e qualquer região sob os preceitos do mercado capitalista estabelecem-se unidades mercantis. Dessa conjectura, deduz-se que a atividade comercial seja bem distribuída em todos os mercados, em todas as economias regionalmente estabelecidas. Portanto, espera-se ser o comércio uma atividade econômica caracterizada como não-básica e dispersa espacialmente. Os estabelecimentos mercantis empregaram parcela significativa da mão-de-obra de Pernambuco.

Entre 1999 e 2007, a categoria de comerciários representou média de 15,48% do efetivo funcional do Estado. No período, foram criadas 88.113 vagas de empregos no setor, crescimento consolidado de 74,25% sobre a base de 1999.

Os coeficientes de localização relacionados ao comércio revelaram-se com níveis mínimos e relativamente estáveis corroborando a tese de dispersão espacial do setor: em 1999, C.L = 0,06; 0,08 em 2003 e 0,07 em 2007. Todas as regiões, sem exceção, apresentaram desempenhos positivos na geração de empregos do comércio no Estado.

Em termos relativos, as microrregiões que geraram maiores impactos na estrutura do setor comercial no Estado foram:

- i) Alto Capibaribe apresentou crescimento de 233,99% na base de mão-de-obra mercantil – principais municípios: Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Toritama;
- ii) Petrolina (+123,17%) – município de Petrolina;
- iii) Suape (101,62%) – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca;
- iv) Mata Setentrional (+99,81%) – Timbaúba, Carpina e Goiana;
- v) Vale do Ipojuca (98,09%) – Caruaru, Gravatá e Pesqueira.
- vi) Garanhuns (+90,06%) - município em destaque: Garanhuns; e
- vii) Recife (+58,78%) – Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda.

Esse conjunto de microrregiões foi responsável pela contratação de 74.651 empregados formais do comércio, equivalente a 84,72% dos novos empregos do setor gerados em Pernambuco entre 1999 e 2007. Ressalta-se que a microrregião

de Recife respondeu por média anual de 63,10% do efetivo funcional do comércio do Estado e, portanto, liderou as estatísticas do crescimento absoluto do setor.

Conforme o Boletim Regional BACEN (abr 2008), em 2007, o comércio varejista de Pernambuco revelou-se diversificado destacando os segmentos de mercados (mini, super e hiper); alimentos; bebidas, fumos; eletrodomésticos e móveis. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE, fev 2008), também menciona a importância dos subsetores livros, jornais, revistas e papelaria; equipamentos (informática e comunicação), materiais de escritório; combustíveis e lubrificantes.

4.3.6 – SERVIÇOS

O setor de serviços envolve diversas atividades com características peculiares⁶ que o diferencia do comércio propriamente dito tais como correios, turismo, transporte, hospedagem, gastronomia, lazer, aluguéis, finanças, telecomunicações, gráficas/vídeos/divulgação, seguros, medicina, programas de computador, terceirizações, educação, etc...

Por representar atividades de suporte, os serviços conferem relações diretas com os setores da base econômica regional. Os crescimentos econômicos destes, conseqüentemente, estimulam a criação de empregos naqueles. Conclui-se, portanto, que as regiões onde se estabelecem maiores percentuais de trabalhadores no setor de serviços são territórios desenvolvidos economicamente.

Entre 1999 e 2007, o setor de serviços impulsionou a economia pernambucana com a maior geração absoluta de empregos formais: 117.050 novos postos, incremento de 48,57% sobre o volume de 1999. A microrregião de Recife foi responsável por 81.381 (+69,53%) dos novos postos criados no Estado em oito anos. A base econômica da microrregião de Fernando de Noronha está baseada no setor de serviços que reuniu 76,36% de média anual do total de empregos da Ilha.

Os níveis moderadamente decrescentes dos coeficientes de localização do setor de serviços em Pernambuco, de 0,22 em 2003 para 0,21 em 2007 revelaram leve tendência recente à dispersão deste tipo de atividade econômica.

⁶ São características das atividades dos serviços: **Intangibilidade, Inseparabilidade, Variabilidade e Percipibilidade** consoante LÓCIO (2006).

Entre 1999 e 2007, o desempenho Q.L. correspondeu à maior distribuição de mão-de-obra do setor de serviços nas microrregiões, ou seja, em várias regiões foram criados empregos formais do setor de serviços em proporções superiores à geração total de empregos da própria região.

Abaixo consta a lista que associa microrregião, principais municípios com atividades do setor de serviços e crescimento da base de trabalhadores do setor, entre 1999 e 2007.

- i) Fernando de Noronha (Ilha de Fernando de Noronha), +257,82%;
- ii) Suape (Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho), +220,17%;
- iii) Alto Capibaribe (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim), +139,28%;
- iv) Vale do Ipojuca (Caruaru, Bezerros e Gravatá), +106,75%;
- v) Salgueiro (municípios de Salgueiro e Parnamirim), +92,87%;
- vi) Itaparica (Petrolândia e Floresta), +82,18%;
- vii) Petrolina (município de Petrolina), +69,68%;
- viii) Garanhuns (município de Garanhuns), +62,56%;
- ix) Itamaracá (Igarassu), +61,67%; e
- x) Recife (municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes), +39,52%.

4.3.7 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública é considerada uma atividade econômica não-exportadora, por isso a interpretação da relevância dos índices locacionais é diversa da proposta pela metodologia da presente pesquisa. O produto da administração pública está restrito à área de circunscrição do órgão público, ou seja, à população beneficiária do serviço. Além disso, governantes podem utilizar a política para a geração de emprego público com intuito de minorar problemas sociais.

Onze microrregiões destacaram-se com índices relevantes de Q.L do setor público, ou seja, na maioria das regiões pernambucanas, as instituições públicas lotavam parcelas expressivas da população economicamente ativa. O maior contingente de trabalhadores formais do Estado estava empregado na administração pública e esta atividade econômica deteve o maior percentual de empregabilidade

de Pernambuco em oito anos: 32,34% em 1999; 29,56% em 2003 e 29,46% em 2007. Entre 1999 e 2007, o fluxo de trabalhadores do setor foi acrescido de 88.683 postos, equivalentes a 23,06% de todo o emprego gerado no Estado. As microrregiões com maiores crescimentos em relação ao estoque de empregos de 1999 foram, respectivamente, Suape (+236,93%), Vitória de Santo Antão (+119,07), Araripina (+107,31), Brejo Pernambucano (104,84%), Garanhuns (+82,02), Itamaracá (+81,04), Mata Meridional (+77,63%), Vale do Ipojuca (+73,29) e Vale do Ipanema (+70,05%).

Na Ilha de Fernando de Noronha não há registro de empregos públicos conforme a pesquisa MTE/RAIS. Provavelmente, o funcionalismo estaria lotado na microrregião de Recife, que concentrou média de 53,75% do fluxo de empregos do setor e onde estavam localizadas as sedes administrativas das instituições públicas que atuam na região, como o IBAMA, a Polícia Militar e o governo do Estado.

A representação funcional da administração pública é relativamente dispersa no Estado, motivo do baixo nível calculado para os coeficientes de localização (C.L.) do setor. Em oito anos de observação, o C.L. do setor oscilou nos seguintes níveis: 0,08 em 1999; 0,11 em 2003 e 0,10 em 2007. Na análise da dinâmica de mudança do padrão locacional, entre 1999 e 2003, realizou-se movimento de concentração da atividade pública e, entre 2003 e 2007, o movimento se inverteu e as atividades voltaram a intensificar a tendência de desconcentração setorial.

No primeiro intervalo, 1999 a 2003, ocorreu um resultado aparentemente adverso, mas explicável, do movimento de concentração do setor na economia de Pernambuco. Embora, tenha sido a maior provedora absoluta de mão-de-obra no Estado, Recife apresentou Q.L. não relevante para o setor público, ou seja, o fluxo de trabalhadores das repartições não revelou-se expressivamente representativo na região. Na microrregião de Recife, ocorreu diminuição de 25.413 postos do funcionalismo público, uma redução de 14,24% da base funcional setorial de 1999. O conjunto das outras microrregiões, inversamente, gerou a abertura de 33.426 novos postos de trabalho na iniciativa pública neste mesmo período. Como na maioria dessas microrregiões verificou-se a intensificação do nível de relevância dos respectivos Q.L's, o movimento de concentração das atividades públicas na economia pernambucana ficou evidente.

No segundo intervalo, entre 2003 e 2007, o movimento de dispersão da administração pública no estado de Pernambuco foi explicado pela geração de

43.253 vagas no funcionalismo público de Recife, um aumento de 28,27% sobre a base de trabalhadores de 2003. As outras microrregiões conjuntas 37.417 funcionários. Portanto, um aumento absolutamente mais significativo do emprego formal em microrregião com menor representatividade percentual do setor na economia, como a administração pública em Recife, reorienta o padrão de distribuição das atividades econômicas para a dispersão.

Analisando o caso de duas microrregiões destituídas de bases econômicas relevantes - Brejo Pernambucano e Vale do Ipanema, a pesquisa captou que os dois territórios ostentaram altos níveis de Q.L's do setor da administração pública. Todos os 17 municípios do conjunto das duas regiões eram classificados como de baixa renda e possuíam baixo IDH (2000) em relação à média pernambucana (CONDEPE/FIDEM, 2007). Entre 1999 e 2007, os Q.L's das regiões atingiram níveis médios respectivos de 2,49 e 2,76; os maiores do Estado. No Brejo Pernambucano, o setor de administração pública concentrou em média 75,94% de todo o emprego formal no conjunto dos municípios, enquanto no Vale do Ipanema, o funcionalismo público representava média de 83,07% do fluxo de trabalhadores formais na região.

Entre 1999 e 2003, as regiões de menor poder econômico experimentaram aumento da base de funcionários da administração pública em percentuais superiores ao crescimento do funcionalismo público do Estado (+2,90%): Brejo Pernambucano (+82,69%), Vale do Ipanema (+54,19%), Araripina (+46,13%), Médio Capibaribe (+29,63%) e Mata Setentrional(+28,18%). Enquanto, entre 2003 e 2007, o número de empregos da administração pública cresceu com mais vigor em regiões com maior poder econômico, como em Suape (+61,54%), Mata Meridional (+46,47%), Vitória de Santo Antão (+43,06%), Alto do Capibaribe (+41,03%), Itaparica (+32,94%), Vale do Ipojuca (+32,33%) e Garanhuns (+30,97%).

Em 74,0% dos municípios pernambucanos (137 do total de 185), o setor público empregou mais trabalhadores que qualquer outra atividade econômica e em cinquenta e três destes municípios⁷, mais de 85,0% do total de trabalhadores formais estavam lotados nas repartições públicas MTE/RAIS(2007).

⁷ Alagoinha, Belém de Maria, Betânia, Brejinho, Brejo da Madre de Deus, Calçado, Calumbi, Carnaíba, Cedro, Caraubeira da Penha, Casinhas, Correntes, Cumaru, Exu, Frei Miguelinho, Flores, Granito, Iati, Ibimirim, Ibirajuba, Iguaraci, Inajá, Ingazeira, Itaíba, Itapetim, Jataúba, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Manari, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Quixaba, Salgadinho, Saloá, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Filomena, Santa Maria do Cambucá, Santa Terezinha, São Benedito do Sul, São João, São Joaquim do Monte, Serrita, Solidão, Terezinha, Terra Nova, Tupanatinga e Verdejante.

4.3.8 – AGROPECUÁRIA

As produções agrícolas e pecuárias em Pernambuco são relevantes. Nas economias das microrregiões, exploram-se diversos cultivos de frutos e/ou criações de espécies animais para alimentação. Na análise da distribuição geográfica da produção agropecuária do Estado, predominam as seguintes atividades.

- i) O latifúndio da monocultura de cana-de-açúcar nas microrregiões das Matas Meridional e Setentrional;
- ii) Arcaica cultura de sequeiro (feijão, milho e mandioca) e caprinovinocultura extensiva nas microrregiões do sertão semi-árido;
- iii) Bovinocultura e avicultura nas microrregiões localizadas no agreste (Brejo) – entre a zona da mata e o Sertão; e
- iv) Moderna fruticultura irrigada nas margens do Rio São Francisco e do lago de Itaparica – microrregiões de Petrolina e Itaparica.

Na produção agropecuária pernambucana, se praticam métodos tradicionais ou modernos. As atividades de métodos tradicionais e de pouca técnica como as plantações de culturas de sequeiro, as criações de animais adaptados aos climas semi-áridos - como bodes e ovelhas e a prática da apicultura; se realizam em pequenas propriedades ou sob a agricultura familiar, sistemas que não geram empregos formais. Na presente pesquisa, não ficaram evidenciados se as atividades de pesca e carcinicultura geram empregos formais no Estado.

Muitas corporações nacionais e até transnacionais estabelecem fazendas nas áreas onde predominam os modernos cultivos de frutas, como nos perímetros irrigados das microrregiões de Petrolina e Itaparica. Nessas áreas, a pesquisa MTE/RAIS/CAGED conseguiu captar registros de trabalhadores formais do segmento de agricultura em quantidade significativa.

Na monocultura da cana-de-açúcar, uma das principais atividades da economia pernambucana, o fluxo de trabalhadores é dinâmico e varia de acordo com o período da safra.

“A mecanização depende da topografia, já que as colheitadeiras somente podem ser utilizadas em áreas com declive de até 12%. ... Nas áreas montanhosas de Pernambuco quase todo o corte (da cana-de-açúcar) acontece de forma manual.” (ORTIZ, 2006)

A economia das regiões onde predomina a monocultura canavieira, depende do número de ocupação da maioria dos trabalhadores envolvidos no corte da cana.

“A monocultura canavieira e a atividade industrial dos engenhos prevalecem na absorção sazonal do emprego regional. Os números da mão-de-obra variam durante a entressafra – entre março e setembro - quando são dispensados 94,2 por cento dos cortadores de cana e 56,2% destes não conseguem outra ocupação até a próxima safra”, conclusão de pesquisa que incluem os municípios da microrregião mata setentrional pernambucana efetuada pela FUNDAJ (2007).

As microrregiões onde mais se desenvolveu atividade econômica da cana-de-açúcar como Mata Meridional e Mata Setentrional; foram detentoras de quocientes locais relevantes para a agropecuária, mas o fluxo de trabalhadores registrados na MTE/RAIS entre 1999 e 2007 não corresponde ao relevo da produção que a cana-de-açúcar representa para a economia de Pernambuco, sugerindo que grande parte dos trabalhadores envolvidos nessa atividade figura à margem da legalidade.

Segundo o IBGE/PAM (2007a), aproximadamente 70,0% do valor da produção agrícola estadual estavam concentradas em apenas quatro culturas - cana-de-açúcar, uva, banana e manga – e estes cultivos se realizaram em quatro microrregiões: Petrolina, Zona da Mata Setentrional, Zona da Mata Meridional e Médio Capibaribe. Em 2007, na microrregião do Vale do Ipojuca, centralizavam as maiores parcelas dos rebanhos bovino, suíno, eqüino e de galináceos do Estado, segundo a pesquisa Efetivo do Rebanho do IBGE.

As cinco regiões acima relacionadas reuniram 77,67% do total de empregos formais da agropecuária em Pernambuco. Essa concentração do emprego setorial conferiu maior nível dos coeficientes de localização para uma atividade econômica de Pernambuco: C.L = 0,57 em 1999; C.L. = 0,62 em 2003 e C.L. = 0,58 em 2007.

Entre 1999 e 2003, o conjunto das principais microrregiões agrícolas: Matas Meridional e Setentrional, Suape, Petrolina e Vitória de Santo Antão, registrou aumento do fluxo de empregos em 20.516 trabalhadores, equivalentes ao acréscimo de 74,31% sobre a base conjunta de trabalhadores do setor em 1999. As regiões de menos representativas na agropecuária apresentaram pequenos crescimentos ou diminuição da base de empregos do setor em 1999, como Salgueiro (-38,78%), Araripina (-33,33%), Recife (-18,37%) e Brejo Pernambucano (-6,39%).

De 2003 a 2007, a agropecuária do Estado experimentou redução do efetivo da força de trabalho do setor em 13,16%. O resultado desta fase gerou movimento de dispersão da agropecuária no Estado, pois as maiores quedas ocorreram

justamente em regiões mais representativas: Mata Meridional (-52,16%), Suape (-23,19%) e Vitória de Santo Antão (-22,42); quedas moderadas ocorreram na zona da Mata Setentrional (-8,39%) e Médio Capibaribe (-5,52%).

O quadro 4.11 relaciona as microrregiões, as atividades da agropecuária desenvolvidas nos interiores dos municípios constituintes.

Quadro 4.11 – Atividades Agropecuárias Relevantes exploradas nas Microrregiões Pernambucanas - 2007

Microrregião	Destaques Municipais	Atividades
Garanhuns	Lagoa do Ouro, Bom Conselho e Garanhuns	Bovinocultura e culturas de sequeiro
Itaparica	Belém de São Francisco, Floresta e Petrolândia.	Apicultura, fruticultura e ovinocaprinocultura
Mata Setentrional	Camutanga, Goiana, Lagoa do Itaenga e Vicência	Cana-de-açúcar, pesca, suinocultura, fruticultura e avicultura.
Mata Meridional	Catende, Cortês, Escada, Primavera, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré	Cana-de-açúcar, banana, pesca e bubalinocultura.
Suape	Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca	Cana-de-açúcar.
Médio Capibaribe	Machados, São Vicente Férrer, Limoeiro, Orobó	Fruticultura, horticultura e avicultura.
Petrolina	Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista.	Fruticultura, apicultura e caprinovinocultura.
Sertão do Pajeú	Serra Talhada e São José do Egito	Ovinocaprinocultura, avicultura, culturas de sequeiro.
Vale do Ipojuca	São Bento do Una, Belo Jardim, Gravatá e Pesqueira.	Avicultura, bovino, suíno e eqüinocultura.
Vale do Ipanema	Itaíba e Buíque	Bovinocultura e culturas de sequeiro.
Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	Cana-de-açúcar e horticultura.

Fontes: IBGE/PAM – Produção Agrícola Municipal 2007, IBGE – Efetivo dos Rebanhos 2007, CONAB(2006), CPRH (2003) - Elaboração do autor

Neste capítulo foi abordada a dinâmica do padrão de distribuição das atividades econômicas em Pernambuco. Foram utilizados três índices de localização (Quociente Locacional, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Localização) derivados da teoria econômica regional e que serviram de parâmetros para referenciar as variações relativas dos fluxos de empregos formais dos setores econômicos obtidos na pesquisa de emprego MTE/RAIS entre 1999 e 2007.

Como resultado, a pesquisa mostrou que na microrregião de Recife, com exceção do setor agropecuário, estavam contabilizados os maiores fluxos de empregos em todos os setores da atividade econômica que qualquer outra região pernambucana. Mas, apenas quatro das atividades econômicas - comércio, serviços, SIUP's e a indústria da construção civil - revelaram-se relevantes no teste do quociente locacional desta região.

Na região de Petrolina, a presente pesquisa revelou preponderância do setor agropecuário, onde se estabeleceu a agroindústria da fruticultura de exportação baseada na exploração dos perímetros irrigados nas margens do rio São Francisco. Nas margens do lago de Itaparica, homônimo da microrregião, também se realizou produção agrícola de frutas e desenvolvimento da piscicultura. Na economia das zonas das Matas (Meridional e Setentrional) prevalecia a agroindústria da cana-de-açúcar. Nas regiões semi-áridas (Araripina, Petrolina, Itaparica e sertões do Pajeú, Salgueiro e Moxotó) também praticava a agricultura de sequeiro (feijão, milho e mandioca) e a criação de espécies animais adaptadas ao clima como cabras e ovelhas. Em Garanhuns, Brejo Pernambucano, Vale do Ipanema e Vale do Ipojuca assentavam o maior contingente do rebanho bovino pernambucano.

Nas regiões de Suape, Itamaracá, Vale do Ipojuca e Alto do Capibaribe se destacaram as indústrias de transformação. Nas duas primeiras regiões mais Recife estabeleceram-se conglomerados fabris de segmentos diversificados como siderurgia, química, alimentos, eletro-metal-mecânico, metalurgia, etc...; nas duas últimas regiões, os segmentos das indústrias têxteis e de confecções predominavam.

A preponderância da indústria extrativa mineral estava estabelecida na microrregião de Araripina com exploração das minas de gipsita. Em outras regiões também explotam-se minérios como calcários na Mata setentrional, rochas britadas no Vale do Ipojuca e Recife, argila em Suape e Vitória de Santo Antão e fontes hidrominerais na região de Recife e outros.

A pesquisa também captou que a maioria das microrregiões não possui base econômica que as torne auto-sustentável. Dessa forma, a administração pública representa o setor econômico que prevalece na geração de empregos, consequentemente de renda, nas regiões mais pobres do Estado.

5 - CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como pretensão demonstrar a dinâmica de transformação do padrão de localização das atividades econômicas no território pernambucano entre 1999 e 2007. Para este propósito, foram utilizadas as metodologias derivadas da ciência econômica regional, intituladas **Medidas de Localização** e **Medidas de Especialização**. Estas se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região se utilizando de um índice: **o Coeficiente de Especialização**. Aquelas identificam o padrão de concentração ou dispersão espacial da atividade produtiva utilizando-se de dois índices: **Quociente Locacional** e **Coeficiente de Localização**. Esses indicadores, em várias pesquisas, revelaram-se adequados para trabalhos com variável de renda, mas, esta pesquisa utilizou-se dados de fluxo de empregos formais da pesquisa MTE/RAIS – Relação anual de Informações sociais.

Considerando a remuneração do trabalhador parte da renda gerada na economia e que o fluxo do emprego reflete parcialmente a variação de renda da economia, a variável emprego formal demonstrou ser apropriada para os fins a que se propôs a presente pesquisa.

As interpretações dos índices calculados, a despeito de algumas limitações da metodologia, revelaram com relativa precisão a realidade das atividades econômicas exploradas nas microrregiões pernambucanas. O resultado da pesquisa mostrou que entre 1999 e 2003, a base de emprego formal do Estado de Pernambuco foi elevada em apenas 12,55%. Crescimento anual de apenas 3,0% neste primeiro período. As maiores contribuições na geração de empregos foram realizadas pelas seguintes microrregiões e setores, na ordem:

- 1) Mata Setentrional – agropecuária, serviços e comércio;
- 2) Vale do Ipojuca – serviços, administração pública e comércio;
- 3) Suape – administração Pública, agropecuária e Serviços;
- 4) Recife – serviços, comércio e SIUP's; e
- 5) Mata Meridional – agropecuária, administração pública e comércio.

Em termos gerais, os setores de serviços, comércio e agropecuária, nesta ordem, foram os setores responsáveis pela criação da maioria das vagas de empregos formais em Pernambuco entre 1999 e 2003, totalizando 95.873

postos, equivalentes a 89,35% de todo emprego gerado em quatro anos. Neste mesmo período, o setor da administração pública do Estado apresentou baixo desempenho como resultado da diminuição de 25.413 postos na microrregião de Recife, devido, provavelmente, à mudança do regime da previdência social com a instituição da lei 9.796/99, o que levou muitos servidores públicos antecipar a aposentadoria.

Já entre 2003 e 2007, o número de empregos formais no Estado foi acrescido de 28,82%, um desempenho anual de 6,54%. Neste período, as microrregiões e respectivos setores que apresentaram as maiores contribuições na geração de empregos foram, sucessivamente:

- 1) Recife – serviços, administração pública e comércio;
- 2) Vale do Ipojuca – serviços, indústria de transformação e comércio;
- 3) Suape – serviços, indústria de transformação e administração pública;
- 4) Mata Meridional – indústria de transformação, administração pública e comércio; e
- 5) Petrolina – Agropecuária, comércio e serviços.

De 2003 a 2007 houve um forte crescimento da base de empregos formais dos setores da administração pública (80.670), serviços (70.489), indústria de transformação (59.150) e comércio (59.067). Somadas, estas vagas geradas equivaleram a 94,46% de todo o emprego adicional no Estado neste último quadriênio. Vale salientar que 54,01% do total de empregos gerados em Pernambuco, foram concentrados na microrregião metropolitana de Recife, onde ocorreu a reposição das vagas do funcionalismo público perdidas no período anterior.

No período consolidado, entre 1999 e 2007, a microrregião metropolitana de Recife ostentou média de 61,73% de todo o emprego formal, enquanto em Fernando de Noronha observou-se a menor contribuição absoluta de empregos no Estado. Na ordem, os setores econômicos que apresentaram maiores gerações de empregos em Pernambuco: serviços (117.050), administração pública (88.683), comércio (88.113) e Indústria de transformação (62.989). Em números relativos, a ordem se altera com comércio, Indústria, serviços e administração pública, acrescentando às respectivas bases iniciais de empregos formais; 74,25%; 50,22%; 48,56% e 32,08%.

A Indústria de Transformação apresentou-se como atividade bastante concentrada nas microrregiões de Itamaracá (siderurgia), Alto Capibaribe (Têxteis), Suape (diversos), Matas Setentrional e Meridional (elaboração da cana-de-açúcar) e Vitória de Santo Antão (bebidas e Vidro). A microrregião de Recife, que não se revelou relevante para a indústria de transformação na metodologia de apuração da presente pesquisa, ostentou média de 34,76% do efetivo de trabalhadores fabris do Estado, portanto um pólo industrial absolutamente importante de Pernambuco, mesmo não apresentando relevância no teste do Quociente locacional.

No amplo período de referência da pesquisa, em números absolutos, as microrregiões que apresentaram maiores aumentos da base de mão-de-obra fabril foram: Mata Meridional (12.921), Recife(10.673), Vale do Ipojuca(9.014), Mata Setentrional (7.067) e Suape (6.397). Destaques para o crescimento dos segmentos das indústrias de alimentos e bebidas, em Recife; têxteis, no Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe e na Mata Meridional; Elaboração de produtos da cana-de-açúcar nas microrregiões das Matas e em Vitória de Santo Antão. Em termos relativos, as microrregiões do Alto Capibaribe, de Vitória de Santo Antão, do Vale do Ipojuca, da Mata Meridional e de Itamaracá apresentaram os maiores percentuais de aumento da base inicial de empregos industriais, respectivamente; 315,72%; 263,20%; 110,10%; 65,65% e 57,29%.

Em três microrregiões, o setor agropecuário revelou-se importante: Mata Meridional, Mata Setentrional e Petrolina. As microrregiões de Recife e Suape experimentaram decréscimo das atividades desse setor entre 1999 e 2007.

Em Petrolina e Itaparica exploram-se a fruticultura irrigada. Outras regiões que exploram o cultivo de sequeiro e atividades agrícolas como as localizadas no semi-árido não revelaram ser geradoras de empregos formais.

Em dois dos principais pólos industriais do Estado, microrregiões de Recife e Suape, ainda se pratica o monocultivo da cana-de-açúcar, principalmente nos municípios de Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. As microrregiões em que predominaram a agroindústria da cana-de-açúcar apresentaram declínio no emprego do setor agropecuário. A cana-de-açúcar ocupa uma grande área de plantação no território pernambucano. A cana-de-açúcar ainda é o produto de maior contribuição no PIB estadual, além de, segundo CARVALHO (2006), proporcionar uma grande flexibilidade quanto a

seus produtos derivados: álcool combustível, melaço, aguardente, adubo, ração animal, celulose, vinhoto, bagaço (geração de energia elétrica). Sendo desta forma observada uma grande importância econômica para a cana, uma vez que a mesma é responsável pela produção de uma grande gama de produtos diretos e alternativos.

“O setor agrícola pernambucano tem ainda uma participação desproporcional da cana-de-açúcar em seu todo, tendo esta atividade pouco mais de 43,0% do produto agrícola estadual. Trata-se da atividade mais tradicional do estado, sujeita a freqüentes oscilações de preços e de mercado, mas que se mantém como a mais relevante cultura do Estado.” LIMA et Al (2006)

A indústria extrativa mineral além de apresentar pequena base de empregos em Pernambuco, durante oito anos de referência da pesquisa, obteve um desempenho declinante ou com baixa geração de empregos nas principais microrregiões de exploração: Araripina, Suape e Vitória de Santo Antão. Quanto às atividades de extração de minérios, a microrregião de Araripina destacou-se com a exploração de minas de Gipsita (95,0% da produção brasileira); nas microrregiões de Suape e Vitória de Santo Antão havia exploração de minas de argila, calcário e areia industrial; na Mata Setentrional minas de calcário e no Médio Capibaribe extraíam-se pedras ornamentais (Mármore) conforme as concessões de lavras do DNPM (2007).

Para os Serviços Industriais de Utilidade Pública, destaques para as microrregiões de Recife (área metropolitana que concentram as unidades administrativas das principais empresas de prestação de serviços tais como de energia elétrica, transporte de gás e limpeza urbana) e Itaparica (onde está localizada a unidade hidrelétrica da CHESF).

A construção civil apresentou-se como atividade altamente concentrada na região metropolitana de Recife – onde predominaram edificações de unidades residenciais – e nas microrregiões dos sertões de Salgueiro e Pajeú. Em microrregiões sob expansão econômica como Suape e Petrolina, as construções civis são predominantes nas edificações de unidades industriais e nas dotações de infra-estrutura local.

Os comércios varejista e atacadista, atividades econômicas mais dispersas do Estado com relativa importância na maioria das microrregiões,

predominaram em microrregiões mais desenvolvidas como Recife, Garanhuns, Vale do Ipojuca e Petrolina. O setor de serviços, atividade de suporte às atividades produtivas, revelou-se predominante nas microrregiões de Recife e do arquipélago de Fernando de Noronha, e com tendência de crescimento nas regiões em prosperidade econômica revelada como Suape, Vale do Ipojuca, Alto do Capibaribe e Petrolina.

Quanto ao setor de administração pública, a pesquisa demonstrou ser a atividade econômica mais importante na estrutura de empregos formais do Estado, principalmente nas microrregiões de menor poder econômico. Entre 1999 e 2007, microrregiões como Brejo Pernambucano, Vale do Ipanema, Médio Capibaribe, Sertões do Pajeú, Salgueiro e Moxotó elevaram significativamente a base funcional dos servidores públicos. A maioria dos municípios destas microrregiões ampara-se nos recursos financeiros oriundos dos órgãos públicos. Para fomentar o desenvolvimento, a criação de órgãos governamentais são medidas paliativas para a geração de empregos e, consequentemente, renda para a região.

Este capítulo encerrou a análise da estrutura econômica do Estado de Pernambuco entre os anos de 1999 e 2007. Dentro dos objetivos propostos da presente pesquisa, concluiu-se com o resumo das atividades econômicas mais importantes nas dezenove microrregiões do Estado.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. Rands. **Perspectivas do Desenvolvimento de Pernambuco**. Fortaleza. Revista Econômica do Nordeste, V.33, n.2, pp. 180-195, abr-jun. 2002.
- BRASIL. AgênciaCT/Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Notícias. Disponível em <<http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/34402.html>> Acesso em nov. 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Banco de dados Relação Anual de Informações Socioeconômicas (RAIS)**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Integração. Notícias. 2008. PAC Fortalece CODEVASF. 2007. Acesso em 08/12/2008.
Disponível em <http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=2171>
- BRITTO, J. & ALBUQUERQUE, E. M. **Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir dos dados da RAIS**. São Paulo. Revista Estudos Econômicos. USP. V.32, n.1, p.71-102, jan.-mar. 2002. Acesso em 02/02/2009.
Disponível em <<http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/451/162>>
- BUARQUE, Sérgio C. **Cidade do futuro: desafios dos municípios de Pernambuco**. Recife: Sebrae, 2008. 260 p.
- CARVALHO, G. R. **O Setor Sucroalcooleiro em Perspectiva**. Conjuntura Agropecuária: sucroalcooleira, Embrapa, março 2006.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. In: Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Regional: Actas di IX Encontro Nacional de APDR. Coimbra: APDR, 2003. v2, p1321-1340.
- CAVALCANTI, P. F. M. B. Filho. **Promoção de Arranjos Produtivos Locais no Estado de Pernambuco**. Recife. UFPE/IE/UFRJ. 2004.
- CIMA, E. G., AMORIM, L. S. B. **Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação**. Curitiba. Revista da FAE, v.10, n.02, p.73-87. jul./dez. 2007.
- CONAB. **Conjuntura Regional Pernambuco**. 2004. Acesso em: 18 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/sureg/PE/conjuntura01.pdf>>.
- CPRH - Companhia Pernambucana do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco**. Recife. 2003.

DE NEGRI, J. A., CASTRO, P. F. de, SOUZA, N. R., ARBACHE, J. S. **Mercado Formal de Trabalho: Comparação Entre os Microdados da RAIS e da PNAD**. Brasília. IPEA. Texto Para Discussão n. 840. 2001.

DNPM/CPRH. **Distritos Mineiros do Nordeste Oriental**. Recife/PE. 2002.

DNPM. **Universo da Mineração Brasileira**. Brasília. 2006.

DNPM. **Universo da Mineração Brasileira**. Brasília. 79 p. 2007.

DNPM/GEOBANK. **CPRM – Serviço Geológico do Brasil**. Ministério das Minas e Energia. Disponível em < <http://geobank.sa.cprm.gov.br/>>. Acesso em jun 2009.

FERNANDES, S. A. A. LOPES, G. M. B. PANIZZA, J. C. J. MATARAZZO, S. V. **Sistemas Produtivos de Búfalos na Zona Canavieira de Pernambuco, Caracterização e Diagnóstico**. Salvador. Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, v. 9, n. 3, p.565-577, jul/set 2008.

FERREIRA, C. M. C. **As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia**. In HADDAD, P. R. et al. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Cap. 2. Fortaleza. 1989. Banco do Nordeste – BNB.

FIEPE. Centro Internacional de Negócios. **Relatórios Balança Comercial de Pernambuco**. Recife. 2006 e 2007.

FRANÇA, F. M. C. **Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro**. Fortaleza. BNB/ETENE. 1994. 50p.

FUNDAJ. **Desemprego Sazonal da Atividade Açucareira da Zona da Mata Pernambucana**. Recife. DIPES/CGEP/COPEC. 2007. Acesso em 02/02/2009. Resumo disponível em: <www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.Presentation.NavigationServ-let?publicationCode=16&pageCode=236&textCode=9713>

GOMES, Gustavo Maia. **Oportunidades de Investimentos. A Economia de Pernambuco: Uma Contribuição Para o Futuro**. Recife. IAUPE/SEPLAN. Projeto 003/05. 2006. 50 p.

GOULARTI, Alcides Filho. **A Questão Regional No Brasil: Uma Introdução Ao Debate**. Florianópolis. UFSC. Textos de Economia, v.9, n. 01, p. 09-22, jan-jun.2006.Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article>>

HADDAD, Paulo R. et Alli. **Economia Regional: Teorias e Métodos de análise**. Fortaleza. 1989. BNB. 694 p.

HILHORST, JOS G. M. **Planejamento Regional: Enfoque Sobre sistemas**. Rio de Janeiro. 1973. Zahar Editores. 189 p.

IBGE. **Divisão Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro. Maria Helena Palmer Lima (Org). 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.sidra.gov.br/>>. Acesso mai 2008.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. 2007a.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Efetivo dos Rebanhos. 2007b.

KEHRLE, Luís. **O Segmento Eletro-Metal-Mecânico da Indústria Pernambucana**. Recife. Relatório de Pesquisa. SEPLAN. Governo do Estado de Pernambuco. 2006.

LIMA, A. C. C, SIMÕES, R. F. **Teorias Do Desenvolvimento Regional E Suas Implicações De Política Econômica No Pós-Guerra: O Caso Do Brasil**. Belo Horizonte. UFMG/CEDEPLAR. Texto Para Discussão 358. 2009. 33 p.

LIMA, J. Policarpo R. **Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas**. Recife. 1994. Textos para discussão, PIMES-UFPE.

_____, LIMA, A. C. C. **Economia do Nordeste: Evolução do Emprego na Indústria de Transformação e Extrativa Mineral e Identificação da Dinâmica de Aglomerações Produtivas**. 2006. Sociedade Brasileira de Economia Política. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo>>. Acesso em 03/02/2009.

_____; SICSÚ, A. B .S. PADILHA, Maria Fernanda F. G. **Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado**; Congresso APDR: Anais do XII Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. 28 p. 2006.

LÓCIO, F. J. Mostaert. **Organização em Serviços**. Recife. FADEPE – Faculdade para o Desenvolvimento de Pernambuco. 2006. Acesso em 02 abril 2009. Disponível em < <http://www.fadepe.com.br/restrito/conteúdo> >.

LYRA SOBRINHO, A. C. P. **O mercado de gipsita e gesso no Brasil**. SEBRAE/DNPM. Recife. Relatório técnico. 2002.

MOTA, F. O. **Manual de localização industrial: tentativa de adequação da teoria a realidade**. 2a. ed. Fortaleza, BNB. ETENE, APEC, 1968.

NETO, A. M., VERGOLINO, J. R. **O Mercado de Trabalho em Pernambuco**. Fortaleza. R.E.N. v. 32. n. especial. P. 725-739. nov 2001.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial**. IPEA. Brasília, Texto para Discussão. n. 633. mar. 1999.

PACHECO, Ricardo. **Prerrogativas Locacionais Face à Economia Globalizada: uma Introdução Conceitual**” In **Inserção na Economia Global: uma reapreciação**, São Paulo, Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, Pesquisas, número 8, 1997.

PIACENTI, C. A. PIFFER, M. FÁVERO, R. STAMM, C. **Análise Regional da Dinâmica Territorial do Sudoeste Paranaense – 1970 a 2000**. Passo Fundo, Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 13, n. 25, nov. 2005.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito. **Migração Interna no Nordeste Brasileiro: Caracterização e Determinantes**. Artigo. Recife. PIMES/UFPE. 2004.

RICHARDSON, Harry W. **Elementos de Economia Regional**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 150 p. 1973.

_____. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 421 p. 1975.

ROLIM, Cássio. **Reestruturação Produtiva, Mundialização e Novas Territorialidades: um novo programa para os cursos de Economia Regional e Urbana**. Texto para discussão nº 05. Curitiba. CMDE,UFPR. 1999.

SABÓIA, João L. M., TOLIPAN, Ricardo M. L. **A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil: Uma Nota**. Rio de Janeiro. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. pp. 447-456. ago. 1985.

SANCHES, Cristina A, WANDERLEY, Lívio A. **Distritos Industriais Marshallianos no Nordeste: Uma Proposta de Metodologia de Pesquisa**. Fortaleza. R.E.N. V. 28, n. 3, p. 279-292, jul./set. 1997.

SCHWARTZMAN, J. **A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. (ed.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro, p. 37-91, IPEA/IPLAN. 1975.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo. 1988. Nova Cultural. 169 p.

SEBRAE. **Cidade do futuro: desafios dos municípios de Pernambuco**. Sérgio C. Buarque (Org.). Recife: Sebrae, 2008. 260 p.

SECEX. MDIC. **Exportação Brasileira. Pernambuco. Principais Empresas Exportadoras - 2000 a 2007**. Brasília.

SIMÕES, Rodrigo F. **Métodos de Análise Regional: Diagnóstico Para o Planejamento Regional**. Belo Horizonte. FACE/CEDEPLAR-UFMG/Ministério da Integração. 2004. 37 p.

SOUZA, Nali J. S. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Ed. Atlas. 3. edição. 415 p. 1997.

VERGOLINO, J. R.; NUNES NETO, A. P.; BARROS, M. A. B. **Fatores competitivos da cadeia produtiva do gesso: o caso do pólo do Araripe em Pernambuco**. Relatório. XXVI ENEGEP. Fortaleza. 9-11 out. 2006.

SITES DA INTERNET CONSULTADOS

www.addiper.gov.br	(AD/DIPER)
www.agrianual.com.br	(AGRIANUAL)
www.agricultura.gov.br	(MAPA)
www.apexbrasil.com.br	(APEX BRASIL)
www.bnb.gov.br	(BNB/ETENE)
www.cepea.esalq.usp.br	(CEPEA)
www.cna.org.br	(CNA)
www.codevasf.gov.br	(CODEVASF)
www.condepefidem.gov.br	(CONDEPE/FIDEM)
www.conttmaf.org.br	(CONTTMAF)
www.desenvolvimento.gov.br	(MDIC)
www.embrapa.gov.br	(EMBRAPA/CPATSA/CNPUV)
www.ibge.gov.br	(IBGE/PAM/SIDRA/Agropecuária)
www.incra.gov.br	(INCRA)
www.inmetro.gov.br	(INMETRO)
www.integracao.com.br	(MIN. INTEGRAÇÃO)
www.ipeadata.gov.br	(IPEA)
www.mct.gov.br	(Min Ciência e Tecnologia/ Agência CT)
www.sectma.pe.gov.br	(SECTMA)
www.sindusconpe.com.br	(SINDUSCON / PE)
www.sindusgesso.org.br	(SINDUSGESSO/PE)
www.valexport.org.br	(VALEXPORT)

REFERÊNCIAS INDIRETAS

CHIPMAN, J. S. **The Theory of Inter-sectorial Money, Flows and Income Formation**. Johns Hopkins Press. 1950.

NORTH, C. Douglas. **Location Theory and Regional Economic Growth**, University of Chicago Press, 1955.

ANEXO I

**NÚMEROS DE EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO -
ESTOQUES NAS MICRO REGIÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 – FONTE: MTE / RAIS**

Mapa de Atividades Econômicas padronizadas para as micro regiões conforme a CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividade Econômica)

- (A)– Extrativa Mineral
- (B)– Indústria de Transformação
- (C)– Serviços Industriais de Utilidade Pública
- (D)– Construção Civil
- (E)– Comércio
- (F)– Serviços
- (G)– Administração Pública
- (H)– Agropecuária

Micro Regiões: Alto Capibaribe (AC), Fernando De Noronha (FN), Araripina (AR), Brejo Pernambucano (BP), Garanhuns (GR), Itamaracá (IT), Itaparica (TC), Mata Setentrional Pernambucana (MS), Mata Meridional Pernambucana (MM), Suape (SU), Médio Capibaribe (MC), Petrolina (PT), Pajeu (PJ), Salgueiro (SG), Recife (RC), Sertão Do Moxotó (MX), Vale Do Ipanema (VP), Vale Do Ipojuca (IP), Vitória De Santo Antão (VS).

**Quadro 6.1 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 1999**

Micro Região	A T I V I D A D E S								Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	
AC	25	1425	46	63	1115	1064	4595	44	8377
FN	0	3	14	0	38	182	0	3	240
AR	493	2239	54	28	908	827	4432	24	9005
BP	0	282	0	15	321	447	4218	501	5784
GR	50	1574	127	431	3309	2551	6928	410	15380
IT	0	6663	165	124	901	960	2584	298	11695
TC	0	73	44	402	591	376	3718	95	5299
MS	72	13376	103	370	4303	2964	10765	8179	40132
MM	33	19683	238	97	3054	2296	10673	9405	45479
SU	104	10345	142	547	2598	3560	3406	1694	22396
MC	50	846	21	32	1045	1108	5116	922	9140
PT	13	2214	300	1811	4662	5927	6258	6382	27567
PJ	0	664	107	239	1980	1409	7671	350	12420
SG	0	183	22	239	963	659	3781	49	5896
RC	419	54824	11281	34510	79363	205908	178416	5924	570645
MX	41	778	37	44	1396	1068	4042	107	7513
VP	0	231	0	0	169	74	3115	73	3662
IP	139	8187	175	1044	9928	8627	13622	2313	44035
VS	57	1826	171	79	2030	1008	3094	1949	10214
TOT	1496	125416	13047	40075	118674	241015	276434	38722	854879

Fonte: MTE/RAIS(1999)

ANEXO II

**NÚMEROS DE EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO -
ESTOQUES NAS MICRO REGIÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 – FONTE: MTE / RAIS**

Mapa de Atividades Econômicas padronizadas para as micro regiões conforme a CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividade Econômica)

- (A) – Extrativa Mineral**
- (B) – Indústria de Transformação**
- (C) – Serviços Industriais de Utilidade Pública**
- (D) – Construção Civil**
- (E) – Comércio**
- (F) – Serviços**
- (G) – Administração Pública**
- (H) – Agropecuária**

Micro Regiões: Alto Capibaribe (AC), Fernando De Noronha (FN), Araripina (AR), Brejo Pernambucano (BP), Garanhuns (GR), Itamaracá (IT), Itaparica (TC), Mata Setentrional Pernambucana (MS), Mata Meridional Pernambucana (MM), Suape (SU), Médio Capibaribe (MC), Petrolina (PT), Pajeu (PJ), Salgueiro (SG), Recife (RC), Sertão Do Moxotó (MX), Vale Do Ipanema (VP), Vale Do Ipojuca (IP), Vitória De Santo Antão (VS).

**Quadro 6.2 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2003**

Micro Região	A T I V I D A D E S								Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	
AC	29	3106	14	104	2088	1577	4877	81	11876
FN	0	16	0	11	129	439	0	15	610
AR	452	1728	22	355	1217	890	6472	16	11152
BP	0	460	0	56	479	634	7706	469	9804
GR	43	1811	281	732	3863	2859	9628	473	19690
IT	0	7768	22	415	1125	1133	3655	596	14714
TC	0	109	225	312	1019	744	3780	156	6345
MS	65	14523	145	271	5685	4636	13799	16068	55192
MM	29	20214	176	158	4207	3271	12943	15159	56157
SU	75	12118	103	1050	4055	6379	7104	4621	35505
MC	86	1052	11	24	1450	1251	6632	1005	11511
PT	36	2061	127	1282	7842	7552	8146	9692	36738
PJ	0	983	114	281	2751	1842	9817	743	16531
SG	14	155	48	376	1165	767	4777	30	7332
RC	375	50658	12343	31477	93207	237301	153003	4836	583200
MX	18	746	17	271	1749	1201	4729	152	8883
VP	9	61	4	5	276	112	4803	85	5355
IP	67	10223	120	1752	13040	13571	17838	2206	58817
VS	55	1463	50	83	2373	1417	4738	2585	12764
TOT	1353	129255	13822	39015	147720	287576	284447	58988	962176

Fonte: MTE/RAIS(2003)

ANEXO III

**NÚMEROS DE EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO -
ESTOQUES NAS MICRO REGIÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 – FONTE: MTE / RAIS**

Mapa de Atividades Econômicas padronizadas para as micro regiões conforme a CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividade Econômica)

- (A) – Extrativa Mineral
- (B) – Indústria de Transformação
- (C) – Serviços Industriais de Utilidade Pública
- (D) – Construção Civil
- (E) – Comércio
- (F) – Serviços
- (G) – Administração Pública
- (H) – Agropecuária

Micro Regiões: Alto Capibaribe (AC), Fernando De Noronha (FN), Araripina (AR), Brejo Pernambucano (BP), Garanhuns (GR), Itamaracá (IT), Itaparica (TC), Mata Setentrional Pernambucana (MS), Mata Meridional Pernambucana (MM), Suape (SU), Médio Capibaribe (MC), Petrolina (PT), Pajeu (PJ), Salgueiro (SG), Recife (RC), Sertão Do Moxotó (MX), Vale Do Ipanema (VP), Vale Do Ipojuca (IP), Vitória De Santo Antão (VS).

**Quadro 6.3 - Empregos Formais nas Microrregiões do Estado de Pernambuco
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 1999**

Micro Região	A T I V I D A D E S								Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	
AC	63	5924	6	112	3724	2546	6878	92	19345
FN	0	24	1	4	134	684	0	12	859
AR	465	2459	94	631	2075	1072	9188	39	16023
BP	15	716	0	87	921	676	8640	436	11491
GR	36	2503	126	878	6289	4147	12610	531	27120
IT	0	10480	26	689	1725	1552	4678	294	19444
TC	0	119	315	108	1684	685	5025	690	8626
MS	66	20443	108	386	8598	3428	16866	15234	65129
MM	36	32604	255	1075	5565	3652	18958	7910	70055
SU	107	16742	128	3753	5238	11398	11476	1241	50083
MC	44	1226	10	65	2122	1162	8152	886	13667
PT	51	3022	94	2679	10404	10057	9980	13144	49431
PJ	11	1373	112	1091	4123	2107	9401	821	19039
SG	14	311	17	739	1869	1271	5299	52	9572
RC	862	65497	12250	38999	126010	287289	196256	5831	732994
MX	44	914	17	163	2709	1688	6030	182	11747
VP	0	215	2	74	697	338	5297	268	6891
IP	64	17201	153	2386	19666	22229	23605	2613	87917
VS	101	6632	18	271	3234	2084	6778	948	20066
TOT	1979	188405	13732	54190	206787	358065	365117	51224	1239499

Fonte: MTE/RAIS(2007)

ANEXO IV

**NÚMEROS DE EMPREGOS FORMAIS NAS MICRO-REGIÕES DO ESTADO
DE PERNAMBUCO - ESTOQUES MUNICIPAIS POR ATIVIDADE
ECONÔMICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 – FONTE: RAIS / MTE**

Mapa de Atividades Econômicas padronizadas para as micro regiões conforme a CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividade Econômica)

- (A) – Extrativa Mineral
- (B) – Indústria de Transformação
- (C) – Serviços Industriais de Utilidade Pública
- (D) – Construção Civil
- (E) – Comércio
- (F) – Serviços
- (G) – Administração Pública
- (H) – Agropecuária

Micro região: ALTO CAPIBARIBE (AC)

Municípios: (1)Casinhas, (2)Frei Miguelinho, (3)Santa Cruz do Capibaribe, (4)Santa Maria do Cambucá, (5)Surubim, (6)Taquaritinga do Norte, (7)Toritama, (8)Vertente do Lério e (9)Vertentes.

Quadro 6.4 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Alto Capibaribe Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	2	0	0	2	3	636	0	643
2	0	10	0	0	20	10	463	5	508
3	2	3124	5	58	1858	791	1493	8	7.339
4	1	24	0	0	17	4	386	0	432
5	6	526	1	50	917	605	1613	44	3.762
6	4	421	0	0	82	86	847	26	1.466
7	0	1581	0	3	752	914	640	6	3.896
8	23	155	0	0	9	5	243	0	435
9	27	81	0	1	67	128	557	3	864
Total	63	5924	6	112	3724	2546	6878	92	19345

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: FERNANDO DE NORONHA (FN)

Município: Ilha de Fernando de Noronha

Quadro 6.5 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Fernando de Noronha Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	24	1	4	134	684	0	12	859
Total	0	24	1	4	134	684	0	12	859

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: ARARIPINA (AR)

Municípios: (1)Araripina, (2)Bodocó, (3)Exu, (4)Granito, (5)Ipubi, (6)Moreilândia, (7)Ouricuri, (8)Santa Cruz, (9)Santa Filomena e (10)Trindade.

Quadro 6.6 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Araripina Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	235	1253	9	15	991	599	1533	19	4654
2	0	39	0	8	95	33	991	0	1166
3	0	8	0	3	162	20	1423	7	1623
4	0	0	0	0	5	3	363	0	371
5	112	310	0	11	66	25	1334	0	1858
6	0	0	0	0	11	20	601	0	632
7	95	168	85	570	516	261	1272	12	2979
8	0	0	0	24	25	37	595	0	681
9	0	0	0	0	5	5	459	0	469
10	23	681	0	0	199	69	617	1	1590
Total	465	2459	94	631	2075	1072	9188	39	16023

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: BREJO PERNAMBUCANO (BP)

Municípios: (1)Agrestina, (2)Altinho, (3)Barra de Guabiraba, (4)Bonito, (5)Camocim de São Félix, (6)Cupira, (7)Ibirajuba, (8)Lagoa dos Gatos, (9)Panelas, (10)Sairé e (11)São Joaquim do Monte.

Quadro 6.7 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana do Brejo Pernambucano Por Atividade Econômica - Estoque 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	193	0	30	125	53	787	44	1232
2	0	21	0	0	75	55	789	26	966
3	15	95	0	2	39	12	551	88	802
4	0	215	0	26	237	365	1490	139	2472
5	0	34	0	0	87	51	557	25	754
6	0	123	0	5	151	74	971	6	1330
7	0	2	0	16	12	4	349	0	383
8	0	9	0	0	18	13	322	6	368
9	0	2	0	0	52	18	1451	0	1523
10	0	11	0	4	60	18	620	80	793
11	0	11	0	4	65	13	753	22	868
Total	15	716	0	87	921	676	8640	436	11491

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: ITAMARACÁ (IT)

Municípios: (1)Araçoiaba, (2)Igarassu, (3)Itamaracá e (4)Itapissuma.

Quadro 6.8 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Itamaracá Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	11	0	75	50	27	420	9	592
2	0	8889	23	538	1381	1276	2612	143	14862
3	0	63	3	13	162	187	541	19	988
4	0	1517	0	63	132	62	1105	123	3002
Total	0	10480	26	689	1725	1552	4678	294	19444

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: GARANHUNS (GR)

Municípios: (1)Angelim, (2)Bom Conselho, (3)Brejão, (4)Caetés, (5)Calçado, (6)Canhotinho, (7)Correntes, (8)Garanhuns, (9)Iati, (10)Jucati, (11)Jupi, (12)Jurema, (13)Lagoa do Ouro, (14)Lajedo, (15)Palmeirina, (16)Paranatama, (17)Saloá, (18)São João e (19)Terezinha.

Quadro 6.9 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Garanhuns
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	77	44	0	36	12	312	31	512
2	0	106	0	2	294	171	869	122	1564
3	0	4	0	87	17	6	516	43	673
4	0	44	0	1	87	11	578	0	721
5	0	5	0	0	20	8	355	0	388
6	0	30	0	55	154	21	726	67	1053
7	0	8	0	2	65	15	762	32	884
8	22	1590	82	652	4678	3585	2532	212	13353
9	0	0	0	0	71	11	530	0	612
10	0	28	0	3	28	49	136	1	245
11	0	47	0	0	67	12	437	4	567
12	0	10	0	0	36	11	738	0	795
13	0	5	0	36	30	5	525	1	602
14	0	506	0	10	536	124	1446	3	2625
15	0	3	0	0	38	13	365	2	421
16	14	9	0	23	16	5	370	1	438
17	0	18	0	0	59	37	535	0	649
18	0	13	0	7	49	48	686	12	815
19	0	0	0	0	8	3	192	0	203
Total	36	2503	126	878	6289	4147	12610	531	27120

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: SUAPE (SU)

Municípios: (1)Cabo de Santo Agostinho e (2)Ipojuca.

Quadro 6.10 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Suape
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	9674	115	1424	3239	3956	6306	866	25580
2	107	7068	13	2329	1999	7442	5170	375	24503
Total	107	16742	128	3753	5238	11398	11476	1241	50083

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: ITAPARICA (TC)

Municípios: (1)Belém de São Francisco, (2)Carnaubeira da Penha, (3)Floresta, (4)Itacuruba, (5)Jatobá, (6)Petrolândia, (7)Tacaratu.

Quadro 6.11 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Itaparica
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	2	115	18	137	48	840	480	1640
2	0	0	0	0	0	2	379	0	381
3	0	59	0	0	720	254	892	7	1932
4	0	3	0	0	22	5	283	80	393
5	0	13	0	83	108	58	700	25	987
6	0	22	200	7	565	276	1256	75	2401
7	0	20	0	0	132	42	675	23	892
Total	0	119	315	108	1684	685	5025	690	8626

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: PETROLINA (PT)

Municípios: (1)Afrânio, (2)Cabrobó, (3)Dormentes, (4)Lagoa Grande, (5)Orocó, (6)Petrolina, (7)Santa Maria da Boa Vista e (8)Terra Nova.

Quadro 6.12 - Empregos Formais na Microrregião pernambucana de Petrolina
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	4	3	1	78	49	584	12	731
2	0	39	0	24	400	74	835	5	1377
3	0	3	0	75	213	8	591	1	891
4	0	149	0	2	266	20	890	1114	2441
5	0	0	0	0	42	14	523	17	596
6	41	2809	88	2577	9173	9792	5316	11664	41460
7	10	16	3	0	215	94	983	331	1652
8	0	2	0	0	17	6	258	0	283
Total	51	3022	94	2679	10404	10057	9980	13144	49431

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (MS)

Municípios: (1)Aliança, (2)Buenos Aires, (3)Camutanga, (4)Carpina, (5)Condado, (6)Ferreiros, (7)Goiana, (8)Itambé, (9)Itaquitinga, (10)Lagoa do Carro, (11)Lagoa do Itaenga, (12)Macaparana, (13)Nazaré da Mata, (14)Paudalho, (15)Timbaúba, (16)Tracunhaém e (17)Vicência.

Quadro 6.13 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana da Mata Setentrional Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	104	0	4	245	43	1084	807	2287
2	0	131	0	2	52	8	456	171	820
3	0	4415	0	0	44	11	640	22	5132
4	23	1827	73	54	2046	843	1328	447	6641
5	0	16	7	0	157	92	932	68	1272
6	0	209	0	0	94	31	364	140	838
7	37	2211	17	32	1548	782	2210	4866	11703
8	0	230	0	0	507	72	1302	493	2604
9	2	32	0	0	76	38	609	749	1506
10	0	181	0	2	77	12	639	165	1076
11	0	5203	0	0	106	20	1048	53	6430
12	0	42	0	0	178	52	874	319	1465
13	0	978	0	21	411	220	1212	575	3417
14	4	1160	0	37	434	311	1160	808	3914
15	0	564	11	180	2379	772	1349	5047	10302
16	0	6	0	4	36	31	373	195	645
17	0	3134	0	50	208	90	1286	309	5077
Total	66	20443	108	386	8598	3428	16866	15234	65129

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (MM)

Municípios: (1)Água Preta, (2)Amaraji, (3)Barreiros, (4)Belém de Maria, (5)Catende, (6)Cortês, (7)Escada, (8)Gameleira, (9)Jaqueira, (10)Joaquim Nabuco, (11)Maraial, (12)Palmares, (13)Primavera, (14)Quipapá, (15)Ribeirão, (16)Rio Formoso, (17)São Benedito do Sul, (18)São José da Coroa Grande, (19)Sirinhaém, (20)Tamandaré e (21)Xexéu.

Quadro 6.14 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana da Mata Meridional Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	14	77	22	1	85	45	1290	469	2003
2	0	334	10	4	122	22	992	48	1532
3	17	88	9	141	700	416	2026	536	3933
4	0	1	0	0	19	7	575	4	606
5	0	2546	24	1	222	110	970	37	3910
6	0	3122	0	0	48	10	557	63	3800
7	0	3082	8	69	914	557	2163	858	7651
8	0	16	14	0	55	35	750	729	1599
9	0	8	0	2	17	3	606	167	803
10	0	4419	0	469	41	27	346	19	5321
11	0	168	0	0	25	27	618	1638	2476
12	5	744	55	197	1802	1398	1483	1040	6724
13	0	3307	2	0	84	24	508	118	4043
14	0	9	0	101	72	26	631	17	856
15	0	1070	104	14	368	218	1021	751	3546
16	0	5876	0	14	165	137	876	448	7516
17	0	14	0	0	16	3	627	72	732
18	0	34	0	21	265	143	440	89	992
19	0	5149	0	7	327	127	1239	253	7102
20	0	2534	0	34	180	311	727	42	3828
21	0	6	7	0	38	6	513	512	1082
Total	36	32604	255	1075	5565	3652	18958	7910	70055

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: MÉDIO CAPIBARIBE (MC)

Municípios: (1)Bom Jardim, (2)Cumaru, (3)Feira Nova, (4)João Alfredo, (5)Limoeiro, (6)Machados, (7)Orobó, (8)Passira, (9)Salgadinho e (10)São Vicente Ferrer.

Quadro 6.15 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Médio Capibaribe Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	44	165	0	0	146	119	1166	53	1693
2	0	0	0	26	26	15	739	1	807
3	0	18	0	3	73	40	562	43	739
4	0	381	0	20	192	134	1056	11	1794
5	0	590	10	7	1295	728	1518	226	4374
6	0	19	0	0	48	10	525	92	694
7	0	15	0	0	128	47	859	196	1254
8	0	28	0	8	139	39	741	22	977
9	0	0	0	0	7	21	248	5	281
10	0	10	0	1	68	9	738	237	1063
Total	44	1226	10	65	2122	1162	8152	886	13667

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: SALGUEIRO (SG)

Municípios: (1)Cedro, (2)Mirandiba, (3)Parnamirim, (4)Salgueiro, (5)São José do Belmonte, (6)Serrita e (7)Verdejante.

Quadro 6.16 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Salgueiro Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	4	0	0	9	10	483	0	506
2	0	0	0	0	76	17	509	0	602
3	0	0	0	0	103	166	719	3	991
4	14	134	10	712	1439	988	1290	31	4618
5	0	155	7	27	182	73	1334	6	1784
6	0	0	0	0	41	13	577	12	643
7	0	18	0	0	19	4	387	0	428
Total	14	311	17	739	1869	1271	5299	52	9572

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: SERTÃO DO PAJEÚ (PJ)

Municípios: (1)Afogados da Ingazeira, (2)Brejinho, (3)Calumbi, (4)Carnaíba, (5)Flores, (6)Igaraci, (7)Ingazeira, (8)Itapetim, (9)Quixaba, (10)Santa Cruz da Baixa Verde, (11)Santa Terezinha, (12)São José do Egito, (13)Serra Talhada, (14)Solidão, (15)Tabira, (16)Triunfo e (17)Tuparetama.

Quadro 6.17 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Sertão do Pajeú Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	462	38	292	525	340	1064	10	2731
2	0	5	0	0	6	8	240	0	259
3	0	1	0	0	15	4	266	0	286
4	0	11	0	16	51	16	494	0	588
5	0	16	0	0	34	16	1042	2	1110
6	0	3	0	5	36	12	401	0	457
7	0	25	0	1	9	3	223	0	261
8	0	1	0	3	25	11	446	0	486
9	0	0	0	0	1	0	371	0	372
10	0	2	0	0	29	6	372	2	411
11	0	2	0	0	35	16	433	0	486
12	0	162	9	11	458	214	813	705	2372
13	11	487	65	711	2450	1205	1452	69	6450
14	0	0	0	0	5	5	287	0	297
15	0	176	0	43	242	52	728	4	1245
16	0	6	0	9	137	187	469	9	817
17	0	14	0	0	65	12	300	20	411
Total	11	1373	112	1091	4123	2107	9401	821	19039

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: RECIFE (RC)

Municípios: (1)Abreu e Lima, (2)Camaragibe, (3)Jaboatão dos Guararapes, (4)Moreno, (5)Olinda, (6)Paulista, (7)Recife e (8)São Lourenço da Mata.

Quadro 6.18 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Recife
Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Mun	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	13	2050	30	108	1592	2273	1585	22	7673
2	0	1062	24	265	2029	1777	2713	177	8047
3	128	16613	2189	2157	14929	30580	10809	1792	79197
4	0	847	38	21	528	1284	1232	1009	4959
5	0	4177	1016	5106	8275	40042	6473	102	65191
6	14	4842	58	291	4273	8098	5805	92	23473
7	707	35118	8893	30977	93261	201280	165810	2576	538622
8	0	788	2	74	1123	1955	1829	61	5832
TOT	862	65497	12250	38999	126010	287289	196256	5831	732994

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: SERTÃO DO MOXOTÓ (MX)

Municípios: (1)Arcoverde, (2)Betânia, (3)Custódia, (4)Ibimirim, (5)Inajá, (6)Manari e (7)Sertânia.

Quadro 6.19 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Sertão do Moxotó Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	21	394	17	135	2030	1467	1393	15	5472
2	0	0	0	0	22	3	607	4	636
3	0	345	0	18	196	76	1017	91	1743
4	0	0	0	7	123	30	1156	33	1349
5	0	2	0	0	91	15	528	2	638
6	0	0	0	1	18	3	392	1	415
7	23	173	0	2	229	94	937	36	1494
Total	44	914	17	163	2709	1688	6030	182	11747

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: VALE DO IPANEMA (VP)

Municípios: (1)Águas Belas, (2)Buíque, (3)Itaíba, (4)Pedra, (5)Tupanatinga e (6)Venturosa.

Quadro 6.20 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Vale do Ipanema Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	67	2	6	247	51	828	34	1235
2	0	23	0	58	226	220	1530	216	2273
3	0	12	0	0	30	26	626	5	699
4	0	22	0	10	76	13	633	13	767
5	0	11	0	0	30	9	909	0	959
6	0	80	0	0	88	19	771	0	958
Total	0	215	2	74	697	338	5297	268	6891

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (VS)

Municípios: (1)Chã de Alegria, (2)Chã Grande, (3)Glória do Goitá, (4)Pombos e (5)Vitória de Santo Antão.

Quadro 6.21 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana de Vitória de Santo Antão Por Atividade Econômica – Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	11	0	0	31	15	330	9	396
2	0	18	0	198	105	139	1040	265	1765
3	0	119	0	18	120	78	943	129	1407
4	16	42	0	5	186	71	908	265	1493
5	85	6442	18	50	2792	1781	3557	280	15005
Total	101	6632	18	271	3234	2084	6778	948	20066

Fonte: MTE/RAIS(2007)

Micro região: VALE DO IPOJUCA (IP)

Municípios: (1)Alagoinha, (2)Belo Jardim, (3)Bezerros, (4)Brejo da Madre de Deus, (5)Cachoeirinha, (6)Capoeiras, (7)Caruaru, (8)Gravatá, (9)Jataúba, (10)Pesqueira, (11)Poção, (12)Riacho das Almas, (13)Sanharó, (14)São Bento do Una, (15)São Caitano e (16)Tacaimbó.

Quadro 6.22 - Empregos Formais na Microrregião Pernambucana do Vale do Ipojuca Por Atividade Econômica - Estoque em 31 de dezembro de 2007

	A T I V I D A D E S								
Munic.	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
1	0	0	0	0	50	20	468	4	542
2	15	3153	8	83	984	917	2104	79	7343
3	23	750	0	605	646	6534	1810	107	10475
4	0	103	0	0	167	24	1848	16	2158
5	0	96	0	0	94	33	650	19	892
6	0	12	0	0	107	22	555	0	696
7	12	10646	132	1506	14148	12012	7167	514	46137
8	4	818	5	60	1340	1660	2080	293	6260
9	0	0	0	0	44	13	552	10	619
10	10	429	0	107	1180	709	1201	283	3919
11	0	51	0	0	111	13	612	12	799
12	0	132	0	1	43	26	733	138	1073
13	0	53	0	8	133	56	855	16	1121
14	0	198	0	12	305	59	1401	1108	3083
15	0	401	0	0	268	98	963	9	1739
16	0	359	8	4	46	33	606	5	1061
Total	64	17201	153	2386	19666	22229	23605	2613	87917

Fonte: MTE/RAIS(2007)